



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

WERLISON SILVA DE SOUSA

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A CASA FAMILIAR RURAL DE
BELTERRA: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS EGRESSOS

SANTARÉM-PA
2024

WERLISON SILVA DE SOUSA

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A CASA FAMILIAR RURAL DE
BELTERRA: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS EGRESSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa 3 - Formação humana em contextos formais e não-formais na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Helena Ximenes-Rocha.

**SANTARÉM-PA
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

S725p Sousa, Werlison Silva de
 A pedagogia da alternância e a casa familiar rural de Belterra: experiências de
 jovens egressos ./ Werlison Silva de Sousa. – Santarém, 2024.
 119 p. : il.
 Inclui bibliografias.

 Orientadora: Solange Helena Ximenes-Rocha.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-
 Graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação.

1. CFR de Belterra. 2. Pedagogia da alternância. 3. Egressos. I. Ximenes-Rocha, So-
lange Helena, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed.370.91734098115



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA Nº 118

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, de forma híbrida, por meio de videoconferência Web RNP, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) Drs(as). Solange Helena Ximenes Rocha (orientadora e presidente), Profa. Dra. Maria Eliane Vasconcelos (externa à instituição) e Profa. Dra. Iani Dias Lauer Leite (Membro Interno), a fim de argüirem o mestrando Werlison Silva de Sousa, com a dissertação intitulada "Pedagogia da Alternância e a Casa Familiar Rural de Belterra: experiências dos jovens egressos". Aberta a sessão pela presidente, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, em seguida a banca fez as arguições, o candidato respondeu e, após as deliberações na sessão secreta foi:

(X) Aprovado, fazendo jus ao título de Mestre em Educação.

() Reprovado.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA ELIANE DE OLIVEIRA VASCONCELOS
Data: 03/07/2024 22:17:59 -0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Dra. MARIA ELIANE VASCONCELOS, UFAM

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br IANI DIAS LAUER LEITE
Data: 05/07/2024 12:24:24 -0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Dra. IANI DIAS LAUER LEITE, UFOPA

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA
Data: 06/07/2024 10:00:58 -0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Dra. SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA, UFOPA

Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br WERLISON SILVA DE SOUSA
Data: 06/07/2024 15:53:29 -0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

WERLISON SILVA DE SOUSA

Mestrando



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 118

Autor: WERLISON SILVA DE SOUSA



Documento assinado digitalmente
WERLISON SILVA DE SOUSA
Data: 08/07/2024 15:55:11 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Título: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A CASA FAMILIAR RURAL DE BELTERRA: EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS EGRESSOS

Banca examinadora:

Prof. MARIA ELIANE VASCONCELOS

Examinadora Externa à Instituição



Documento assinado digitalmente
MARIA ELIANE DE OLIVEIRA VASCONCELOS
Data: 08/07/2024 12:39:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. IANI DIAS LAUER LEITE

Examinador Interno



Documento assinado digitalmente
IANI DIAS LAUER LEITE
Data: 05/07/2024 12:22:11-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA

Presidente



Documento assinado digitalmente
SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA
Data: 08/07/2024 09:59:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. ☐ INTRODUÇÃO
2. ☐ REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. ☐ METODOLOGIA
4. ☐ RESULTADOS OBTIDOS
5. ☐ CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Prof. SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA

Orientador(a)

Dedico este trabalho aos meus pais, Josefa
Clenilda Silva de Sousa e Abelardo Rocha de
Sousa, a Deus e às minhas grandes amigas
Gernilane Souza e Jacyra Frota.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Pai e Mãe por sua bondade e cuidado que me acompanham todos os dias.

Ao São Francisco, nosso padroeiro da Comunidade do Prata, e ao intercessor Santo Antônio, olhai pelo povo de Belterra.

À minha querida mãe Josefa Clenilda Silva de Sousa, a meu pai Abelardo Rocha de Sousa e a meus amados irmãos Wildson Silva de Sousa e Welén Silva de Sousa.

Aos meus avós, padrinho e madrinha de batismo, por me apoiarem e orarem pelo meu percurso, compreendendo a minha ausência de neto e afilhado.

À minha avó Maria Helena e ao meu avô Cleialdo Alves (*In Memoriam*), que sempre estiveram ao meu lado mesmo nas distâncias.

Às minhas amadas tias Antônia Rocha, Rosa Rocha, Maria Melita e Vera Lúcia, pelo cuidado e preocupação expressados nas ligações realizadas, nos momentos em que me distanciava devido à dedicação à pesquisa.

À amiga Jacyra Frota e Gernilane Souza, meus eternos agradecimentos, pelas palavras de incentivo, encorajamento na participação do Processo Seletivo 2021 do PPGE, o qual não participaria sem a insistência e auxílio na elaboração do projeto e organização do currículo *Lattes*.

À minha orientadora Profa. Dra. Solange Ximenes Rocha, pela leitura sempre crítica, pela simplicidade dos gestos, honestidade das palavras e pelo cuidado durante esta jornada.

Ao Grupo de Pesquisa FORMAZON, pela contribuição no processo de escrita por meio de seus membros, permitindo que pudéssemos dialogar com temáticas que colaboraram para esta pesquisa.

Às Profas. Dra. Daniele Wagner, Dra. Iani Lauer e Dra. Maria Eliane, que aceitaram contribuir com esta pesquisa, participando como examinadores de qualificação e da banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela contribuição científica.

Ao Programa de Demanda Social (DS), pelos oito meses de bolsa, os quais contribuíram para o investimento da minha formação.

À Profa. Dra. Daniele Wagner – UFOPA, por me desafiar, incentivar, questionar e, sobretudo, por acreditar na Pedagogia da Alternância.

Ao Projeto de Extensão “Ferramentas para Sonhar”, que possibilitou a reflexão aos demais participantes dos grupos e a ampliação e divulgação da Pedagogia da Alternância nas CFRs de Santarém e Belterra.

À Profa. Josefa Clenilda Silva de Sousa, Presidente da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra, pelas importantes contribuições no decorrer da pesquisa.

À Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra e às pessoas que contribuíram dando informações e compartilhando suas experiências.

À Coordenação Pedagógica e aos egressos responsáveis por esta linda pesquisa, agradeço a acolhida calorosa durante a visita de campo.

A todos os sujeitos entrevistados nessa pesquisa pela fundamental contribuição, sem vocês não seria possível desenvolvê-la.

À Federação das Casas Familiares do Pará (FECAFAR-PA) pela disponibilidade das informações e concessão do distanciamento das minhas funções como tesoureiro e, posteriormente, como secretário executivo da instituição, minhas sinceras desculpas.

Ao Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) do Brasil, por possibilitar pesquisar esta temática tão importante para a Pedagogia da Alternância, as CFRs, a Educação do Campo e os egressos.

Ao Prof. Wilson Navarro, Secretário Municipal de Educação de Juruti, pela compreensão nos momentos de saída para realizar entrevistas e viagens necessárias ao engrandecimento da pesquisa.

À Profa. Aryanne Lopes, pela oportunidade e encorajamento nos diálogos e conselhos durante esta jornada, sempre com uma palavra amiga.

À Poliana Sena, pela contribuição na banca de pré-qualificação, pelo seu olhar crítico e atento para a construção da pesquisa e na publicação de um artigo em parceria comigo.

Ao meu querido amigo Erivelton Beniti, por ter compartilhado esta jornada e pelas parcerias realizadas durante o percurso formativo.

Aos amigos Edson Azevedo, Sandra Brambati, Michael Santos, Ana Christi, por me ajudarem a olhar o mundo com amor e amizade.

Aos colegas de trabalho Paula Ramos, Edson Pires, Erasmo Santos e Gercilene Amaral, por, durante esta trajetória, ouvir minhas felicidades, dores e aflições, sempre trouxeram palavras de conforto.



¹Hino das CFRs

(Autoria - Alunos da 1ª Turma CFR de Medicilândia)

Hoje me sinto orgulhoso de ser lavrador,
Sou filho da roça, sou agricultor.
Nasci no barraco em meio à Plantação.
Até já pensei em sair, ir em busca de outros
sonhos.

Mas este lugar de rosto tão risonho
Já vive aqui dentro do meu coração.
Caderno e roçado, caneta e facão,
Do campo eu não saio mais não,
Nasci nesta terra,
Comprei esta guerra.
Eu também vou plantar neste chão.

Vivo do que a terra dá, trabalho com as plantas.
As dificuldades que surgem são tantas
Que tira o roceiro lá do seu torrão.
Por isso é que surgiu a Casa Familiar Rural,
Pra gente estudar de modo especial
E aprender cuidar melhor do nosso chão.



¹ Fotos de Domínio Público, retiradas do *Facebook* da referida instituição, e Letra do Hino das CFRs criada pela 1ª Turma da CFR de Medicilândia.

"O que importa na vida não é o mérito fato de termos vivido, é a diferença que fizemos nas vidas das outras pessoas, esse é o que determinará a importância da vida que levamos." (Nelson Mandela)

RESUMO

A referida pesquisa buscou investigar o processo formativo de egressos da Escola Comunitária Casa Familiar Rural (CFR) de Belterra, com a perspectiva de: perceber e contextualizar a Pedagogia da Alternância (PA) e sua estrutura de organização em rede; compreender a educação profissional dos jovens alternantes da CFR de Belterra, a partir do Plano de Formação e seu currículo para o desenvolvimento do meio; e refletir com os egressos como evidenciam as contribuições da formação na CFR em termos da melhoria da produtividade, economia e qualidade de vida comunitária onde estão inseridos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando métodos, como: pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo; envolvendo 6 (seis) egressos com idades entre 15 e 25 anos que passaram por um curso de 18 a 24 meses. As entrevistas adotaram questões de caráter pessoal e sobre projetos profissionais dos jovens e temas relacionados ao trabalho. O referencial teórico é fundamentado nos seguintes autores: Gimonet (1999), Begnami (2004), Morin (2011), Meneses (2010) e Ferreira (2015). A pesquisa destaca a permanência dos jovens no campo e sugere a necessidade de transformar as Casas Familiares Rurais em política pública para integrar essas instituições aos sistemas educacionais. Além disso, as ações dos Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFAs) estão ligadas à Educação do Campo e às lutas dos movimentos sociais. O estudo contribui para avaliar as atuações dos egressos em movimentos sociais e atividades econômicas e o desenvolvimento nas propriedades, ressaltando a importância da proposta curricular voltada para a educação do campo, que foi internalizada na CFR de Belterra.

Palavras-chave: CFR de Belterra. Pedagogia da Alternância. Egressos. Educação Profissional.

ABSTRACT

This research sought to investigate the training process of graduates of the Rural Family Home (RFH) Community School in Belterra with a view to understanding and contextualizing the Alternation Pedagogy and its network organization structure, understanding the professional education of young alternating students at the RFH in Belterra based on the Training Plan and its formation for the development of the environment, and reflecting among the graduates how they see the contributions of training at the RFH in terms of improving productivity, the economy and the quality of life in the community where it is located. The research adopts a qualitative approach, using methods such as bibliographical research, semi-structured interviews and content analysis, involving 6 (six) graduates aged between 15 and 25 who underwent a course lasting between 18 and 24 months. The interviews focused on personal issues, young people's professional projects and work-related topics. The theoretical framework is based on authors such as Gimonet (1999), Begnami (2004), Morin (2011), Meneses (2010) and Ferreira (2015). The research highlights the permanence of young people in the countryside. It suggests the need to turn Rural Family Houses into public policy to integrate these institutions into educational systems. In addition, the actions of the Rural Family Education and Training Centers (CEFFAs) are linked to Rural Education and the struggles of social movements. The study contributes to evaluating the graduates' work in social movements and economic activities and the development of the properties, highlighting the importance of the curricular proposal focused on rural education, which was internalized in the Belterra Rural Family House.

Keywords: Belterra RFH. Pedagogy of Alternation. Graduates. Professional Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Levantamento de Dissertações e Teses nos bancos de dados dos PPGEs.....	21
Quadro 2 - Quantidade de publicações cada instituição pesquisadas.....	23
Figura 1 - Estrutura física da CFR de Belterra.....	25
Figura 2 - Alojamento (frente) com o sistema solar integrado.....	25
Quadro 3 - Referência da carga horária na CFR de Belterra.....	32
Figura 3 - Mapa de localização das CFR no Estado do Pará.....	35
Quadro 4 - Instrumentos Pedagógicos da Alternância.....	42
Figura 4 - Consulta pública de autenticidade SISTEC	51
Figura 5 - Carteira Profissional CFTA.....	52
Figura 6 - Representação dos 04 Pilares dos CEFFAs	54
Quadro 5 - Distribuição de alunos a partir dos Editais nº 001 e 002/2023 e do preenchimento do Censo Escola em 2023	57
Quadro 6 - Dinâmica de funcionamento da Casa Familiar Rural.....	58
Quadro 7 - Síntese das UR e das US na análise de conteúdo.....	70
Quadro 8 - Sujeitos da Pesquisa	72
Quadro 9 - Cursos realizados pelos egressos após a formação.	78
Quadro 10 - Perfil de projetos desenvolvidos pelos egressos em seus territórios	82
Quadro 11 - Levantamento de tamanho da propriedade e produção	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Carga horária do curso Técnico em Agropecuária.....	45
Tabela 2 - Distribuição de alunos turma 2014 - 2015.....	53
Tabela 3 - Distribuição de alunos ingressantes e concluintes, sexo e turma da CFR-B	56
Tabela 4 - Demonstrativo da Oferta do Ensino Fundamental e Médio em Belterra	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFCFR-B	Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra
ARCAFAR NO/NE	Associação das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste
ARCAFAR-PA	Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará
ARCAFAR/SUL	Associação das Casas Familiares Rurais do Sul
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAF	Coordenação da Agricultura Familiar
CC	Colocação em Comum
CEAPAC	Centro de Apoio à Projetos de Ação Comunitária
CEE/PA	Conselho Estadual de Educação do Pará
CEFET-BAM	Centro de Formação do Trabalhador do Baixo Amazonas
CEFFA	Centro Familiar de Formação por Alternância
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CFR	Casa Familiar Rural
CFTA	Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cartão Nacional de Pessoa Jurídica
COVID-19	Coronavírus <i>Disease</i> 2019
EAD	Educação à Distância
ECCFR-B	Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra
ECRs	Escolas Comunitárias Rurais
EFAS	Escolas Famílias Agrícolas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER-PARÁ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FECAFAR-PA	Federação das Casas Familiares Ruais do Pará
FECAF/BAM	Fórum de Educação do Campo, das Águas e das Florestas do Baixo Amazonas
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar

ICEFFAS	Instituto dos Centros Familiares de Formação por Alternância do Brasil
IFPA	Instituto Federal do Pará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MFR	<i>Maison Familiale Rurale</i>
PA	Pedagogia da Alternância
PA	Pará
PAIS	Produção Agroecológica Integrado Sustentável
PE	Plano de Estudo
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPJ	Projeto Profissional do Jovem
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PSS	Processo Seletivo Simplificado
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
SEE	Secretarias Estaduais de Educação
SECTET	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Pará
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Abastecimento e Agricultura
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SOME	Sistema Organizacional Modular de Ensino
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TC	Tempo Comunidade
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TE	Tempo Escola
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidades Federal do Pará
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O CONTEXTO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA REDE ARCAFAR-PA E AS CASAS FAMILIARES RURAIS.....	28
1.1 Pedagogia da Alternância: alguns aspectos históricos	28
1.2 As Casas Familiares Rurais no Pará e a ARCAFAR-Pará.....	33
2 A FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA CFR DE BELTERRA.....	39
2.1 Fundamentos políticos-pedagógicos da educação profissional contextualizada na Pedagogia da Alternância: o caso da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra	39
2.2 Marcos legais e regulatórios da Pedagogia da Alternância na CFR de Belterra: um breve caminhar entre o CEE/PA, o SISTEC e o CFTA	48
2.3 Contexto atual da CFR de Belterra: a retomada	55
2.4 As concepções de currículo e a CFR de Belterra	60
2.5 Permanência do egresso no campo: a interconexão entre educação e trabalho	63
3 OS(AS) EGRESSOS(AS) DA CFR DE BELTERRA: ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS OBTIDOS NO TRABALHO DE CAMPO	67
3.1 Desdobramentos da análise da pesquisa.....	67
3.2 Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR.....	71
3.3 A produção e as atividades agropecuárias nas propriedades, a relação do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e o egresso da CFR de Belterra	79
3.4 Contexto das propriedades e perspectivas futuras	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	103
ANEXOS	113

INTRODUÇÃO

Processos educativos diferenciados e políticas públicas específicas têm marcado o debate acadêmico, a partir da década de 1990, acerca da educação do campo e de suas experiências locais, além da necessidade de compreender suas especificidades e contribuições para a construção de um processo mais amplo de educação.

Por estar envolvido com esse movimento de educação do campo, esta pesquisa nasce de minha prática educativa como técnico em agropecuária, em que respondia pela Coordenação da Agricultura Familiar (CAF), da Secretaria Municipal de Abastecimento e Agricultura (SEMAGRI), no município de Belterra-PA, e fui convidado a acompanhar a aplicação de uma pesquisa participativa dentro da unidade de ensino.

Esse contato foi fortalecido, porque, na área de localização da Casa Familiar Rural (CFR) de Belterra, havia agricultores que eram assistidos pela SEMAGRI, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Esta relação se estreitou ainda mais quando a coordenação conseguiu habilitar a instituição para receber o projeto de Produção Agroecológica Integrado Sustentável (PAIS), por entender que a Casa Familiar Rural de Belterra é um espaço para difundir conhecimento e tecnologias sociais que, a partir das formações e da ATER, garantiriam a ampliação desta experiência nos territórios.

Anos depois, ainda realizando acompanhamento e sendo responsável pela turma do Planalto/Cidade na CFR de Belterra, em meados de 2012, assumo a parte técnica de campo da referida instituição, na missão de acompanhar e monitorar os jovens em formação nas diversas atividades que eram desenvolvidas dentro do tempo escola (TE).

Com essa experiência, passei a ter contato com a docência e, por meio dos cursos de graduação em Administração, Licenciatura em Pedagogia e Gestão Ambiental, ao ministrar as disciplinas da matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária, além de pensar nas estratégias de gestão e formação, contribuí de maneira efetiva, desenvolvendo a atividade de coordenação do referido curso; em seguida, assumi a coordenação pedagógica; e, por último, a direção escolar na referida instituição.

Assim, ao longo dos 13 anos de atividade na CFR de Belterra, acompanhei a vivência escolar das turmas e dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao ensino médio, durante a formação conhecida como Pedagogia da Alternância (PA), uma

proposta curricular bem diferente do que é ofertado pelo Sistema Organizacional de Ensino Modular (SOME)², em algumas comunidades no município de Belterra.

Já, na Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR/PA), fiz parte da atual diretoria, que teve o mandato prorrogado até agosto de 2022, sendo que o mandato corresponde ao período de quatro anos (2018-2022), pois, devido à pandemia de Covid-19, tivemos a necessidade de aumentar este prazo. Atuei como tesoureiro responsável por elaborar projetos, captar recursos, fortalecimento institucional, articulação nacional e internacional com a Federação do Isère-França. Além disso, presidi a Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra (AFCFR-B), no período de 2019 a 2022, e coordenei o Fórum de Educação do Campo, das Águas e das Florestas do Baixo Amazonas (FECAF/BAM). Em 2023, após a retomada do Instituto dos Centros Familiares de Formação por Alternância do Brasil (ICEFFAs)³, assumi a responsabilidade da tesouraria.

Diante do fazer pedagógico na ARCAFAR-PA, observa-se que, dentro da rede de Casas Familiares Rurais existentes no Estado do Pará, podemos encontrar diversas experiências exitosas sobre a formação profissional técnica que utilizam a Pedagogia da Alternância, entre as quais se destaca a Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra (ECCFR-B).

Na região do Baixo Amazonas, a criação da primeira Associação das Famílias das Casas Familiares Rurais (AFCFR) ocorreu em Santarém-PA e resultado das ações dos movimentos sociais no final dos anos 1990. A partir de então, organizações como o Centro de Formação do Trabalhador do Baixo Amazonas (CEFET-BAM), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras (STTRs) de diversos municípios, o Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC) e a Colônia de Pescadores Z-20 passaram a difundir a ideia da implantação das CFRs na região, o que resultou na fundação de 6 (seis) CFRs, considerando uma no município de Belterra, outra em Óbidos, mais uma em Juruti, uma em Alenquer e duas em Santarém.

² O Ensino Modular é direcionado à expansão das oportunidades educacionais em nível de ensino fundamental e médio para a população escolar do interior do Estado, onde não existir o ensino regular, de modo complementar ao ensino municipal.

³ O Instituto dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) do Brasil foi constituído em julho de 2012, pessoa jurídica de direito privado, não governamental, sem fins lucrativos, que tem como finalidade contribuir, apoiar, estimular, fortalecer e buscar estratégia que venha manter em funcionamento os CEFFAs que têm atuação como Casas Familiares Rurais (CFRs) nos seguintes Estados: Maranhão, Bahia, Pará, Amazonas, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul, organizados em rede: ARCAFAR-MA, ARCAFAR-PA, ARCAFAR-SC, ARCAFAR-RS, ARCAFAR-PR e IRCOA/MA, sendo que se encontram em processo de discussão as CFRs do AM, BA.

A busca por soluções locais para a formação de jovens e adultos nos territórios foi uma das principais motivações para os movimentos sociais e sindicais que necessitavam melhorar sua produção e conhecer as técnicas produtivas, e a implantação da CFR possibilitaria este espaço de troca e formação. Como o território é gigantesco, houve a necessidade de expandir essas unidades de ensino para os mais diversos municípios do Baixo Amazonas.

A Educação do Campo, segundo a Resolução nº 2/2008, compreende a Educação Básica em suas etapas, bem como a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio para as populações já referenciadas nesta pesquisa. Como explicita Fernandes (2004, p. 38), a Educação do Campo "pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos".

A proposta de ensino adotada nas CFRs é chamada Pedagogia da Alternância. Para Gimonet (1999), a Pedagogia da Alternância nas CFRs dá prioridade à experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo, como fontes de conhecimento, pontos de partida e de chegada do processo de aprendizagem e como caminho educativo.

A Pedagogia da Alternância é uma prática reconhecida mundialmente, desenvolvida nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). É uma proposta educacional que promove a formação integral do jovem residente no campo. Com uma proposta educacional que promove a formação integral do sujeito residente no território, o CEFFAs tem como propósito efetivar uma política educativa para a população campestre, ao mesmo tempo em que difunde o desenvolvimento tecnológico, econômico e sociocultural da comunidade, propiciando condições para o sujeito se fixar ao seu meio (PACHECO; GRABOWSK, 2011).

Segundo Begnami (2004), entre muitos autores, o conceito de alternância vem sendo definido como um processo contínuo de aprendizagem e formação na descontinuidade de atividades e na sucessão integrada de espaços e tempos. A formação inclui e transcende o espaço escolar, e, portanto, a experiência torna-se um lugar com estatuto de aprendizagem e produção de saberes em que o sujeito assume seu papel de ator protagonista, apropriando-se individual e coletivamente do seu processo de formação.

Dias (2006, p. 124) explica a Pedagogia da Alternância como uma formação integral e transformadora do jovem rural e, conseqüentemente, do meio onde vive. O trabalho coletivo (escola e família) possibilita o desenvolvimento dos pequenos agricultores em sua região. A autora salienta que:

A Pedagogia da Alternância tem como objetivo a formação integral do jovem do campo no aspecto intelectual e profissional, e tem como princípio uma abordagem metodológica que não nega a autonomia dele como sujeito. Balizada por essa premissa, a Pedagogia da Alternância vem sendo desenvolvida na tentativa de proporcionar um atendimento específico aos adolescentes do meio rural. Nela, enfatiza-se a iniciativa própria, a criatividade individual, o trabalho em equipe, o senso de responsabilidade, de cooperação e de solidariedade. (DIAS, 2006, p. 124)

A Pedagogia da Alternância é um sistema educativo que busca atender à necessidade de uma educação do campo. Este modelo pedagógico compreende a integração dos espaços vivenciados pelo estudante que permanece em um tempo escola e um tempo família-comunidade. Esta abordagem reconhece a vivência do estudante com sua família e comunidade como um espaço fundamental para sua aprendizagem, relacionando o ensino desenvolvido na escola com as atividades do dia a dia na unidade produtiva de sua família e comunidade (CAMPOS, 2018).

Este modelo de educação implementado pelas CFRs consegue se destacar em relação à educação profissional técnica por se tratar de uma educação que se contrapõe à educação rural e bancária, que sempre hostilizou os sujeitos do campo dentro de seus processos de formação. As CFRs surgiram com o objetivo de oferecer uma educação alternativa para a formação de jovens rurais e que estivesse de acordo com a sua realidade, possibilitando um aprendizado teórico e prático e que, para isso, os jovens não precisassem abandonar as atividades na propriedade para estudar em escolas formais (ESTEVAM, 2012).

O currículo da ECCFR de Belterra trabalha com a formação humana, científica, política e comunitária, com a finalidade de contribuir no processo econômico e cultural das comunidades. Desse modo, para compreender o papel do currículo como função social, é necessário compreender que:

[...] o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada à forma específica e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; TADEU, 2013, p. 13-14)

O currículo na alternância é movimento. Ele permite dinamizar o processo de formação dos sujeitos. Logo, não se constitui neutro, sem conexão com a realidade onde os

jovens desenvolvem suas habilidades e compreendem o lugar onde vivem, criando, conhecendo e aperfeiçoando suas práticas.

De acordo com Molina (2014, p. 277), a prática formativa que busca a emancipação considera que “as relações de produção, as questões políticas, os elementos socioculturais existentes num determinado contexto histórico são fundamentais para a constituição de uma formação social”. Para a autora, é por meio do embate, da luta de classes, que o homem consegue mudanças significativas em sua omnilateralidade.

A CFR de Belterra, dentro de seu plano de formação, orienta o jovem de forma sistemática, global, integral, levando em consideração a riqueza que construíram durante o processo de ensino-aprendizagem. Dentro do processo formativo, o jovem necessita de alguns elementos para a formação integral humana, bem como os aspectos ecológicos, éticos, espirituais, econômicos, filosóficos, artísticos, intelectuais, técnicos, científicos, profissionais, humanos, sociológicos, entre outros. A formação oferecida nos CEFFAs tem ou deveria considerar todos os elementos que formam, influenciam, contribuem para o desenvolvimento e o crescimento das pessoas na sua integralidade.

Para se compreender o atual contexto das pesquisas sobre a Pedagogia da Alternância e sobre os egressos no Pará, foi necessário realizar uma análise sobre a temática de estudo, fazendo buscas nos repositórios dos bancos de dissertações e teses dos programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) no Estado do Pará: Universidade Federal do Pará – UFPA (Belém e Cametá) e Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. A seguir, apresentamos o quadro com o mapeamento realizado, a partir dos seguintes descritores: Pedagogia da Alternância, Casas Familiares Rurais, Educação Profissional, egressos, Projeto Profissional do Jovem (PP), correspondendo às pesquisas realizadas nos últimos 10 anos, no período de 2013 a 2023.

Quadro 1 – Levantamento de Dissertações e Teses nos bancos de dados dos PPGEs

ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO
2013	Manuela Tavares Santos	A Pedagogia da Alternância na integração de saberes no Proeja quilombola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Castanhal.	Mestrado	UFPA – CAMPUS CAMETÁ/PPGEDUC
2014	Poliana Fernandes Sena e Sousa	A Experiência da Pedagogia da Alternância na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra	Mestrado	UFOPA/PPGE

Continuação

ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO
2014	Glez Rodrigues Freitas Bentes	Movimento social e política de educação do campo: a prática da Casa Familiar Rural de Santarém – Pará	Mestrado	UFOPA/PPGE
2014	Joana Carmen do Nascimento Machado	“Nem parece que tem quilombola aqui”: (In)visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do território quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto	Mestrado	UFPA - CAMPUS CAMETÁ/ PPGEDUC
2015	Rosilda do Socorro Ferreira Vaz	A Pedagogia da Alternância no curso de Licenciatura em Educação do Campo em Abaetetuba	Mestrado	UFPA - CAMPUS CAMETÁ/ PPGEDUC
2017	Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos	Educação do Campo no Amazonas: História e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas.	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/PPGED
2019	Ana Maria Raiol da Costa	A experiência educativa da Casa Familiar Rural de Gurupá-PA	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/PPGED
2019	Maria Celeste Gomes de Farias	Alternância pedagógica na formação do educador: contribuições da licenciatura em Educação do Campo a partir da UNIFESSPA	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/PPGED
2021	Ana Cláudia Peixoto de Cristo	Formação em alternância nas Amazônias: a Licenciatura em Educação do Campo/UNIFAP-AP e as interfaces com a educação-trabalho-território	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/PPGED
2022	Adjalma Nascimento Ramos	Um estudo sobre o currículo da Escola Comunitária Casa Familiar Rural do Município de Breves: uma análise dos impactos produzidos pelos arranjos curriculares formativos na turma egressa de 2013	Mestrado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/PPGED

Fonte: Autor (2023)

Entre o levantamento realizado, foram encontradas 729 dissertações e teses nos bancos de dados dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Pará – Campus Belém e Cametá (Mestrado e Doutorado) e da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

No Quadro 2 a seguir, será exibido o número de publicações encontradas nos repositórios pesquisados, bem como suas classificações, de acordo com o tipo de trabalho disponível neles.

Quadro 2 - Quantidade de publicações em cada instituição pesquisada

Instituição	Número de Publicações Encontradas	Número de Publicações com a Temática Alternância	Classificação
UFOPA	131	2	Dissertação
UFPA – CAMETÁ	147	3	Dissertação
UFPA - BELÉM	263	1	Dissertação
UFPA - BELÉM	188	4	Teses
Total	729	10	

Fonte: Autor (2023)

Dentro das 10 publicações sobre a Pedagogia da Alternância destacadas no Quadro 1, identificamos a dissertação denominada “Um estudo sobre o currículo da Escola Comunitária Casa Familiar Rural do Município de Breves: uma análise dos impactos produzidos pelos arranjos curriculares formativos na turma egressa de 2013 da UFPA de Cametá”, a qual traz uma reflexão dos impactos produzidos mediante a implementação dos arranjos curriculares formativos da Escola CFR na vida dos alunos egressos de 2013.

A produção científica acima citada dialoga diretamente com a temática ora estudada, possibilitando encontrar conceitos, dados e contextos similares que demonstram a necessidade de dialogar sobre os egressos, seu processo de formação, as contribuições da formação para a sua propriedade e território, sendo esta a única entre as 10 publicações a tratar dos egressos, eixo principal deste diálogo.

Nessa perspectiva, evidencia-se que as propostas pedagógicas dos cursos estão ancoradas nas concepções e práticas de ensino e aprendizagem da Pedagogia da Alternância, no diálogo com as duas correntes pedagógicas que têm fundamentado as práticas da educação do campo no Brasil: a pedagogia freireana e a pedagogia socialista.

Para compreender a importância da Pedagogia da Alternância e a relação do movimento social como uma educação capaz de vencer a contra-hegemônica, Vaz (2017) apresenta a seguinte reflexão:

Através dos movimentos sociais, foram sendo alcançadas conquistas e condições materiais para a construção de um projeto de educação e de sociedade, em que todos tenham seus direitos garantidos e respeitados. Um projeto, dentre outros, que privilegia a formação do educador do campo, entendendo que este profissional tem papel decisivo nessa construção. Um projeto educacional que privilegia uma formação pautada em uma pedagogia contra-hegemônica, chamada “Pedagogia da alternância” (VAZ, 2017, p. 110).

Para as CFRs, a concepção pedagógica para uma educação libertadora está dentro das propostas pedagógicas dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Agroecologia, Secretaria Escolar, Guia de Turismo, na modalidade integrada e subsequente, bem como na oferta da Educação de Jovens e Adultos. Logo, está embasada em uma concepção crítica e transformadora da educação, dialogando com os princípios que fundamentam o movimento político, pedagógico e epistemológico da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância.

Sendo assim, ao considerar o Plano de Curso e o Projeto Político Pedagógico dos cursos propostos, em diálogo com o pensamento freireano, deve-se primar por uma metodologia problematizadora, tendo a realidade como ponto de partida e de chegada do processo de construção do conhecimento. Defende-se um processo de ensino-aprendizagem em uma perspectiva dialógica entre os diversos sujeitos que integram a escola – docentes, discentes, pais, gestores, famílias e comunidades camponesas.

Para o movimento da Pedagogia da Alternância na Amazônia, ter um estudo como este possibilita algumas reflexões no que concerne aos egressos das escolas comunitárias das CFRs, pois, até o momento, não há um número significativo de pesquisas que acompanhem os jovens após a formação. Faz-se necessário investigar se realmente esta forma de ensinar, proposta pela Pedagogia da Alternância, tem se efetivado na prática e refletido em seus territórios por intermédio da formação ofertada por essas instituições.

Diante do exposto, este trabalho dissertativo apresenta a seguinte problemática de pesquisa: quais as transformações ocorridas com os egressos da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra após o processo formativo?

As questões versarão sobre: o ensino oferecido pela Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra (ECCFR-B) atende aos anseios/objetivos dos jovens quanto a melhorar a vida nas suas propriedades? Sobre a organização do processo formativo na CFR de Belterra, a proposta da Pedagogia da Alternância atende à necessidade dos jovens do campo? De que modo o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) ou o curso contribui para o desenvolvimento rural sustentável?

A partir dessas reflexões e para pesquisar o contexto do processo de formação, determinamos o objetivo geral da pesquisa: investigar o processo formativo de egressos da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra.

Com a finalidade de alcançar o objetivo geral, elencamos os objetivos específicos:

- contextualizar a Pedagogia da Alternância e sua estrutura organizacional em rede, a partir da organização de associações locais mantenedoras das CFRs;
- compreender a educação profissional dos jovens alternantes da CFR de Belterra a partir do Plano de Formação e seu currículo para o desenvolvimento do meio; e
- refletir como os egressos evidenciam as contribuições da formação, na CFR, em termos da melhoria da produtividade e de qualidade de vida onde estão inseridos.

A Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra, mantenedora da CFR de Belterra, objeto desta pesquisa, possui um terreno de 32 hectares, dispondo de um prédio administrativo (Figura 01) contando com: uma sala de aula, uma secretaria, uma área de convivência, uma cozinha e um depósito.

Figura 1 - Estrutura física da CFR de Belterra



Fonte: Autor (2022)

Além de disponibilizar na estrutura um alojamento com capacidade para 60 jovens por alternância, a CFR de Belterra conta com quatro banheiros, um sistema de energia solar (Figura 02), um poço artesiano e áreas para as práticas produtivas dos cursos ofertados.

Figura 2 - Alojamento (frente) com sistema solar integrado



Fonte: Autor (2022)

A partir da revisão bibliográfica e documental a respeito das questões relacionadas à Educação do Campo, Juventude Rural e Território, Questão Agrária, Educação e Trabalho, Pedagogia da Alternância, Projeto Político Pedagógico e Plano de Formação da ECCFR-B, as entrevistas analisaram o envolvimento dos egressos em diálogos e observações que aconteceram em três fases diferentes: a primeira ocorreu de maio a dezembro (2022); a segunda, de fevereiro a abril (2023), ligada à preparação para as aplicações das entrevistas; e a terceira fase, de maio a julho (2023). Essas fases contribuíram para direcionar a caminhada de modo que, com o progresso acadêmico intrínseco à pesquisa, foi possível chegar aos dados levantados e às reflexões.

A abordagem teórico-metodológica desenvolvida pressupõe dimensões narrativas produzidas simultaneamente e de forma articulada ao longo da pesquisa e dizem respeito às fontes de dados, ao registro do percurso, que é constitutivo da produção de dados, e ao modo de produzir conhecimento. Isso porque os dados são produzidos a partir de narrativas escritas pelo(s) sujeito(s). O percurso do trabalho é registrado, progressivamente, em uma narrativa reflexiva, e este texto – em construção permanente – não é apenas uma forma final de registro, mas um recurso privilegiado também de produção de dados e de ação-reflexão em busca do conhecimento possível para iluminar a compreensão sobre o que se pesquisa.

Se considerarmos o estudo feito por Esteban (2010) sobre os vários tipos de pesquisa qualitativa, a partir de classificações propostas por diferentes autores, o “enquadramento” geral do tipo de pesquisa que desenvolvemos seria o seguinte: humanista; aberta e flexível; culturalmente contextualizada; pautada na análise contínua e progressiva das informações disponíveis para a produção de dados; holística; constituída a partir da experiência do(s) sujeito(s), tal como é vivida e sentida por ele(s); interpretativa e focada na compreensão das pessoas dentro de seu próprio âmbito de referência; pautada na convicção de que todos os cenários e perspectivas têm valor e são dignos de estudo; voltada aos indícios, às singularidades; válida pela coerência epistemológica; comprometida ética e esteticamente com a produção de novos conhecimentos; construída a partir de um pensamento metacognitivo do pesquisador; pressupõe um processo de implicação do pesquisador/autor, de tomar a si mesmo como fonte importante de dados, pelo exercício de reflexão sobre o percurso da pesquisa.

Para esta investigação, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme a Resolução nº 196/2016, levando em consideração os aspectos éticos referentes ao trabalho com os seres humanos. Para os participantes terem acesso às informações da pesquisa, tais como título, objetivos e justificativa, assegurou-se aos voluntários

o sigilo absoluto das suas respectivas identidades, garantindo todo o esclarecimento durante a pesquisa, bem como a autorização dos egressos para o registro de todas as atividades desenvolvidas nas entrevistas (fotografia, áudio, filmagens e demais materiais produzidos durante a pesquisa).

Este estudo foi aceito e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sob o CAAE - 68121223.1.0000.0171, Parecer nº 6.046.528 – Anexo A. Todos os sujeitos foram informados do caráter voluntário e sigiloso da presente investigação e assinaram o TCLE.

A coleta de dados foi realizada nas propriedades rurais dos jovens egressos nos municípios de Belterra e de Mojuí dos Campos, situados no Baixo Amazonas, Estado do Pará. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada, com perguntas de cunho pessoal e sobre o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e o trabalho, respondidas pelos(as) egressos(as) em suas residências e registradas com o auxílio de um gravador de voz.

Como instrumentos de coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista no qual os informantes, de forma verbal, responderam aos questionamentos voltados para a atuação do jovem após o processo formativo na CFR, as mudanças que ocorreram na propriedade da família após a passagem pela escola, as oportunidades que a formação proporcionou dentro e fora de sua propriedade. Buscamos ser claros nas questões propostas aos entrevistados para que não houvesse dúvidas sobre qualquer pergunta.

Assim, contamos com a participação de egressos(as), fazendo uso de técnicas de anotações de campo, bem como a utilização da gravação de voz e o registro fotográfico com o objetivo de captar todas as informações disponibilizadas pelos pesquisados, mantendo a fidedignidade do relato.

A população de egressos formados pela Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra é de, aproximadamente, 29 egressos(as), os quais correspondem às turmas de 2014 e 2015, denominadas Turma A e Turma B, esta formada em 2017. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi tirada uma amostra de 6 (seis) alunos que fizeram parte da entrevista semiestruturada.

Os critérios de inclusão dos egressos deram prioridade àqueles que desenvolvem atividades nos municípios de Belterra e de Mojuí dos Campos. Quantos aos jovens que foram incluídos, são os que desenvolvem atividades profissionais e produtivas nos territórios, os que atuam nas organizações, empresas públicas e privadas, bem como os que continuaram sua formação no ensino superior. Foram excluídos da pesquisa os egressos da Escola Comunitária

Casa Familiar Rural de Belterra que não residem nos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, em virtude de a pesquisa versar sobre as transformações ocorridas após a sua formação. Os dados das entrevistas foram transcritos com o suporte do aparelho de celular, o qual possibilita ao pesquisador utilizar um recurso que torna os discursos mais lentos, proporcionando um maior aproveitamento no momento de transcrever as falas no *Word.docx*.

A análise de dados foi realizada a partir da triangulação entre os dados verbais, documentais, bibliográficos e análise de conteúdo. A transcrição apresentará os seguintes dados: data da entrevista; nome do entrevistador; tipo de entrevista – presencial, hora de início e de término, duração – e nome do(a) entrevistado(a), substituído por “Sujeito 1, Sujeito 2, Sujeito 3, Sujeito 4, Sujeito 5 e Sujeito 6”. Na fase de tratamento e interpretação dos dados, as categorias analíticas principais foram definidas, sendo elas: desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimentos na CFR, produção e atividades agropecuárias na propriedade e contexto da propriedade e perspectivas futuras.

Para Gimonet (2007, p. 130), o sujeito alternante, na proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, assume o “sentido das aprendizagens em alternância” e vivencia o movimento da alternância, ou seja, sessões escolares e sessões familiares. O movimento alternado proposto pela Pedagogia da Alternância tende a potencializar a aprendizagem. O jovem estudante torna-se alternante no movimento metodológico da alternância, ou seja, nas experiências, na complexidade das relações e das situações, e amplia as possibilidades de aprendizagem em espaços e tempos diversos.

Assim, ao mesmo tempo em que se aproxima da família com um olhar mais observador e com sentimento de pertença, também pode se integrar ao campo familiar para partilhar saberes e adquirir outros. Várias naturezas de aprendizagens decorrem da diversidade das situações vividas pelo alternante. “Umas são frutos dos tempos de vida e das atividades em famílias, no meio profissional e social. Outras resultam de atividades mais dirigidas em situação escolar, entre outras, e, para algumas, também, no meio profissional” (GIMONET, 2007, p. 141).

Esta dissertação se apresenta sob a forma de três seções: na primeira, o recorte recai sobre o contexto da Pedagogia da Alternância no movimento da rede ARCAFAR-PA e das CFRs; a segunda seção aborda sobre a formação técnica e profissional na CFR de Belterra; e a terceira apresenta a experiência de jovens egressos a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo.

1 O CONTEXTO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA REDE ARCAFAR-PA E AS CASAS FAMILIARES RURAIS

Esta seção abordará a Pedagogia da Alternância, seus aspectos históricos, da França até o Pará, e o contexto da organização da Associação das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR-PA), destacando o processo de expansão e localização territorial das CFRs no Pará.

1.1 Pedagogia da Alternância: alguns aspectos históricos

A Pedagogia da Alternância teve sua origem na França, no ano de 1935, a partir da insatisfação de um grupo de famílias do campo com o então sistema educacional do país. O grupo reivindicava uma educação que atendesse às particularidades dos jovens do campo e que, além da profissionalização, propusesse elementos para o desenvolvimento social e econômico da região (TEIXEIRA *et al.*, 2008).

Segundo Mello Costa (1997, p. 6):

O ideário dos pioneiros, Padre Granereau e agricultor da comunidade, era criar uma escola diferente, que propiciasse aos jovens a formação em três aspectos complementares, a saber: a). Uma formação técnica que considerasse a necessidade que o produtor rural tem da ajuda dos filhos no seu trabalho, e este trabalho é complexo, minucioso e cheio de imprevistos. Uma longa aprendizagem prática e diversas observações são indispensáveis e, por isso, é necessário que o jovem fique o mais tempo possível na propriedade com seu pai. Por outro lado, o jovem precisa conhecer o porquê das diferentes atividades que acompanham sua rotina. O pai, absorvido em seu trabalho urgente, tem dificuldades e pouco tempo para dar explicação que satisfaça um jovem adolescente em pleno desenvolvimento e na maioria das vezes porque sempre se faz assim. Portanto são necessários estudos teóricos ao jovem para compreender e manter sua prática. Os jovens devem levantar suas preocupações técnicas a fim de ampliarem seus conhecimentos e seus valores. Esta formação deveria estar a cargo de um professor competente; b). Uma formação geral que levasse o jovem a expandir seu campo de conhecimento a fim de possibilitar-lhe a ultrapassagem das suas preocupações técnicas e a situarem-se no espaço e no tempo. A proposta deveria discutir aspectos referentes à história das profissões agrícolas, através do tempo; Geografia da França e do Mundo; ciências direcionadas à profissão agrícola; noções de administração e gerenciamento necessárias ao exercício de funções administrativas não só na sua propriedade como em órgãos e instituições agrícolas; c). Uma formação humana sólida visando à formação de um profissional da agricultura responsável e o surgimento de líderes competentes. O professor, além de ser competente deveria ser, também, um educador.

O surgimento da Pedagogia da Alternância almeja um ensino voltado para a região, no qual as famílias vivam um sistema de ensino voltado às suas particularidades e se reconheçam como sujeitos, valorizando sua cultura e sua história.

Neste sentido, Gnoatto *et al.* (2006) trazem a seguinte reflexão sobre o processo de expansão da Pedagogia da Alternância no Brasil:

Foi criado por iniciativa de um grupo de famílias residentes do meio rural, que propunham uma formação profissional aliada a uma educação humana para seus filhos. Atualmente, este projeto está presente nos cinco continentes e em trinta países, com uma mesma concepção: a responsabilidade e o entrosamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global de seu meio. No Brasil, este projeto educacional para o meio rural, surgiu em 1968, no Estado do Espírito Santo, em vários municípios (...), com o intuito de resolver, através de uma educação voltada mais especificamente para crianças e jovens, os problemas da ignorância e da pobreza da comunidade rural extremamente carente e excluída pela sociedade, empregando uma pedagogia adequada à realidade deles, preservando a identidade cultural destas crianças. (GNOATTO *et al.*, 2006, p. 6)

Ao trazer estas considerações referentes ao surgimento da Pedagogia da Alternância e à sua expansão pelo Brasil, podemos dizer que floresceu na década de 1960, no estado do Espírito Santo, trazida pelos padres italianos, sendo materializada por meio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), com a implantação da Escola Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural Rio Novo do Sul e Escola Família Rural de Olivânia (TEIXEIRA, 2008), tendo o Padre Jesuíta Humberto Pietrogrande como um dos incentivadores do projeto. Como o padre tinha conhecimento do sistema de ensino por alternância, propôs a implantação de uma experiência no sudeste capixaba. A partir de então, a novidade se expandiu para outras regiões do Estado e ultrapassou os limites estaduais, consolidando a criação da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB. No âmbito da UNEFAB, o MEPES passou a orientar a constituição de várias unidades formativas Brasil afora.

Na década de 1980, essa ideia se expandiu para outros estados da Federação, agora por meio das Casas Familiares Rurais (CFRs). De acordo com Oliveira (2008), as primeiras experiências registradas foram em 1989, nos Estados de Pernambuco e Paraná, nas cidades de Riacho das Almas e Barracão, respectivamente. No caso de Pernambuco, deu-se por iniciativas governamentais, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em parceria com representações francesas (CASTRO, 2011).

Na região Sul do Brasil, a Pedagogia da Alternância chegou com a CFR. De acordo com Santos (2006), a expansão teve início a partir do Seminário Franco-Brasileiro, realizado em 1985, no Paraná. Logo em seguida, houve um processo de expansão das CFRs na região, propiciando a fundação da Associação Regional das Associações das Casas Familiares Rurais do Sul (ARCAFAR/SUL), que ficou responsável pela efetivação de parcerias e convênios nas esferas público e privada em benefício do movimento.

Na década seguinte, a formação por alternância passou a ser discutida em todo o território nacional, seja pela UNEFAB ou pela ARCAFAR, gerando uma nova denominação: Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) (BEGNAMI, 2004).

A Pedagogia da Alternância está presente no Brasil há 54 anos. Todavia, no Estado do Pará, essa metodologia de ensino surgiu no ano de 1995, com a criação da primeira CFR em Medicilândia. A Associação das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste (ARCAFAR NO/NE) desenvolveu importante papel nesse processo e surgiu com a tarefa de promover o diálogo e a articulação com os governos estaduais para obter acesso a recursos e ao reconhecimento do ensino nas CFRs (SANTOS, 2006).

Para Estevam (2003, p. 57),

O movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil está dividido em dois momentos distintos: de um lado, o movimento das (EFAs) Escolas Famílias Agrícolas, influenciado pelas experiências italianas, de outro lado o movimento que reúne as (CFR) Casa Familiares Rurais com a experiência Francesa.

Embora as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) desenvolvam suas metodologias a partir da Pedagogia da Alternância, há uma diferença quanto à organização do tempo escola e tempo família dos jovens em relação às Casas Familiares Rurais (CFRs). Na primeira, os alunos ficam 15 dias na escola e 15 dias na propriedade, com a família. Já na segunda, o educando permanece uma semana na escola e duas semanas com a família.

A Pedagogia da Alternância é adotada por três modelos diferentes com objetivos diferenciados, são eles: as Escolas Comunitárias Rurais (ECRs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). As ECRs enfatizam a formação escolar dos educandos(as) a partir do regime seriado e regularizado junto às Secretarias Estaduais de Educação (SEE), possuindo também a formação técnica tanto no ensino fundamental como no ensino médio de forma mais específica, em que se trabalha a educação profissional de técnico em agropecuária.

Já as CFRs têm como prioridade a formação técnica do educando(a), diferenciando-se das EFAs por adotar o regime de suplência, existindo casos de o jovem permanecer duas semanas na escola e uma semana na família, por isso, em grande parte, a denominação de Casa Familiar Rural. Por sua vez, as EFAs possuem as mesmas características metodológicas, porém são grupos autônomos que estão ligados a movimentos sociais e eclesiais que pressionam o poder local para realizar a implantação e a aprovação da Pedagogia da

Alternância a fim de que a experiência possa ter validade. Por isso, muitas experiências surgem com o apoio das prefeituras locais, bem como dos governos estaduais (NASCIMENTO, 2005).

Em que pese as diferenças, CFRs/EFAs/ECRs têm todo o seu currículo voltado para a realidade do campo onde vivem as famílias dos alunos. Os pais são incentivados a envolverem-se em toda a vida da escola, desde o acompanhamento integral dos filhos, quando estão com a família, até a gestão, coordenação e manutenção da escola.

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa pedagógica viável encontrada pelos agricultores para a formação dos jovens do campo, sem que eles percam o contato com a família. A metodologia utilizada na CFR permite ao aluno refletir sobre a sua realidade, faculta a oportunidade de dialogar com a família e decidir o que quer estudar. Este fator se torna relevante, e o jovem se sente motivado para o estudo. Assim, é diferente da escola formal do campo, onde os conteúdos curriculares são os mesmos da zona urbana e os professores não são preparados para trabalhar a partir da realidade dos alunos.

De acordo com Queiroz (2004), há três tipos de alternância nos CEFFAs: a **alternância justapositiva**, que se caracteriza pela sucessão dos tempos ou períodos consagrados ao trabalho e ao estudo, sem que haja uma relação entre eles; a **alternância associativa**, quando ocorre uma associação entre a formação geral e a formação profissional, verificando-se, portanto, a existência da relação entre a atividade escolar e a atividade profissional, mas ainda como simples adição; e a **alternância integrativa** ou **copulativa**, com a aplicação efetiva de meios de vida socioprofissional e escolar em uma unidade de tempos formativos.

Nesse último tipo, a alternância supõe estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis – individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre outro. A ligação permanente entre eles é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução.

Em alguns centros, a integração se faz em um sistema educativo em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio, estando esses tempos interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos pela associação de forma harmoniosa; e entre família e comunidade e uma ação pedagógica que visa à formação integral com profissionalização.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Art. 23, prevê atendimento às escolas do campo, que aplicam o sistema de Pedagogia da Alternância:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. [...] § 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (BRASIL, 1996, p. 8)

Os dias letivos são trabalhados nas escolas e nas comunidades, concebendo a sala de aula como espaço amplo e diverso, fundamentado no Parecer CNE/CEB/MEC nº 05/97, que determina que as atividades escolares vivenciadas na sala de aula – sejam os trabalhos teóricos e práticos, as leituras, pesquisas e/ou atividades em equipes, cursos de formação continuada e exposições, convivência com o meio ambiente e com as demais atividades e ações humanas de natureza cultural e artística – tenham o objetivo de formar estudantes com compromisso social.

Segundo Silva (2012), essa especificidade metodológica obedece a diferentes critérios: seja de afastamento e divisão entre os dois momentos da alternância ou, ao contrário, de articulação e unidade da formação entre os dois períodos. Nesse contexto, buscamos compreender a origem da Pedagogia da Alternância e de como suas metodologias têm sido construídas ao longo do tempo.

A alternância é composta por 11 dias letivos, geralmente, divididos em 11 tempos de aula durante o dia, com atividades vivenciadas no espaço escolar e 12 períodos de alternâncias, de 13 dias cada, vivenciadas no tempo escola. Na escola, as aulas são em número de 11/dia, reservando-se algum tempo para os trabalhos práticos, organização dos espaços e atividades noturnas destinadas ao lazer (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Assim, um dos desafios das experiências analisadas é, portanto, o de construir uma verdadeira alternância, que integre no processo de formação os conteúdos e vivências dos alunos no meio escolar e no meio familiar, numa dinâmica capaz de reconhecer as diferenças e os paradoxos presentes no universo da escola, da família e dos seus movimentos, visando a implementação de um projeto comum em que o todo seja resultante de algo mais do que a soma das partes. (SILVA, 2012, p. 106)

A Pedagogia da Alternância não se apresenta como metodologia de simples aplicação, seus princípios estão sempre em movimento, na perspectiva de melhorar e avançar, segundo Sobreira (2015).

Na rede FECAFAR-PA, a matriz curricular é disponibilizada para que oriente as CFRs. Sendo assim, é possível realizar a implementação do curso na rede, em virtude de estar diretamente conectada com as referidas instituições ofertantes. Na CFR de Belterra, está distribuída da seguinte forma, conforme Quadro 3 citado a seguir.

Quadro 3 - Referência da carga horária na CFR de Belterra

Quantidade de aulas por Dia no CEFFA (aulas + atividades práticas + serões)	11
Quantidade de Aulas por Sessão (aulas + atividades práticas + serões)	112
Quantidade de Aulas por Ano	1.120
Carga Horária/Ano no CEFFA	793
Carga Horária Curso	4.200
Dias Letivos no CEFFA - Tempo Integral	110
Dias Letivos na Família/Comunidade	90
Dias Letivos por Alternância no CEFFA	11
Dias Letivos por Alternância na Família/Comunidade	10
Alternância Letivas no CEFFA	10
Alternância Letivas na Família/Comunidade	09
Duração da aula	60 min

Fonte: Matriz Curricular FECAFAR-PA (2024)

As escolas fazem adaptações dos instrumentos pedagógicos, aumentam ou diminuem as exigências de acordo com os indicadores históricos e sociais com propostas de atuação nos ambientes nos quais estão inseridas. Segundo Gimonet (2017), o aluno, digo, o “alternante”, é o ator principal da sua formação.

1.2 As Casas Familiares Rurais no Pará e a ARCAFAR-Pará

O processo de implantação das Casas Familiares Rurais (CFR), no Brasil, deu-se por outro viés histórico. No final da década de 1970, uma equipe governamental do Ministério da Educação ficou conhecendo a experiência numa viagem realizada à França. Após conhecerem o funcionamento das Casas Familiares Rurais, iniciaram as discussões para a implantação de uma Casa Familiar Rural no Brasil.

A primeira região a receber uma Casa Familiar Rural foi o Nordeste, no Estado do Alagoas, mais precisamente, o município de Arapiraca, na década de 1980. Mas, tendo em vista uma série de problemas políticos daquele município, a Casa Familiar Rural durou pouco tempo. Após o surgimento da primeira Casa Familiar Rural, outras regiões brasileiras também se interessaram pela proposta de ensino por alternância.

Em março de 2003, foi criada a Associação das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR-PA), em assembleia geral na cidade de Gurupá, diante da necessidade de uma organização em nível estadual para atuar pelos interesses das CFRs, bem como ir em busca de financiamento e de sustentabilidade financeira dos movimentos dos Centros de Formação Familiar por Alternância CEFFAs no Pará.

A ARCAFAR-PA contribui com as CFRs na captação de recursos, realiza formações para elaboração de projetos, troca de intercâmbios, visita técnicos-pedagógicos, faz capacitação dos colaboradores, elabora os planos de formação e matrizes curriculares, bem como representa as CFRs junto à Secretaria Estadual de Educação-SEDUC, à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTET), ao Conselho Estadual de Educação (CEE/PA), bem como junto ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA). Este suporte só é possível em virtude de estarem conectadas umas às outras por meio de um regimento unificado, que dá autonomia para que a ARCAFAR-PA possa representar o movimento das CFRs em todas as esferas, seja municipal, estadual, federal ou a nível internacional.

Em 2023, a ARCAFAR, dentro de uma estratégia estadual e nacional, passou por adequações jurídicas em atendimento à legislação que, de acordo com a ata e o novo estatuto social, a fim de continuar a representação das demais associações de CFRs, tornou-se a Federação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (FECAFAR-PA), tendo uma abrangência que se subdivide em cinco regionais: Sul, Ilhas, Baixo Amazonas, Transamazônica-Xingu e Nordeste.

No que se refere à implantação das CFRs no Pará, o processo de expansão se deu no período de 1995 a 2014. Ao longo desses 19 anos, foram criadas associações locais distribuídas em todo o território por mesorregiões do Pará, tais como: Sul, Ilhas, Baixo Amazonas, Transamazônica-Xingu e Nordeste.

Outro recorte importante é que, já na primeira década, 24 instituições tinham sido criadas. Para melhor visualizar, segue a figura do mapa de localização das CFRs.

Federal (SEAGRI), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) com o apoio do LAET/UFPA (MENESES, 2010; SANTOS, 2006).

A partir de 2015, houve um significativo enfraquecimento dos CEFFAs no Pará, e várias escolas foram fechadas em decorrência do término de acordos e convênios firmados com o governo estadual e de dificuldades para a manutenção das atividades. A região que mais possui CFRs é a da Rodovia Transamazônica, onde surgiram as primeiras CFRs no estado e onde se encontra atualmente a sede da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará.

De acordo com o levantamento referente às CFRs em atividade, realizado pela ARCAFAR-PA, em 2022, apenas 12 escolas estavam em funcionamento, correspondendo aproximadamente a: 650 matrículas; 11 associações com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo; 9 (nove) associações comunitárias inaptas e 18 CNPJs constavam como inaptas ou baixadas. Em 2023, com o incentivo da ARCAFAR-PA, debruçada em articular os recursos, conseguiu o retorno de 25 CFRs neste ano de 2024. Uma das questões centrais para a FECAFAR-PA é o financiamento para a manutenção das CFRs.

Os CEFFAs têm o financiamento de sua manutenção por meio, principalmente, dos termos de colaboração ou de fomento com os estados e/ou municípios. A Portaria nº 1.344, de 30 de novembro de 2016, que altera a Portaria MEC nº 1.071, de 2015, regulamenta, em seu § 5º, que as matrículas do Ensino Fundamental – anos finais – em instituições comunitárias do campo, credenciadas com proposta pedagógica por alternância e conveniadas com o poder público, deverão ser computadas como tempo integral, permitindo contemplar parte do financiamento com estes recursos.

Dessa forma, o valor de ponderação no exercício financeiro de 2021 será de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) para os anos finais do ensino fundamental no campo, e 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) para o ensino médio articulado à educação profissional, de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Considerando as matrículas dos CEFFAs informadas no Censo Escolar, é igual ao valor das escolas de tempo integral. Ao final de cada ano, a Portaria que estabelece o valor anual por aluno estimado distingue este valor da Pedagogia da Alternância.

O desafio para o financiamento e os investimentos articulados pelas instituições eram garantidas principalmente por instituições internacionais, mediados pelas igrejas, movimentos sindicais e que ainda hoje é o principal desafio.

A fragilidade das parcerias locais e o diálogo com as prefeituras locais são pontos cruciais e estratégicos para a manutenção das CFRs e parcerias, em virtude de a oferta do fundamental maior garantir este financiamento (professor, alimentação escolar e transporte escolar).

A retomada das CFRs no Pará é símbolo de resistência na oferta da educação profissional contextualizada nos territórios amazônicos, por garantir a luta pela defesa dos territórios, pelas mudanças climáticas, agroecologia, sustentabilidade, entre outras problemáticas que emergem do capital e comprometem o desenvolvimento do território de forma justa e equilibrada.

2 A FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA CFR DE BELTERRA

Esta seção discorre e discute a formação técnica e profissional na CFR de Belterra, na oferta da educação pública, em sua natureza comunitária, bem como as diretrizes das políticas pedagógicas da educação profissional contextualizada na Pedagogia da Alternância da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra. Compreende os aspectos e marcos legais que vão deste a legislação até o processo metodológico norteado pelos instrumentos pedagógicos e pelo Plano de Formação. Além disso, expõe o itinerário formativo, a matriz curricular, os tipos de cursos e modalidades a serem ofertados na CFR de Belterra, bem como a inserção dos dados no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), para a validação dos diplomas e posteriormente a emissão da carteira profissional emitida pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA).

2.1 Fundamentos políticos-pedagógicos da educação profissional contextualizada na Pedagogia da Alternância: o caso da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Essas diretrizes fundamentam-se nos seguintes princípios:

- I - Plano de Formação e organização curricular que articula conteúdos vivenciais em temas contextualizados geradores e conteúdo de formação geral e específica;
- II - formação, educação e orientação objetivam o desenvolvimento integral do estudante considerando as dimensões cognitiva, afetiva, estética, ética, física, cultural, ecológica e social;
- III - a organização e integração dos componentes das mediações didáticas devem enunciar as finalidades do projeto educativo, objetivos e etapas, articulando tempos, atividades e conteúdos em Tempo Escola/Universidade e Tempo Comunidade tendo em vista ensino, pesquisa e extensão;
- IV - mediações pedagógicas são atividades que efetivam a Pedagogia da Alternância e as articulam aos espaços, tempos e processos da Escola/Universidade e Comunidade; e
- V - uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas práticas pedagógicas com ênfase na relação dialógica entre docentes e discentes. (BRASIL, 2023, p. 2)

A legislação vigente garante os princípios e os valores da Pedagogia da Alternância tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, conforme explicitado no artigo 4º, que aborda questões relacionadas à compreensão da Pedagogia da Alternância.

O Art. 6º apresenta a Pedagogia da Alternância como caracterizada por dinâmicas pedagógicas que envolvem períodos de estudos letivos alternados entre tempo escola (TE) e

tempo comunidade (TC) na Educação Básica, e tempo universidade na Educação Superior, conforme segue:

- I - O Tempo Escola e o Tempo Universidade podem ser desenvolvidos na escola, na universidade e em outros espaços sociais;
- II - O Tempo Comunidade deve ser integrado ao Projeto Pedagógico, Currículo e Calendário, desenvolvido no território onde habitam os estudantes, abrangendo atividades e processos de pesquisa, experimentação e extensão, práticas sociais e laborais; e
- III - A organização do Tempo Escola e do Tempo Universidade devem ser previstas nos projetos pedagógicos e calendários das escolas e instituições de educação superior. (BRASIL, 2023, p. 2)

Diferentemente do que uma grande maioria pensa, para Foerste *et al.* (2019), a Pedagogia da Alternância não é uma metodologia pensada nos centros acadêmicos, nem consequência de análises e experiências realizadas e, em seguida, organizadas e colocadas em prática; é uma experiência que vai se moldando com o tempo, a partir das necessidades dos grupos que dela participam.

O sistema educativo da Pedagogia da Alternância possibilita ao jovem permanecer um período na escola, também chamado de sessão escolar ou tempo escola, e outro período na família, comumente chamado de sessão socioprofissional ou tempo comunidade, local onde realiza e experimenta práticas agrícolas, de criação e/ou extrativista, entre outras atividades.

Segundo Ribeiro (2003), a Pedagogia da Alternância estabelece a vinculação entre o meio escolar e o meio familiar comunitário, permitindo aos jovens frequentarem a escola sem prejudicar a produção realizada por meio de laços e braços da família.

De acordo com Sousa, Sousa e Ximenes-Rocha (2023, p. 2):

A pedagogia da alternância trata especificamente de dois importantes e estratégicos momentos formativos e é organizada a partir de dois períodos, identificados como TE e TC. O TE abrange os períodos de formação que ocorrem nas CFR, enquanto o TC é um período de formação nas comunidades rurais, corresponde ao tempo de vivências, experiências, estudo e investigação, e muitas vezes ocorre no próprio lote dos alternantes. Ressalta-se que a alternância não se diferencia pela mera alternância entre TE e TC, uma vez que estabelece orientação real para as aprendizagens desenvolvidas na escola, em confronto com as realidades da vida. Verifica-se que a plena articulação dos tempos formativos pode implicar a consolidação do território do alternante, questão socioprofissional em resistência à perspectiva capitalista presente em muitas escolas, em um sentido de movimentos contra-hegemônicos.

O tempo escola e o tempo comunidade estão interligadas aos instrumentos pedagógicos e/ou dispositivos pedagógicos que dialogam com a prática das CFRs. Para que a alternância funcione, é necessária a articulação do TE e TC com o tema gerador. Neste sentido, apresentam-se os instrumentos pedagógicos que cumprem essa ligação:

I - Mediações pedagógicas para garantir a integração dos espaços e tempos formativos;
 II - Tema gerador, integrador ou contextual;
 III - Plano de Estudo - PE, caderno da realidade, caderno de acompanhamento;
 IV - Intervenção externa (palestras, cursos e oficinas);
 V - Visita, viagem de Estudo. Experiências Agroecológicas;
 VI - Atividades de retorno;
 VII - Estágio, Projeto Profissional;
 VIII - Relatórios de Pesquisa, Trabalhos Interdisciplinares, Trabalho de Conclusão de Curso;
 IX - Práticas de ensino, tutoria, auto-organização;
 X - Encontros de tempo comunidade, visita às famílias; e
 XI - Caderno didático, avaliação coletiva, avaliação por ciclo formativo, avaliação de habilidade e convivência, avaliação institucional e participativa.
 (BRASIL, 2023, p. 3)

Segundo Gimonet (2007), a sessão família começa quando:

Permeia pela escola e depois retorna a origem, onde deve resultar em experimentos e mudanças na própria realidade, fazendo com que o jovem seja sujeito de transformação da realidade. A Pedagogia da Alternância “parte da experiência da vida cotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente. (GIMONET, 2007, p. 16)

Pozzebon e Vergutz (2013) relatam que os diferentes espaços de formação são orientados e monitorados por diversos instrumentos pedagógicos que permitem o funcionamento da alternância, pois somente assim existe a possibilidade de que ocorra o desenvolvimento do meio através das práticas e intervenções no próprio espaço onde se vive.

Na execução da alternância, existe o foco na conexão, na relação ação-reflexão acerca de si mesmo e do meio de maneira complementar. Caracteriza-se pela implicação do processo formativo do alternante por meio do seu projeto pessoal – o projeto de vida profissional, sendo este o instrumento pedagógico que interliga tecnicamente os conhecimentos adquiridos durante a caminhada alternada no Centro de Formação com o ambiente socioprofissional e/ou familiar. Este projeto é elaborado em conformidade com os anseios do alternante e de sua família.

Ghedin (2012, p. 245) destaca a necessidade de interação entre os conhecimentos científicos e o popular por alternância: “são utilizados diversos meios pedagógicos na formação por alternância que chamamos de ferramentas ou instrumentos pedagógicos”. Estes meios têm o intuito de “possibilitar a apropriação da realidade e a sistematização da autoria dos jovens em seus conhecimentos” (PINHO, 2001, p. 06). Esses instrumentos pedagógicos podem ser organizados conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Instrumentos Pedagógicos da Alternância

Classificação	Instrumentos-Atividades
PESQUISA	• Plano de Estudo • Folha de Observação • Estágios
COMUNICAÇÃO/INTERRELAÇÃO	• Colocação em Comum - CC • Tutoria • Caderno de Acompanhamento • Visita às famílias e à comunidade
DIDÁTICOS	• Visitas e Viagens de Estudo • Serão de Estudo • Intervenções Externas • Cadernos Didáticos • Atividade de Retorno • Projeto Profissional
AVALIAÇÃO	• Avaliação semanal • Avaliação formativa

Fonte: Dossiê módulo III – UNEFAB, VITAE e SIMFR

Nas escolas comunitárias das CFRs, se desejarem, podem promover a oferta da Educação Básica séries finais do 6º ao 9º ano, bem como a oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional e a modalidade EJA integrada à educação profissional ao ensino médio, em que o jovem pode receber no mesmo espaço a continuidade de sua formação dentro da unidade de ensino. A oferta do ensino médio nos territórios é um grande desafio que os municípios enfrentam para manter suas unidades escolares de portas abertas. Neste sentido, as CFRs promovem esta formação, certifica e diploma todos que completam suas etapas de ensino.

A perspectiva da CFR de Belterra é que esses egressos sejam incluídos na sociedade e, sobretudo, dentro das organizações sociais e nas lutas travadas pelas mudanças da realidade, cumprindo, assim, a inserção profissional e a promoção da melhoria de suas condições de vida, por intermédio do pilar da Pedagogia da Alternância no que se refere ao desenvolvimento local e sustentável, especialmente, no contexto comunitário.

Ancorados na perspectiva de Freire (1993), evidenciamos que a educação na CFR está associada ao processo de tomada de consciência para transformar as situações opressoras em forma de libertação e emancipação. A sociedade passa por mudanças no âmbito das tecnologias, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, e a educação deve viabilizar um projeto de inclusão, de democratização.

Simões (2007) destaca que, diante do cenário brasileiro do trabalho informal e do subemprego, a formação técnica, mesmo subordinada aos interesses do capital, tem assumido uma importância para a emancipação e para o desenvolvimento pessoal e coletivo de jovens trabalhadores.

O Ensino Técnico articulado com o Ensino Médio, preferencialmente Integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. (SIMÕES, 2007, p. 84)

Os limites deste texto e a complexidade do tema impedem uma análise mais aprofundada nesse momento. No entanto, não podemos perder de vista os marcos legais da Pedagogia da Alternância e a sua consolidação na rede CEFFAs, especialmente, no que diz respeito à oferta da educação profissional realizada pelas CFRs.

Nota-se que a ECCFR-B buscou conduzir os alunos para uma educação emancipadora, interdisciplinar, contextualizada, relacionada com as necessidades dos territórios, dialogada com os sujeitos. Logo, o processo formativo, durante os ciclos de formação, foi de grande importância, pois permitiu a troca de conhecimentos, o recebimento da qualificação profissional, de modo que aprenderam a conviver com as diversidades e acumularam experiências que foram levadas para a vida profissional.

Todavia o processo de formalização ficou a desejar, comprometendo a continuidade da formação dos jovens. Mesmo que, para atuar no território e em sua propriedade, não necessitasse do registro na profissão, com a profissionalização e a exigência do mercado do trabalho, o registro passa a ser necessário e opcional para os egressos.

A pluralidade das ofertas de cursos nas CFRs – de técnicos profissionalizantes e modalidades de ensino que vão do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio integrado à Educação Profissional, bem como ao ensino subsequente, para os jovens que já finalizaram o ensino médio – é vista como positiva, pois agrega oportunidades diante de uma sociedade marcada pela exclusão. Nesta proposta desenvolvida pela CFRs no estado do Pará, ainda em 12 de dezembro de 2012, todas as autorizações emitidas para as 22 CFRs foram para o Ensino Médio Integrado e modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, ou seja, um “reencontro de sujeitos adultos com a escola” (SILVA; JORGE, 2018).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou a estabelecer, a partir da Lei nº 13.415/2017, que, “a critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: [...] II - A possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade” (BRASIL, 1996, p. 17).

A Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica”, estabeleceu, em seu Art. 15, que:

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio abrange: I - habilitação profissional técnica, relacionada ao curso técnico; II - qualificação profissional técnica, como etapa com terminalidade de curso técnico; e III - especialização profissional técnica, na perspectiva da formação continuada. § 1º Os cursos técnicos devem desenvolver competências profissionais de nível tático e específico relacionadas às áreas tecnológicas identificadas nos respectivos eixos tecnológicos. § 2º A qualificação profissional como parte integrante do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio será ofertada por meio de um ou mais cursos de qualificação profissional, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), desde que articulados entre si, que compreendam saídas intermediárias reconhecidas pelo mercado de trabalho. (BRASIL, 2021, p. 6)

Define também, em seu Art. 26, § 3º, que:

A carga horária mínima para cada etapa com terminalidade de qualificação profissional técnica prevista em um itinerário formativo de curso técnico é de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima prevista para a respectiva habilitação profissional, indicada no CNCT ou em outro instrumento que venha a substituí-lo. (BRASIL, 2021, p. 10-11)

Como podemos ler no artigo 36 da LDB reformada:

O currículo do Ensino Médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (Brasil, 1996, p. 15).

O parágrafo 5º do artigo 35 estabelece que a carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não poderá ser superior a 1.800 h (mil e oitocentas horas) do total da carga horária do Ensino Médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino (Brasil, 1996, p. 14).

Sendo assim, a carga horária anual para o mínimo de três mil horas, também estabelecida na reforma, teremos para o Ensino Médio um esquema de, no máximo, 1.800 horas de formação geral básica ou Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e, no mínimo, 1.200 horas para os itinerários formativos, totalizando 3.000 horas.

Na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra, o itinerário formativo, a fim de organizar o período que o jovem alternante passa dentro do internato, era desenvolvido conforme podemos observar na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Carga horária do Curso Técnico em Agropecuária

Total da Carga Horária Base Comum			
Base Comum	1º Ciclo	2º Ciclo	Carga Horária
	1.840 h	920 h	2.760 h
Total da Carga Horária Base Comum			
Carga horária total do ensino profissionalizante técnico	490 h	1.500 h	1.990 h
Carga Horária Anual	1.410 h	2.420 h	-
Carga Horária - Tempo Escola	1.058 h	1.815 h	-
Carga Horária-Tempo Família	352 h	605 h	-
Carga Horária - Geral da Formação	3.830 h		

Fonte: Matriz Curricular da CFR de Belterra 2012.

As matrizes curriculares da CFR de Belterra foram aprovadas ainda no ano de 2012. Anteriormente, a instituição tinha como referência o Plano de Formação e as matrizes curriculares que eram ofertados no Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Castanhal, pioneiro na oferta da educação profissional no Estado do Pará. Após a aprovação dos referidos documentos, coube à gestão pedagógica e aos monitores adequarem as alternâncias para a nova matriz curricular e para a atualização do Plano de Ensino que orientou o processo formativo da turma de 2015.

Para isso, devemos considerar que o IFPA já trabalhava alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional, o que possibilitou a troca de experiências que já existiam entre o IFPA e as CFRs no que diz respeito à formação técnica. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021) estabeleceram que “os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio”, assim caracterizando-as de acordo com o Art. 36 de Brasil (2021, p. 11):

- Integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;
- Concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;
- Concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;
- subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

§ 1º A habilitação profissional técnica, como uma das possibilidades de composição do itinerário da formação técnico e profissional no Ensino Médio, pode ser desenvolvida nas formas previstas nos incisos, I, II e III deste artigo.

Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, sugere-se que o projeto político pedagógico deve articular uma perspectiva específica de desenvolvimento da sociedade, na qual os aspectos sociais e econômicos sejam corretos e se respeite o aspecto ecológico. Este princípio de desenvolvimento sustentável faz parte do Plano de Formação da CFR de Belterra, conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CNB/CEB nº 1/2022:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com a qualidade social, constituir-se à num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

A Pedagogia da Alternância utilizada pela CFR de Belterra tem como um dos princípios o “desenvolvimento local”, que se constitui uma das finalidades de todo o processo formativo. Neste sentido, de forma bem clara, a intencionalidade formativa dos egressos que se formam em bases práticas produtivas e sociais é para atuar junto às famílias e com o território.

O Plano de Formação é elaborado a partir de uma pesquisa participativa com os pais, alunos e comunidade, para definir temas de interesse que serão trabalhados com os jovens e que dialogam com a sua realidade. O Plano de Formação, de acordo com Gimonet (2007, p. 70):

representa a orquestração do conjunto dos componentes do dispositivo pedagógico. Ele garante a implementação organizada da alternância. Agência e estrutura o percurso formativo. Ele lhe confere um eixo diretor, uma coluna vertebral, uma progressão, uma coerência. Torna o visível inteligível para todos os parceiros, ou seja, a equipe, os jovens, as famílias, os mestres de estágio.

Depois de definir os temas geradores por série, compete aos monitores promover a organização dos conteúdos para as áreas de conhecimento da BNCC, de acordo com a Lei nº 13.415/2017, também conhecida como a Reforma do Ensino Médio.

Na direção de substituir o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível, a Lei nº 13.415/2017 alterou a LDB, estabelecendo, no Art. 36, que:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a

possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: 1) Linguagens e suas Tecnologias, 2) Matemática e suas Tecnologias, 3) Ciências da Natureza e suas Tecnologias, 4) Ciências Humanas e sociais Aplicadas e 5) Formação Técnica e Profissional. (BRASIL, 2017, p. 467)

Essa nova estrutura valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica-profissional. Além disso, ratifica a organização do Ensino Médio por áreas do conhecimento, sem referência direta a todos os componentes que tradicionalmente compõem o currículo dessa etapa.

De acordo com o Plano de Formação da Escola Comunitária, o Curso Técnico em Agropecuária integrado tem como constatação:

que a educação é uma política estratégica e determinante na concepção de um projeto de desenvolvimento sustentável que venha a potencializar e valorizar a agricultura familiar. Com o objetivo fundamental de desenvolvimento humano integral, ancorado por valores éticos, sociais, culturais e políticos, de modo a preservar a dignidade intrínseca do ser humano e desenvolver ações junto à sociedade, o processo de ensino aprendizagem da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra oferece à localidade, o ensino profissional através de parcerias com os movimentos sociais, governo municipal, estadual e federal. (BELTERRA, 2015, p. 7)

Em se tratando de parceria, é possível notar que o Plano de Formação vem com o intuito de ampliar as oportunidades sociais existentes, possibilitando que os jovens das áreas rurais tenham acesso à formação, bem como à articulação da formação técnica “profissional”, intercalando-se com outras políticas públicas que consigam promover o desenvolvimento, a oportunidade de trabalho e renda, a promoção da educação de jovens e adultos com referência na Pedagogia da Alternância.

Com base nas orientações do Plano de Formação da CFR, que orienta o perfil profissional do egresso, tem-se a afirmação de que os técnicos em Agropecuária serão:

profissionais com embasamento técnico, humano, político e metodológicos capacitados para atuar na área da agricultura em propriedades familiares, localidades, grupos e esferas públicas. Partindo do pressuposto da necessidade de formação dos educandos com base no materialismo histórico-dialético, cujas dimensões do conhecimento necessitam ser desenvolvida, ao mesmo tempo em que será realizada a capacitação técnica. (BELTERRA, 2015, p. 9)

Os egressos devem estar cientes das dimensões e metas nas quais são envolvidos e ele é submetido no decorrer da aprendizagem que estão dentro do Plano de Formação:

- **Dimensão do conhecer:** construir o conhecimento com base na teoria das práxis (teoria e prática);

- **Dimensão do conviver:** capacitação para a realização de projetos coletivos; capacitação para o trabalho cooperativo;
- **Dimensão do ser:** desenvolver e cultivar valores, convicções, sentimentos, hábitos e princípios, traduzidos em uma postura diante do trabalho, da vida, da sociedade, das pessoas, centrada no ser humano;
- **Dimensão da arte e cultura:** domínio da arte e cultura como ferramentas de conhecimento, aprendizagem e capacitação;
- **Dimensão do saber fazer:** domínio de habilidades técnico-pedagógicas;
- **Dimensão profissional:** habilidades gerais e habilidades técnicas em vista da implementação da agricultura. (BELTERRA, 2015, p. 9-12)

Para Libâneo (2006, p. 75), “a escola cumpre a função de transmitir/assimilar os conteúdos culturais para todos, a fim de colaborar com o desenvolvimento do ser humano para se tornar um ser histórico-social”. A preocupação que o docente necessita ter em relação ao processo de construção de conhecimentos do educando deve ser considerável, uma vez que essa conscientização do educador abrirá caminho para que o seu papel de facilitador de aprendizagem possa refletir nos valores e padrões da sociedade.

Os conhecimentos recebidos na prática e na teoria, na relação monitor e alunos, fazem com que os monitores transformem a práxis pedagógica e possibilitem aos jovens desenvolverem suas habilidades a partir das dimensões previstas na formação acima.

Os saberes adquiridos na prática e na teoria, no processo de relação professor-aluno, permitem a estes se conhecerem de forma que os professores transformem em práxis pedagógica as diferentes experiências formativas vividas ao longo da carreira profissional e apliquem esses conhecimentos de forma apropriada quando for necessário.

Para Mizukami (2008), entre outros aspectos, os questionamentos postos e os que surgem são levantados tanto pela “necessidade de se formar bons professores para cada sala de aula de cada escola quanto pelo desafio de oferecer processos formativos pertinentes a um mundo em mudanças” (MIZUKAMI, 2008, p. 215).

2.2 Marcos legais e regulatórios da Pedagogia da Alternância na CFR de Belterra: um breve caminhar entre o CEE/PA, o SISTEC e o CFTA

Na CFR de Belterra, as modalidades autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação foram as integradas e subsequentes, bem como a EJA, limitando-se a receber alunos jovens e adultos com idade a partir de 18 anos. Foi considerado o nível de escolarização dessas pessoas que residem nos territórios e comunidades tradicionais, onde não havia a oferta e nem a possibilidade de continuar a avançar nas etapas de ensino.

A educação ofertada na CFR de Belterra está ligada à Educação Profissional, conforme o ato de credenciamento da entidade mantenedora e a autorização para o funcionamento dos cursos na modalidade da EJA, com a Pedagogia da Alternância conforme o Parecer nº 398/2012.

As Escolas Comunitárias Casas Familiares Rurais do Estado do Pará, a partir do Parecer CEE/PA nº 383/2012 e da Resolução nº 412/2012, realizaram a assinatura do Termo de Adesão junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE/PA) dos cursos que iriam ofertar dentro da unidade escolar.

A Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra, conforme o Parecer nº 398/2012, realizou a adesão do Termo de Adesão da CFR de Belterra junto ao CEE/PA, que nominou as modalidades dos cursos técnicos. O órgão regulador emitiu uma resolução para cada curso a ser ofertado, tais como: Técnico em Agroindústria (Integrado), Resolução nº 455, de 20 de dezembro de 2012; Técnico em Agroecologia (Integrado e Subsequente), Resolução nº 456, de 20 de dezembro de 2012; Técnico em Agropecuária (Integrado e Subsequente), Resolução nº 457, de 20 de dezembro de 2012; Técnico em Agricultura (Subsequente), Resolução nº 458, de 20 de dezembro de 2012.

Por meio do Parecer CEE/PA nº 383/2012, as escolas comunitárias das CFRs ficaram credenciadas e autorizadas a oferecer os níveis e modalidades de ensino aos quais aderiram, conforme o quadro com o resumo do Termo de Adesão já mencionado acima.

O CEE/PA, pela Resolução nº 454, de 20 de dezembro de 2012, credencia a Associação das Famílias, que é entidade mantenedora, e autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – 3ª e 4ª etapas –, na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra – Belterra/PA. A referida resolução foi publicada no Diário Oficial sob o nº 32.316, no dia 11 de janeiro de 2013, nº da Publicação: 477.754.

Desse modo, o Conselho Estadual de Educação do Pará credencia a Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra, como mantenedora da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra, para a oferta da Educação Básica (Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional), garantindo que a Associação local seja responsável pela sua manutenção, além de firmar parcerias e formalizar convênios.

As resoluções garantem os marcos regulatórios dos cursos, fazendo com que a escola possa, ao término do curso e da integralização do aluno, realizar a diplomação. Neste momento, o jovem egresso possui um documento válido em todo território nacional, gozando, então, de todas as prerrogativas legais no que concerne à sua formação.

Para que ocorresse a diplomação da turma de 2015, no ano de 2017, a Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra necessitou protocolar o pedido de renovação de funcionamento da escola e a revalidação de estudo no Conselho Estadual de Educação (CEE/PA)⁴ em virtude de que a turma iniciou sem a devida autorização.

Conforme a Resolução nº 272/2020, de 21 de maio de 2020, o CEE/PA promulga a seguinte resolução - ementa:

concede, *em caráter excepcional*, os atos autorizativos solicitados pelas unidades escolares de Educação Básica e Profissional integrantes do Sistema Estadual de Ensino, com fim específico de validação de estudos dos alunos e expedição de diplomas, certificados, históricos e demais documentos escolares, exclusivamente em relação ao *ano letivo de 2020*. (PARÁ, 2020, p. 1)

Neste sentido, ficam concedidos, conforme o artigo 1º, em caráter excepcional, os autos autorizativos solicitados pelas escolas de educação básica e profissional que integram o Sistema Estadual de Ensino.

Conforme os documentos analisados, a CFR de Belterra realizou o protocolo nº 2019/497.962, no dia 10 de outubro de 2021, solicitando o credenciamento da entidade mantenedora e a autorização para o funcionamento dos cursos técnicos em Agropecuária e técnico em Agroecologia, uma vez que o pedido de revalidação de ensino era para as turmas que não tinham autorização, o que foi realizado pelo protocolo nº 2019/30.773, em 24 de janeiro de 2019. Chama a atenção o fato de que os processos foram juntados, tornando-se um único pedido.

Conforme o anexo I do Parecer CEE/PA nº 108/2020, que se refere à regularização da vida acadêmica de alunos egressos de instituições que ofertam cursos de educação básica e profissional e com processos de autorização de funcionamento e/ou de renovação de atos autorizativos – suspensos em decorrência da pandemia da COVID-19 –, o parecer do CEE/PA nº 108/2020 apresenta a relação das escolas privadas em Tramitação no CEE – em 18 de maio de 2020, quando a Casa Familiar Rural de Belterra aparece listada na centésima octogésima nona (189ª) posição.

A Resolução nº 328, de 20 de dezembro de 2022, prorroga o prazo concedido na Resolução CEE/PA nº 052/2022 para o funcionamento das CFRs vinculadas ao sistema estadual de ensino. Dessa forma, a referida resolução garante à Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra a vigência da Resolução CEE/PA nº 052/2022 até 31 de dezembro de 2023, por

⁴ O Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão de deliberação coletiva do sistema estadual de ensino, de natureza participativa e representativa, exerce funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Secretário de Estado da Educação nas questões que lhe são pertinentes.

considerar um prazo suficiente para a instituição, a fim de que possam concluir as tratativas, no que prevê a celebração das parcerias necessárias com o poder público e privado, bem como na adoção de medidas necessárias para a oferta deste ensino.

Conforme a Resolução nº 179, de 27 de março de 2024, que prorroga a Resolução nº 328, de 20 de dezembro de 2022, fica deferido o prazo até o final do ano letivo de 2024 para que as escolas comunitárias implementem efetivamente todas as determinações legais educacionais.

Para garantir a validação nacional dos diplomas, a Escola Comunitária Casa Familiar de Belterra realizou a inserção dos dados dos referidos egressos na plataforma nacional do SISTEC⁵.

Diante desse cenário e com todos os aspectos legais, será possível realizar a diplomação dos alternantes da CFR de Belterra, o que garantirá a validade do Curso Técnico em Agropecuária ofertado pela instituição de ensino em todo o território nacional, conforme apresentado na Figura 4, resultado de uma consulta pública do certificado de um egresso que finalizou o Curso Técnico em Agropecuária na CFR de Belterra, em 2014.

Figura 4 - Consulta pública de autenticidade SISTEC



SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
- Certidão de Validade Nacional do Diploma -

Aluno	
CPF	
UNIDADE DE ENSINO	CASA FAMILIAR RURAL DE BELTERRA - PA
CURSO	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
CARGA HORÁRIA	3033h
DATA DE REGISTRO NO SISTEC	16/07/2015

Diploma/Certificado registrado no SISTEC sob o número 98261/55059620CM, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 3, de 30 de setembro de 2009.
Esta certidão somente tem validade mediante apresentação do diploma expedido pela unidade de ensino mencionada e poderá ser consultada em <http://sistec.mec.gov.br/validadenacional>

Fonte: sistec.mec.gov.br/validadenacional. Acesso em: 12 Fev. 2023.

⁵ SISTEC ou Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica é o sistema eletrônico do Governo Federal criado para registro e controle dos dados da EPT no país e seu funcionamento, de acordo com o artigo 1º da Portaria MEC nº 400, de 10 de maio de 2016, ocorre no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da formação inicial e continuada ou qualificação profissional, em todas as suas formas e modalidades de ensino, incluindo a certificação profissional decorrente de processos de reconhecimento formal de saberes, conhecimentos e competências profissionais.

Vale ressaltar que, para o exercício da atuação profissional, é necessário que o egresso realize o registro no Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)⁶ e faça a solicitação da Carteira Profissional para o exercício legal da profissão, lembrando que é opcional para os alunos que não desejam exercer a profissão.

Uma das últimas etapas do processo de diplomação constatadas foi a realização do cadastramento⁷ da instituição no CFTA, no qual os jovens poderão solicitar a carteira profissional para o exercício da profissão.

Para isso, a diretoria executiva da associação organizou todos os documentos exigidos para o registro da instituição de ensino, sendo obrigatório realizar o preenchimento dos formulários, anexando os formulários A - Cadastro de Instituição de Ensino e B - Cadastro de Cursos Oferecidos. Saliente-se que, para cada curso oferecido, foi preenchido um Formulário B.

Assim, a CFR de Belterra teve que realizar o cadastramento conforme a Tabela 3, com o resumo do Termo de Adesão da CFR de Belterra, para a obtenção da certidão de cadastramento junto ao CFTA. A seguir, apresentamos a Figura 5 - Da Carteira profissional de um egresso da CFR de Belterra, que optou pelo registro no CFTA, para o exercício legal da profissão.

Figura 5 - Carteira profissional CFTA

Fonte: CFR de Belterra (2022)

⁶ O Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), instituído pela Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, é o órgão responsável por orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Técnico Agrícola. Com sede e foro em Brasília, é a entidade encarregada de realizar o registro dos profissionais e das empresas onde eles atuam como responsáveis técnicos. Entre os compromissos do CFTA, estão a guarda do Cadastro Nacional dos Técnicos Agrícolas e do Acervo de Responsabilidade Técnica. Garantir o livre exercício da profissão em suas atribuições e modalidades e zelar pela proteção da sociedade são finalidades da autarquia.

⁷ O cadastramento institucional é a inscrição da instituição de ensino que oferece cursos regulares no âmbito das profissões regulamentadas pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas. As finalidades do cadastramento são (1) informar o Setor de registro profissional a respeito de egressos dos cursos regulares oferecidos pela instituição de ensino e (2) permitir que os interessados em se tornarem profissionais da área agrícola possam pesquisar quais são as instituições de ensino oficiais que oferecem curso de Técnico Agrícola em suas várias modalidades. Todas as Instituições que ofereçam cursos regulares de Técnico Agrícola devem registrar-se no CFTA para formalizar o seu cadastro, informando ainda os cursos que são oferecidos. Desta forma, fica garantido ao egresso o direito de requerer seu registro tão logo conclua o curso, dando início à sua carreira profissional.

Aos egressos da CFR de Belterra que desejam atuar fora de sua propriedade, bem como a oportunidade de ocupar outros espaços, que são previstos dentro do mercado do trabalho para a atuação profissional, todos poderão ser beneficiados com a Carteira profissional.

A Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra, juntamente com a ECCFR-B, localizada no município de Belterra-PA, começou suas ações no dia 4 de agosto de 2011. Em sua primeira turma, contou com 58 (cinquenta e oito) alunos matriculados, e somente 42 (quarenta e dois) conseguiram finalizar a formação no ano de 2014.

No ano de 2014, foi realizado o lançamento do edital para a composição da turma nova que iria iniciar no decorrer do ano. A CFR recebeu 56 (cinquenta e seis) alunos matriculados. Conforme o levantamento realizado pela equipe pedagógica da CFR de Belterra, tiveram inscrições vindas dos municípios de Belterra e de Mojuí dos Campos, sendo que, conforme o registro no Sistec⁸, foram criadas duas turmas com 28 alunos cada, como podemos verificar na Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição de alunos turma 2014 - 2015

Turma	Turma Ano de Ingresso	Homem		Mulher	Ano de Conclusão	Concluintes
Turma A	2014	22		6	2017	16
Turma B	2015	21		7	2017	13
TOTAL		43		13		29

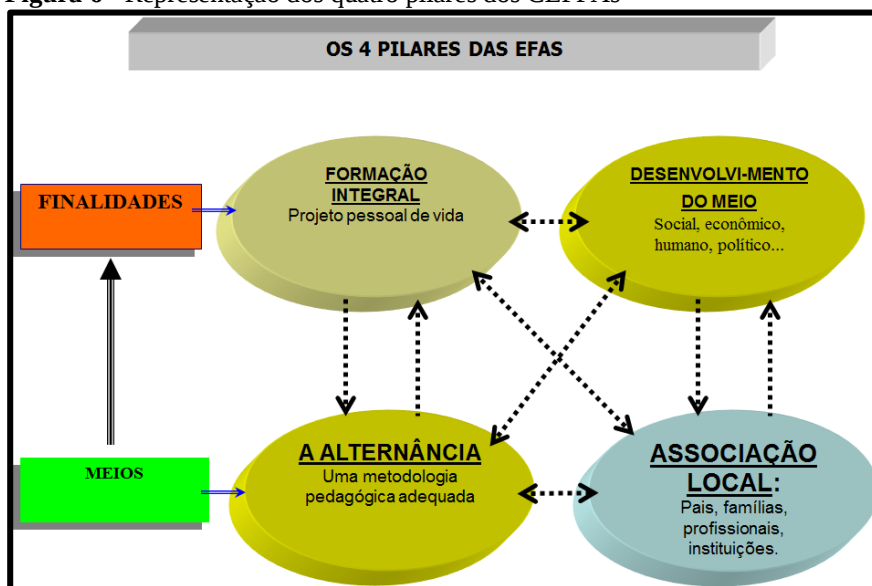
Fonte: SISTEC/ECCFR-B (2015)

O processo formativo do jovem alternante perpassa várias etapas, a fim de garantir a implantação do currículo, Plano de Curso, Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como a formação integral.

Puig-Calvó (1999) observa que, para fazer mudanças, é necessário interrogar-se sobre os fundamentos a serem preservados. Neste sentido, chama-nos a atenção para os quatro pilares do Centro de Formação Familiar por Alternância (CEFFA), conforme propõe a Figura 5 sobre Representação dos quatro pilares dos CEFFAs.

⁸ O Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) tem como finalidade servir como mecanismo de registro e divulgação dos dados da educação profissional e tecnológica e de validação de diplomas de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O Sistec foi instituído e implantado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2009 (ver Resolução CNE/CEB nº 3/2009), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Figura 6 - Representação dos quatro pilares dos CEFFAs



Fonte: Gimonet (2007, p. 15)

Conforme observamos na Figura 6, os pilares dos CEFFAs possuem a seguinte distribuição: 2 (dois) são da ordem de finalidades, isto é, a formação integral e o desenvolvimento do meio; e os outros 2 (dois) são da ordem do meio: a associação e a alternância. Os pilares constituem as invariáveis do movimento mundial dos CEFFAs, mas é necessário que cada movimento possa compreender os conteúdos e as modalidades de implementação de cada um deles.

Para García-Marirrodrida e Puig-Calvó (2010, p. 65), podemos dizer que o objetivo geral institucional dos CEFFA é conseguir a promoção e o desenvolvimento das pessoas e de seu próprio meio social a curto, médio e longo prazo, por meio de atividades de formação integral, principalmente, de adolescentes, mas também de jovens e adultos.

Portanto, as finalidades do CEFFA baseiam-se em dois eixos principais a seguir.

- A formação integral das pessoas – não se trata simplesmente de dar cursos de formação profissional com metodologias adequadas, trata-se de uma visão integral na qual a pessoa se forma em todos os âmbitos – técnico, profissional, intelectual, social, humano, ético, espiritual – de suas capacidades como pessoa, como ser humano.
- O desenvolvimento local – unido indissociavelmente à finalidade anterior, é uma consequência e uma necessidade. Se o meio não evolui com condições de uma vida melhor, as pessoas que nele vivem e se formam são obrigadas a partir desse meio. Os CEFFAs fazem com que os jovens e adultos em formação convertam-se em atores de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento do território onde estão inseridos.

Os meios de que dispõem os CEFFAs para poder conseguir essas finalidades são dois, conforme apresentados abaixo.

- A alternância – a resposta ao sistema escolar inadequado é uma metodologia pedagógica pertinente, que supere as correntes e modos docentes existentes e que responda à necessidade constante de adequação às realidades distintas de cada lugar, dos adolescentes, jovens e adultos. Portanto, a Alternância deve acontecer entre escola e meio socioprofissional, com períodos em ambos os contextos, tendo por primazia a experiência e, por compromisso, o envolvimento de todos os atores da formação: a família, os educadores, os estudantes e os profissionais do meio. A esta fórmula denomina-se de Alternância Integrativa.

- A associação local – constituída principalmente por famílias, junto a outras pessoas que aderem a seus princípios e que são os gestores do projeto. Trata-se dos atores de seu próprio desenvolvimento.

Neste sentido, as finalidades dos CEFFAs são a promoção e o desenvolvimento da Educação do Campo, as quais devem ocorrer por intermédio da associação, que permite acompanhar o trabalho dos alternantes no tempo comunidade.

2.3 Contexto atual da CFR de Belterra: a retomada

Belterra possui apenas uma Escola Comunitária Casa Familiar Rural de responsabilidade da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra que é a mantenedora da unidade escolar e atende a jovens do município de Mojuí dos Campos.

Para que os jovens possam desenvolver as práticas produtivas e desenvolver as habilidades técnicas e profissionais nas unidades produtivas no tempo escola, a associação recebe a doação de uma área assim descrita pelo Presidente da ECCFR-B, na pesquisa de Sousa (2015, p. 57):

O terreno documentado de 32 ha para construção da Escola foi doado por duas pessoas que foram pioneiras nos movimentos sociais na década de 1980 na região de Belterra e Santarém, são os Senhores Geraldo Pastana e Ranolfo Peloso. Ressalta-se que na área havia a construção uma pequena casa de madeira e uma escola construída pela prefeitura municipal de Santarém na frente do terreno, a mesma foi cedida em sistema de comodato para a Associação da Casa Familiar Rural de Belterra. Localiza-se na Comunidade do Prata, BR-163, a 32 km da sede do município, aproximadamente.

A escola atendeu, em princípio, à oferta do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de alunos ingressantes e concluintes, sexo e turma da CFR-B

Turma	Ano de Ingresso	Homem	Mulher	Ano de Conclusão	Concluintes
Tapajós	2011	26	03	2014	17
Planalto	2011	19	10	2014	25
Turma A	2014	22	09	2017	16
Turma B	2015	21	07	2017	13
Total					71

Fonte: Autor (2022)

Todavia a CFR de Belterra teve 4 (quatro) turmas no período de 2011 a 2015, sendo que, no ano de 2014, tiveram 42 alunos formados e, em 2017, concluíram 29 alunos, totalizando 71 jovens egressos.

Em Belterra-PA, as escolas municipais estão em sua maioria localizadas no campo e, portanto, atendem a um número bastante significativo de alunos do território municipal. O pequeno número de alunos beneficiados pela CFR-B está relacionado à priorização desta oferta do Ensino Médio Integrado e Subsequente à Educação Profissional no campo, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Demonstrativo da oferta de ensino fundamental e médio em Belterra

Nível de Ensino	Nº de Matrículas (2021)	Nº de Matrículas (2022)
Ensino fundamental- Escolas Municipais	3.389	3.448
Ensino Médio - Escolas Estaduais (1º, 2º e 3º ano)	942	813
Casa Familiar Rural de Belterra (Ensino Médio Integrado e Subsequente)	0	0

Fonte: IBGE e QEdU (2023). Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1501451-belterra/censo-escolar>. Acesso em: 12 dez. 2023.

A expressividade da demanda educacional advinda do campo tem conseguido colocar em pauta governamental a necessidade de políticas públicas específicas. Diante desses dados, traz à tona uma grande reflexão, pois, em virtude da falta de apoio do Governo do Estado do Pará/SEDUC, em 2017, a CFR de Belterra paralisou suas atividades e retomou apenas em 2023. Devemos pensar que a CFR é uma estratégia de profissionalização, qualificação e valorização dos jovens e adultos do campo.

A Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Belterra foi criada pela ausência do Estado na garantia de uma educação para o campo. Diante disso, a CFR-B acabou assumindo a responsabilidade de seu funcionamento e garantindo uma educação com a formação integral e com os princípios educativos sustentados na Pedagogia da Alternância.

Podemos observar que, em 29 de novembro de 2023, foi assinado o Termo de Fomento nº 043/2023, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e a Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará, a fim de promover e articular ações para a execução de educação do campo na modalidade da Pedagogia da Alternância, por meio das Escolas Comunitárias Rurais (ECRs), onde não há suficiência e adequado atendimento por unidades educacionais públicas, por meio de apoio técnico e financeiro. O termo de fomento contempla em seu Plano de Trabalho 25 Escolas Comunitárias Casas Familiares Rurais, incluindo a CFR de Belterra.

Neste sentido, com a retomada da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra, em 2023, podemos identificar que foram iniciadas novas matrículas para os cursos técnicos em Agropecuária, Secretaria Escolar (presencial e EAD), Guia de Turismo e Técnico em Agroecologia.

A CFR de Belterra realizou uma seleção por meio dos editais: nº 001/2023, que tratava do processo seletivo para os cursos técnicos na forma integrada⁹ e subsequente¹⁰, em regime de alternância; e nº 002/2023, que tratou dos processos seletivos para o Curso de Secretaria Escolar na modalidade EAD – turma especial para atender à necessidade da rede filiadas a ARCAFAR– PA na forma subsequente em regime de alternância. A seguir, apresentamos o Quadro 5.

Quadro 5 - Distribuição de alunos a partir dos Editais nº 001 e 002/2023 e do preenchimento do Censo Escolar em 2023

Curso	Ano de Ingresso	Modalidade	Total Matrículas	Polo	Status da Turma
Técnico em Agropecuária (Integrado)	2023	Presencial	13	Sede CFR (Br 163 km 62)	Iniciado
Técnico em Agroecologia (Subsequente)	2023	Presencial	19	Nova Canaã (Br 163 km 140)	Iniciado
Técnico em Secretaria Escolar (Subsequente)	2023	Presencial	18	Sede CFR (Br 163 km 62)	Iniciado
Técnico em Secretaria Escolar (Subsequente)	2023	Presencial	15	São Jorge (Br 163 km 92)	Iniciado
Técnico em Secretaria Escolar	2023	EAD	45	On-line	Não iniciado

⁹ ***INTEGRADO**: essa modalidade você faz o curso técnico e o ensino médio ao mesmo tempo, de forma INTEGRADA, na CFR. - Pré-requisitos: para fazer um curso técnico integrado é preciso ter comprovante de conclusão do ENSINO FUNDAMENTAL ou equivalente até a data da matrícula.

¹⁰ * **SUBSEQUENTE**: já os cursos ofertados de forma subsequente são voltados a quem JÁ CONCLUIU O ENSINO MÉDIO, ou seja, são cursados SUBSEQUENTEMENTE ao ensino médio. - Pré-requisitos: para se candidatar a uma vaga nessa modalidade, o candidato precisa ter o certificado de conclusão do ensino médio, ou equivalente, até a data da matrícula.

Continuação

Curso	Ano de Ingresso	Modalidade	Total Matrículas	Polo	Status da Turma
(Subsequente)					
Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)	2024	Presencial	20	Anexo - Cidade	Iniciado
Total			130		

Fonte: Autor (2023)

As informações apresentadas trazem elementos referentes à oferta da Educação Profissional para o jovem na Educação do Campo. Tal panorama chama atenção na perspectiva de identificar onde estes jovens estão e o que estão fazendo a partir da formação ofertada pela Casa Familiar Rural.

No início de 2024, a CFR de Belterra iniciou as atividades dentro do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, bem como com as turmas de curso técnico na modalidade subsequente nos cursos de Guia de Turismo e Agroecologia. Importante lembrar que o Curso de Secretaria Escolar iniciou em 2023, contando com o seguinte quadro de profissionais: coordenador pedagógico (1), secretária escolar (1), linguagens e suas tecnologias (1), matemáticas e suas tecnologias (1), ciências humanas e suas tecnologias (1), ciências humanas e sociais e suas tecnologias (1), formador para o mundo do trabalho (1), turismóloga (1), empreendedora digital (1) e manipulador de alimentos (1).

É necessário entender a dinâmica da Casa Familiar Rural na perspectiva da Alternância, pois as atividades se iniciam na propriedade. Por este motivo, a família deve colaborar para que os jovens possam desenvolver suas atividades com qualidade e organização. A seguir, apresentamos o Quadro 6 sobre a organização do período da alternância.

Quadro 6 - Dinâmica de funcionamento da Casa Familiar Rural

FAMÍLIA COMUNIDADE	ESCOLA	FAMÍLIA COMUNIDADE
Os alunos e as alunas em casa trabalham e convivem com a família e a comunidade.	Na escola, os alunos e alunas colocam em comum o Plano de estudo , ou seja, a pesquisa realizada na família e na comunidade.	Retornando à sua casa e comunidade, os alunos e alunas levam o compromisso de: aplicar o que aprofundaram na escola.
OBSERVAR	REFLETIR	AGIR/TRANSFORMAR

Fonte: Coleção Alternância educativa e Desenvolvimento Local – nº 1, p. 22 – Ano: 2002.

Neste sentido, conforme o quadro, podemos afirmar que o ponto em questão é a família, pois os instrumentos pedagógicos utilizados, como colocação em comum e o plano de estudos, ambos possuem um papel importante no processo de formação.

Na CFR, tudo gira em torno da formação do jovem. Por esta razão, no período em que o educando vivencia o tempo escola, é feito um trabalho de planejamento da alternância de forma a ocupar todos os tempos que ele possa ter. Essas atividades são programadas junto com os monitores. Isso ocorre no primeiro dia da semana de início das aulas, que são organizadas pelos monitores.

O trabalho realizado pelos monitores numa CFR vai além da atividade de ministrar aulas. Eles são os responsáveis pela administração interna e externa da casa e fazem o acompanhamento dos jovens e suas famílias nas propriedades (Estevam, 2003, p. 21).

Desde o início, os CEFFAs, neste processo histórico, não se utilizaram do modelo docente tradicional. A forma como estão organizados, as suas peculiaridades, bem como seu projeto, sua estrutura, a alternância convive com o termo “monitor” que, de fato, é aquele profissional da formação global e dos papéis múltiplos. Por isso, os formadores têm uma responsabilidade muito grande, que é bem mais ampla que a docente.

Para Gimonet (1999, p. 49),

Na Maison Familiale Rurale - MFR ou no CEFFA, os “formadores” patenteados, que são os “monitores”, têm uma função e papéis bem mais amplos que aqueles de um docente ou de um professor. E todos estes atores são chamados a cooperar, a complementar-se nas suas diferenças. Por isto, a eficiência da alternância é ligada à qualidade relacional existente entre eles para implementar as atividades e os instrumentos pedagógicos específicos do método.

O monitor¹¹ tem o papel de mediar o diálogo entre o jovem e a família, pois é comum a resistência de alguns pais com relação às informações que o educando leva para a propriedade. E é a partir deste envolvimento do monitor com a família, e vice e versa, que as mudanças podem acontecer.

Para Ferreira (2015, p. 36),

a ARCAFAR-PA: intensifica suas ações frente ao poder público estadual; investe em ações de regularização das CFRs no âmbito legal, pedagógico e financeiro; amplia seu diálogo com institutos e organizações filantrópicas e empresas; e investe em

¹¹ Os professores, na Pedagogia da Alternância, são denominados de monitores, porque nessa perspectiva vislumbra-se um atendimento que transcende o trabalho da sala de aula, que acompanha o estudante no período em que ele está na escola e no período em que está em casa.

mudanças nas próprias CFRs e na relação com as famílias para garantir geração de renda e sustentação do projeto.

Convém lembrar que tais estratégias são diferentes e mostram os desafios para a execução do próprio projeto educativo dos Centros de Formação Familiares por Alternância (CEFFAs).

Os financiamentos e investimentos articulados pelas instituições eram garantidos principalmente por instituições internacionais, mediados pelas igrejas, movimentos sindicais e, hoje ainda, é o principal desafio.

2.4 As concepções de currículo e a CFR de Belterra

O currículo é o percurso de formação do cidadão para sociedade. Esta organização não pode ser uma simples escolha do conteúdo escolar. É uma referência ideológica, documental, prática e oculta. Afeta o desempenho da instituição escolar não só pelo seu caráter pedagógico, mas também pelo seu caráter político.

A seleção e a organização da informação do currículo expressam as relações de poder que perturbam e alteram a comunidade escolar. Priorizar um conhecimento em detrimento de outro é um exercício estratégico de força curricular que deve ser reconhecido pela direção e pelos professores da instituição de ensino.

Silva (2019) afirma que, nas discussões do dia a dia, a palavra currículo está central e vitalmente envolvida no que o indivíduo é e no que ele se torna: sua identidade, sua subjetividade, seu processo de formação no percurso da vida. Ademais, Goodson (2018, p. 18) reafirma que currículo, “em um sentido mais amplo, pode ser compreendido como todo um conjunto de discursos, documentos, histórias e práticas que imprimem identidades nos indivíduos envolvidos no processo escolar”.

Nesse cenário, Costa (2011, p. 43) apresenta algumas vantagens do currículo integrado em relação ao currículo disciplinar:

- a) permite maior homogeneidade de ações entre os professores;
- b) enfraquece as regras de enquadramento, ou seja, permite relações mais democráticas entre alunos e professores;
- c) confere maior iniciativa aos professores e aos alunos;
- d) possibilita maior integração dos saberes escolares com os saberes cotidianos dos alunos;
- e) combate uma visão hierárquica e dogmática do conhecimento, ou seja, a ideia de que existem saberes que são sempre mais importantes do que outros.

Para Frossard (2018, p. 21),

a forma encontrada pelo padre e as famílias foi de reunir os jovens em um período na igreja – na casa paroquial, em tempo integral, onde estudariam conteúdos a serem definidos em conjunto com as famílias, e outro período em suas casas, trabalhando e estudando com os pais, para aprender os ofícios do meio agrícola e demais serviços necessários à sobrevivência. Com isso, o padre inseria a família como parte da aprendizagem e corresponsável pela formação dos próprios filhos. Ao mesmo tempo em que repassavam aos seus filhos o conhecimento informal, empírico, enfim, o saber fazer das atividades do campo.

Na Pedagogia da Alternância, essa forma de educar se baseia no cotidiano do jovem alternante e de acordo com os conhecimentos empíricos que aprendiam com a própria família. Frossard (2018) acrescenta que, além do conhecimento convencional, os pais queriam que seus filhos aprendessem técnicas agrícolas, formação humana, preservação cultural e os valores do campo. Ou seja, almejavam que se desenvolvessem considerando a politecnia e a omnilateralidade. Existe um dispositivo pedagógico grandioso para a PA e para a relação dos conhecimentos: o Plano de Formação.

Frossard (2018) afirma que os instrumentos pedagógicos devem ser articulados e planejados de forma a cumprir as seguintes funções:

- Formação humana, integral e profissional.
- Valorização da cultura local por meio do resgate das raízes e valorização do conhecimento da família e local, como forma de permitir aos discentes do campo a condução de sua própria história, sua autoformação e a construção de veículos com a sua realidade para a construção de sua identidade.
- O fortalecimento da identidade com o meio social e cultural, aceitando-o e se projetando, levando a compreender o seu projeto de vida, tem como resultado o incentivo aos estudantes para se estabelecer como agente de desenvolvimento do seu meio.
- Com tudo isso, espera-se que com um tempo todo o trabalho do CEFFA colabore para que se atinja o desenvolvimento sustentável e solidário da comunidade ou região atendida. (FROSSARD, 2018. p. 168)

O Plano de Formação¹² é indispensável para a organização do currículo integrado da ECCFR de Belterra. Nele, teremos os apontamentos dos rumos do projeto educativo que se pretende alcançar. O Plano de Formação assegura aos sujeitos um alinhamento entre os princípios políticos e os pressupostos teórico-metodológico da Pedagogia da Alternância. Tendo em vista que ele é elaborado de forma participativa com todos os atores que fazem parte do processo: família, professor, diretor e alunos.

¹² Constitui a orquestração de conjunto da obra formadora para gerir as múltiplas orlas, rupturas e relações nos tempo e espaço em que se encontra o alternante, no coração da complexidade da Alternância.

De acordo com Jesus (2010, p. 71),

Para tal, o currículo teria que ser construído e adequado à realidade, para enfim responder às necessidades que enfrentavam aqueles camponeses. Por tal razão, essa iniciativa fez com que houvesse uma reflexão profunda de como seria uma escola para atender à problemática do campo, o abandono em que se encontravam os agricultores e, principalmente, os jovens, que na maioria das vezes tinham que deixar sua família, sua comunidade para estudar na cidade e acabavam migrando para os centros urbanos.

A CFR considera, em seu Plano de Formação, o desenvolvimento rural sustentável, visando a contribuir na promoção deste em seus aspectos técnico, econômico, social, político e cultural, agindo com suas ações formativas. Inspirados por práticas associativas e cooperativas, tem o objetivo de estabelecer uma perspectiva solidária entre as pessoas e garantir condições de vida dignas para todos(as), sem discriminação. Neste sentido, o aspecto humano prevalece sobre o econômico e, para que haja desenvolvimento, é necessário conhecer o ambiente em que o egresso está inserido.

O desenvolvimento local. Indissociavelmente unido à formação integral, é uma consequência e uma necessidade. Se o meio não progride, não se desenvolve, os jovens que ali vivem e se formam se veem obrigados a sair. Os CEFFAs fazem com que os jovens e adultos em formação se convertam em atores do seu próprio desenvolvimento e do território em que se encontram. Para alcançar essas finalidades, dispõe-se dos seguintes meios: o sistema pedagógico da Formação em Alternância e a associação. (PUIG-CALVÓ; GIMONET, 2013, p. 36)

O conceito de "desenvolvimento" aqui discutido leva em conta o aspecto da participação em várias formas e níveis. A participação das famílias na gestão escolar é primordial em um processo de aprendizagem que visa ao desenvolvimento holístico, considerando o desenvolvimento pessoal e do ambiente onde vive e trabalha. Como dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais presentes na construção do conhecimento e na produção de alimentos mediados, o desenvolvimento local na comunidade ganha um grande reforço com a Pedagogia da Alternância.

Sobre o desenvolvimento local, Caliri (2002, p. 22) explicita:

Desenvolvimento local é aqui compreendido sob a lógica da participação e mobilização popular. É a base de conversão de propostas em práticas efetivas, preponderando o fortalecimento das decisões dos atores sociais envolvidos e sendo capaz de gerar dimensões de mudanças sociais, crescimento econômico, preservação cultural e ambiental e possibilitando transformações: intelectuais - que traduzam e valorizem o saber sobre a realidade do sujeito e do seu coletivo; produtivas - com a adoção de práticas sustentáveis e que ressaltem a saber gerado com base em sua realidade produtiva; conscientizadoras - das potencialidades do mundo rural e do seu coletivo, bem como impulsionadoras de seus níveis participativos e organizacionais.

Para Santos (2019), os jovens atuam como profissionais capacitados que trabalham na assessoria ou na gestão de organizações produtivas, utilizando técnicas agroecológicas ou sustentáveis e, por meio da formação política e ideológica, criando consciência crítica.

2.5 Permanência do egresso no campo: a interconexão entre educação e trabalho

O centro da organização social capitalista moderno é o trabalho, o principal elemento para constituir uma análise referente ao homem com a natureza e a formação social como crítico do capitalismo. De acordo com Ecurra (2015, p. 27):

permite sua autocriação e reprodução ampliada, a explicitação e o desenvolvimento das capacidades e a diversificação de esferas do ser social. Em flagrante contraste com essa tendência própria do desenvolvimento do ser social, no capitalismo o trabalho adquire centralidade. Como resultado desta centralidade, os indivíduos são unidimensionalizados, exteriorizados de seu conteúdo humano, reduzidos a meros trabalhadores e, paradoxalmente, perdem o sentido da produção, são submetidos a uma dinâmica estranhada.

Na sociedade burguesa, os donos dos meios de produção e os proprietários da força do trabalho constituem a empresa privada. Desse modo, a exploração da classe trabalhadora é o que dá sustento ao modo de produção e ao sistema capitalista. Porém é necessário compreender que, conforme Hungaro (2014, p. 75), “a vida social é mais ampla que o modo pelo qual os homens produzem sua existência social”. Para Marx, o trabalho, no sentido antagônico ao trabalho do capital, é a essência do homem que, ao produzir sua existência, produz-se como ser social e histórico.

Para Zimmermann e Meurer (2019), foi também, no movimento histórico da materialidade da produção e reprodução da vida, que surgiu a Pedagogia da Alternância, originária da França, em 1935, e depois na Itália, espalhou-se e se fortaleceu por todo o mundo, especialmente em CEFFAs. Esses ambientes articulam educação e trabalho e postulam uma formação integral, na qual os alternantes complementam tempos e espaços de aprendizagem, conciliando a experiência e a formação prática com a formação teórico-científica sistematizada, em prol de uma convivência mais associativa e comunitária. Gimonet (2007, p. 28) a discute como “de um lado, a formação integral da pessoa, a educação e, de maneira concomitante, a orientação e a inserção socioprofissional; de outro, a contribuição ao desenvolvimento do território onde está sendo implantado o CEFFA”.

Entre os desafios que envolvem a discussão em torno do trabalho e da educação, bem como dos mundos do trabalho (HOBBSAWM, 1987), estão as mudanças na organização

do trabalho e suas demandas à formação dos(as) trabalhadores(as) durante o capitalismo do século XX.

O reflexo do modelo capitalista é a “desqualificação do trabalhador, na medida em que não precisa mais deter o conhecimento do processo de produção como um todo, apenas a sua parte (SAVIANI, 2002, p. 23). Podemos dizer que o avanço da ciência, ao contrário, não influenciou diretamente na qualificação da massa de trabalho, mas na superqualificação de uns poucos que tinham o conhecimento dos processos de produção como um todo.

Ao “bebermos na fonte” do pensador clássico que trata da categoria trabalho, que é Marx, encontramos uma definição do trabalho como sendo “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1983, p. 149).

A Pedagogia praticada baseia-se na Alternância, o que significa “Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de períodos em situação socioprofissional e em situação escolar” (GIMONET, 1999, p. 44). Nesse contexto, a Alternância significa, sobretudo, “uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo” (GIMONET, 1999, p. 45). A Alternância representa uma maneira de aprender pela vida, “partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, colocando assim a experiência antes do conceito” (GIMONET, 1999, p. 45).

A responsabilidade das famílias, a parceria com a família é, ao mesmo tempo, fonte de formação e desenvolvimento do meio. “Existem parceiros insubstituíveis que se inscrevem no tempo e que fazem com que o CEFFA exista” (TANTON, 1999, p. 100). São eles: “pais, monitores, mestres de estágio que assumem a responsabilidade educativa e que garantem o bom funcionamento – a colocação em prática – da Pedagogia da Alternância” (TANTON, 1999, p. 100). A parceria é saber reconhecer que o outro “é complementar e que o resultado da soma dos atores pode servir ao projeto que foi coletivamente construído” (TANTON, 1999, p. 100).

Estar em situação concreta de trabalho corresponde a uma “necessidade sentida por uma maioria de adolescentes que procuram exercitar-se, descobrir-se, afirmar-se” (TANTON, 1999, p. 101). Estes jovens procuram ao mesmo tempo “serem úteis e considerados, sem que por isso queiram reproduzir o que os adultos ditam. A Alternância permite aos jovens participarem da vida dos adultos através de um trabalho real” (TANTON, 1999, p. 101).

A ação da CFR participa do desenvolvimento do meio porque

ela é de início voltada para o futuro, preparando jovens cidadãos. Isto porque ela associa o conjunto dos parceiros de todas as gerações sem distinção de origem e nem

de classe social para partilhar a responsabilidade da educação e da promoção dos jovens e dos adultos. (TANTON, 1999, p. 101)

Para a implementação do dispositivo pedagógico (formação alternada), é preciso saber suas finalidades e princípios. Finalidades: “formação integral da pessoa, educação, orientação e inserção socioprofissional, contribuição para o desenvolvimento da região onde está inserido o CEFFA” (GIMONET, 2007, p. 28). Este mesmo autor menciona os seguintes princípios que estão vinculados:

a primazia da experiência sobre o programa, a articulação dos tempos e dos espaços da formação, um processo de alternância num ritmo em três tempos, o princípio da formação profissional e geral associadas, o princípio de cooperação, de ação e de autonomia e a associação dos pais e mestres de estágios profissionais como parceiros e co-formadores. (GIMONET, 2007, p. 29)

Podemos dizer que há uma relação muito forte entre a escola e a vida, bem como as relações de trabalhos e a própria escola. Essas relações são impostas como uma formação perene na descontinuidade das ações, pois permitem fazer uma ligação entre os dois espaços (escola e meio).

Consoante Trindade (2010, p. 81),

educação para o jovem do campo parte de quatro finalidades: orientação, adaptação ao emprego, qualificação profissional e formação geral; elegendo como meio para alcançar estas finalidades a alternância e a associação entre famílias, professores, monitores e instituição.

É nessa lógica capitalista que se evidenciam alguns pontos de atenção dentro da alternância, os quais são possíveis de serem produzidos na sociedade capitalista, inclusive na pequena propriedade.

Para conhecer a dinâmica da educação e trabalho, o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) colabora com a discussão no sentido de que há uma relação de trabalho direto com o objeto de estudo, ligado em todo o processo formativo dentro da instituição, além de compreender a complexidade da natureza de construção e de implementação de um PPJ¹³. Segundo Pozzobon e Charão-Marques (2016), este projeto se constitui um instrumento pedagógico inovador, cujo aprimoramento pode ser potencialmente importante para avanços na Educação do Campo.

¹³ O aluno vai amadurecer, ao longo dos anos, o que pretende desenvolver no campo da produção, da transformação ou de serviços, bem como da continuação dos estudos. No último ano, ele sistematiza o projeto a partir de um roteiro definido pelo CEFFA e da orientação dada pela equipe de monitores.

De acordo com Couto (2016), esse instrumento pedagógico permite que a escola trabalhe os problemas da comunidade e, junto com ela, procure respostas e proponha ações coletivamente construídas. Para este autor, esta metodologia prepara o jovem para o mundo do trabalho, caracterizado como autônomo, no modo de produção camponês, com planejamento, qualificação e parcimônia.

Acerca da juventude, Abramo (2007), Castro (2012), Arroyo, Caldart e Molina (2011) e Frigotto (2012) afirmam a urgência na promoção da reflexão, seja pela complexidade dos aspectos que envolvem o jovem do campo – isto é, como vivem, como elaboram suas experiências, como atuam e solucionam seus problemas –, seja pelo combate ao êxodo rural e à exclusão social. A atração pela cidade, o apelo ao consumo industrial imediatista, a escolarização desarticulada da vida dos homens e mulheres são alguns dos enfrentamentos a serem discutidos.

3 OS(AS) EGRESSOS(AS) DA CFR DE BELTERRA: ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS OBTIDOS NO TRABALHO DE CAMPO

Nesta seção, investe-se no propósito de compreender com os egressos de que forma percebem as contribuições da formação na CFR onde eles estão inseridos, a importância do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e a sua contribuição para o desenvolvimento do meio. Neste escopo, foram sistematizadas as informações obtidas por meio de entrevistas com seis informantes-chave selecionados na pesquisa: seis ex-alunos ou egressos da CFR do município de Belterra.

3.1 Desdobramentos da análise da pesquisa

Seguindo as recomendações de Chizzotti (2009), envidamos esforços de sistematizar observações, reflexões, análises e sínteses para elucidar os fenômenos estudados, interpretando e classificando seus significados de modo a subsidiar o alcance dos objetivos previstos na pesquisa. Para ampliar oportunidades de interpretação e análise do próprio leitor, o formulário das entrevistas está apresentado no Anexo A deste trabalho.

Esta seção vem refletir como os egressos evidenciam as contribuições da formação na CFR em termo da melhoria da produtividade, economia e qualidade de vida comunitária na qual estão inseridos. Com eles, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, guiadas por perguntas e, por sua vez, foram classificadas em três categorias: a primeira centrou-se na identificação da faixa etária, da escolaridade e da área de residência dos sujeitos; a segunda elencou perguntas sobre sua formação recebida na CFR de Belterra; e a terceira focou especificamente em investigar as condições profissionais atuais de cada egresso.

A educação do campo, por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância utilizada na CFR de Belterra, foi a responsável pela consolidação da formação que contribuiu significativamente para a melhoria na economia, possibilitando melhor qualidade de vida entre os alunos egressos da CFR local.

Dados importantes mostram que, até o ano de 2017, a CFR do município de Belterra formou 72 alunos no “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”, vinculados ao Curso Técnico em Agropecuária, tendo os seus diplomas registrados no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Estes 72 alunos são egressos de 4 (quatro) turmas, no período de 2011 - 2017.

Essa estatística reflete a colaboração da Pedagogia da Alternância na formação dos jovens das comunidades rurais do município de Belterra, que encontraram uma oportunidade efetiva de uma formação técnica específica, a qual atende, mesmo com dificuldades, às demandas das populações do campo, na Amazônia paraense.

Os dados das entrevistas gerados pelos participantes foram transcritos com o suporte do celular, que possibilitou ao pesquisador utilizar um recurso de tornar os discursos mais lentos, proporcionando um maior aproveitamento no momento de transcrever as falas no *Word.docx*.

A análise de dados foi realizada a partir da triangulação entre os dados verbais, documentais e bibliográficos. A transcrição apresenta os seguintes dados: identificação do sujeito entrevistado, mantida no anonimato; data da entrevista; nome do entrevistador; tipo de entrevista: presencial, hora de início e de término, duração; e nome do(a) entrevistado(a) substituído por “Sujeito 1, Sujeito 2, Sujeito 3, Sujeito 4, Sujeito 5 e Sujeito 6”.

Morin (2011) define o sujeito não como sendo consciente de sua condição de sujeito estabelecida por situações e motivações externas a ele, mas sim através de processos auto-organizativos nos quais o próprio indivíduo se entende internamente como sujeito a partir de suas determinações e finalidades.

Ser sujeito não quer dizer ser consciente: também não quer dizer ter afetividade, sentimentos, ainda que evidentemente a subjetividade humana se desenvolva com a afetividade, com sentimentos. Ser sujeito é colocar-se no centro de seu próprio mundo, é ocupar o lugar do “eu”. (...) cada um pode dizer “eu” para si próprio, ninguém pode dizê-lo pelo outro. (MORIN, 2011, p. 65)

Esse sujeito é assim compreendido na perspectiva do ser humano com as singularidades do seu viver e conviver no contexto do campo. É possível classificar os diferentes sujeitos deste campo, conforme Bogo (2010), segundo vários aspectos que se aproximam, na maioria das vezes, pelas formas produtivas, sociais ou constitutivas.

a) pelas características das atividades produtivas com a força de trabalho familiar (quebradeiras de coco de babaçu, castanheiros, seringueiros, lavradores, colonos, pequenos agricultores, sertanejos nordestinos, meeiros, assentados); b) condição social histórica sem definição de propriedade (quilombolas, posseiros, agregados, rendeiros, meeiros, sem-terra, acampados); c) localização geográfica e residencial (ribeirinhos, extrativistas, sisaleiros, fundo de pasto); d) assalariados temporários e avulsos que moram na terra, mas parte da renda extraem da venda da força de trabalho (diaristas, vaqueiros, peões); e) caboclos e comunidades indígenas. (BOGO, 2010, p. 93).

No intuito de colaborar com os resultados desta análise, será também utilizada a análise de conteúdo, que é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter

por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ressação (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2009, p. 44).

Esta técnica propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. Para o tipo de entrevista em apreço, é indicada a modalidade de análise qualitativa (procura-se analisar a presença ou a ausência de uma ou de várias características do texto).

Depois de uma primeira leitura da entrevista à análise, pretende-se codificar (salientar, classificar, agregar e categorizar) trechos da entrevista transcrita, que passamos a apresentar em forma de quadro de unidades de registro (UR), conforme consta no Apêndice B. Tendo em vista que o investigador, numa análise de dados qualitativa, quer apreender “algo a partir do que os sujeitos da investigação lhe confiam” (AMADO, 2000, p. 12), o quadro sinóptico será construído a partir dos objetivos traçados, das perguntas lançadas pelo entrevistador e de recortes do discurso dos entrevistados.

O percurso de análise das informações obtidas na entrevista seguiu três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento e interpretação dos dados, recorrendo-se à técnica de análise de conteúdo temática por frequência. Na primeira etapa, foi realizada uma leitura exploratória das entrevistas, com o intuito de compreender o contexto no qual se encontram os relatos. Na etapa seguinte, o material foi revisitado para a realização dos recortes do texto com o objetivo de estabelecer as categorias de análise.

Na fase de tratamento e interpretação dos dados, as categorias analíticas principais foram definidas, sendo elas: desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimentos na CFR; produção e atividades agropecuárias na propriedade; e contexto da propriedade e perspectivas futuras.

A seguir, apresentaremos as unidades de significação (US), a partir das quais encontramos os seguintes descritores: descobertas da CFR, importância da CFR, saberes adquiridos na CFR, autonomia adquirida através da CFR, mudanças ocorridas após a CFR, participação em associação e cooperativas, atividades agropecuárias familiares, integração do PPJ com a agropecuária da CFR, produção de orgânicos, comercialização dos produtos da propriedade, mão de obra na propriedade, rede de relacionamentos, tema PPJ, dados da propriedade e moradores, desafios e dificuldades e expectativas futuras, bem como a construção do quadro síntese para a definição das categorias que estão no Apêndice 5, as quais nortearam a definição dos referidos temas.

Com relação às entrevistas realizadas, foram levantadas 3 (três) categorias e 16 US apresentadas no quadro a seguir, onde se apresenta o demonstrativo da análise realizada a partir da entrevista.

Quadro 7 - Síntese das UR e das US na análise de conteúdo

Unidade de Significação (US)	Número de UR						Total de UR	Total de corpus analisado	Categorias
	S1	S2	S3	S4	S5	S6			
Descoberta da CFR	01	02	02	04	02	03	14	06	Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR
Importância da CFR	06	06	04	02	01	02	21	06	
Saberes adquiridos na CFR	02	02	03	05	02	05	19	06	
Autonomia adquirida através da CFR	01	03	01	01	01	01	08	06	
Mudanças ocorridas após a CFR	01	00	02	08	03	01	15	05	
Participação em associação ou cooperativa	01	01	01	02	02	01	08	06	
Atividades agropecuárias familiares	02	02	01	02	01	01	09	06	Produção e atividades agropecuárias na propriedade
Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	00	00	02	02	01	01	06	04	
Produção de orgânicos	01	00	01	01	01	01	05	05	
Comercialização dos produtos da propriedade	01	02	02	00	03	00	08	04	
Mão de obra na propriedade	04	05	02	05	03	02	21	06	
Rede de relacionamento	03	03	03	04	01	01	15	06	Contexto da propriedade e perspectivas futuras
Tema do PPJ	01	01	01	01	01	01	06	06	

Continuação

Unidade de Significação (US)		Número de UR						Total de UR	Total de corpus analisado	Categorias
		S1	S2	S3	S4	S5	S6			
Dados da propriedade e moradores		02	02	02	02	02	02	12	06	
Desafios e dificuldades		02	06	02	03	01	01	15	06	
Expectativas futuras		05	07	06	01	01	03	23	06	
Total US: 16	Total	33	42	35	43	26	26	205	90	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Esta análise das US ajudou a visualizar as UR. Assim, foram possíveis definir as três categorias fundamentais para a continuidade da análise do referido trabalho: a primeira é o *Desenvolvimento pessoal e a aquisição de conhecimento na CFR*; a segunda é “A produção e as atividades agropecuárias nas propriedades e a relação do Projeto Profissional do Jovem e Egresso da CFR de Belterra”; e a terceira remete ao “Contexto das propriedades e perspectivas futuras”.

3.2 Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR

Esta primeira categoria centrou-se no desenvolvimento pessoal e na aquisição de conhecimento na CFR, esta, para os sujeitos, é um momento de descoberta, pois é o primeiro impacto do jovem após sua chegada à unidade de ensino, onde lhe é apresentada toda a estrutura física e a PA, metodologia de ensino adotada na CFR, em que será imerso no processo formativo.

Para conhecer esse sentimento de pertencimento após a chegada na CFR de Belterra, apresentamos os seguintes sujeitos entrevistados:

Foi um colega de infância que se chama Hugo que me falou que estava sendo ofertado esse curso e que tinha o custo muito baixo, que seria legal por eu ter acabado de chegar de Manaus.... Eu gostei muito da experiência porque, na verdade, eu já queria estudar, né? Desde que eu cheguei, já vinha, aí abriu essa oportunidade, aí eu quis. Era uma área que eu me identifica, também por a gente ter terra e morar Belterra, e aí eu aceitei o convite dele. **Sujeito 01.**

Foi através de uma amiga minha que chegou em casa falando sobre o curso, contando, né? É assim, cria expectativa que era legal e aí ela me contou tudo que ela fazia lá. Eu

achei interessante. Então ela me falou o que eu tinha que fazer pra entrar, com quem eu devia me comunicar. E aí eu falei com meus pais, eles acharam uma ótima ideia. Então eu resolvi entrar. **Sujeito 06.**

Os entrevistados Sujeito 1 e Sujeito 6, influenciados por seus amigos, aceitaram o desafio de buscar uma formação que atendesse aos anseios de seu território por intermédio do Curso Técnico em Agropecuária. Muito similar ao que ocorreu em Lauzun, 1935, com a formação da primeira turma junto à igreja, e o desafio de formá-la para início das aulas.

Ao refletir sobre o percurso formativo dos jovens egressos, o referido trabalho de campo se debruçou em quatro pontos que direcionaram a pesquisa: as perguntas de caráter pessoal; sobre a CFR; o Projeto Profissional do Jovem (PPJ); e o trabalho. Foram objetos de estudo 6 (seis) egressos da turma de 2015.

Os respondentes da pesquisa permanecem em suas propriedades. Todos estavam em atividade nos anos correspondentes da formação na Casa Familiar Rural de Belterra e, em diferentes ciclos da vida, participaram e/ou vivenciaram a CFR em fases diferentes, para fins analíticos.

Nesta fase, centrou-se na identificação da faixa etária, da escolaridade e da área de residência dos sujeitos da pesquisa, conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 8 - Sujeitos da Pesquisa

	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3	Sujeito 4	Sujeito 5	Sujeito 6
Idade	32 anos	26 anos	27 anos	26 anos	25 anos	30 anos
Sexo	Fem.	Fem.	Fem.	Mas	Mas	Fem.
Reside na Propriedade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Após a conclusão dos estudos na CFR de Belterra, os respondentes da pesquisa buscaram ampliar seus conhecimentos. Então, alguns continuaram a formação na área de Agronomia, Pedagogia, Engenharia Civil, cursos técnicos subsequentes em Aquicultura, e apenas um egresso está direcionando o foco para a carreira no serviço público.

Reconhecem a importância da permanência no campo, trabalhando na propriedade e sentem a necessidade de aprofundar os conhecimentos no sentido de expandir e melhorar a produção, com relata um dos sujeitos da pesquisa.

[...] eu queria seguir em frente para fazer agronomia. Minha nota não deu, mas ele quer seguir agora. Mas eu não penso não, é uma área muito boa para quem se identifica em trabalhar. A gente tem aqui uma plantação de tomate, pimentão. A gente quer se

aprofundar cada dia mais, plantações, criações que a gente aprende lá, né? A gente vai viver na prática, estamos vivendo na prática, na verdade. **Sujeito 1**

A metodologia da Pedagogia da Alternância possibilita aos alunos em formação experienciarem a teoria e a prática. A PA requer organização e gestão para alcançar os objetivos desejados. Para tanto, desenvolveu uma série de estratégias materializadas no que se convencionou chamar de “instrumentos pedagógicos”, quando se trata das escolas familiares agrícolas e “ferramentas pedagógicas” das CFR.

A Pedagogia da Alternância é, portanto, um passo importante para a formação dos jovens que buscam a profissionalização para atuar nos territórios, orientando as técnicas de cultivar e manejar, auxiliando as populações que vivem no campo a melhorar a sua produção. Dessa forma, serão capazes de atenderem aos pressupostos apresentados para a educação do campo. Caldart (2008, p. 72) assim define:

A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade educacional da população que vive do trabalho do campo e tomando posição no confronto de projetos de educação: contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada “educação rural”), a afirmação da educação como formação humana, omnilateral e de perspectiva emancipatória, vinculada a projetos históricos, de longo prazo.

Portanto, a educação do campo é uma política pública que chega para atender a essa população específica, além de colaborar com a permanência em seus territórios de origem. Por sua vez, a Pedagogia da Alternância avança como uma metodologia que atende ao seu público no tempo escola e tempo comunidade, sugerindo a teoria e a prática a partir do uso das ferramentas pedagógicas vistas acima.

Tais ferramentas têm como função fazer a conexão entre a pesquisa e a construção do conhecimento, a prática e a teoria, estimulando a comunicação entre os diversos atores, a busca por novas tecnologias e possibilitando a avaliação não apenas da aprendizagem, mas também do processo formativo. Abaixo, o relato de um sujeito da pesquisa afirma que:

Uma experiência que eu vivi que, antes quando eu tinha só o ensino médio, ignorava, como se eu não tivesse conhecimento em relação à hortaliça. Assim que terminei, as pessoas já me perguntavam. A gente podia instruir o que era apropriado, o tipo de adubo. **Sujeito 1**

A Pedagogia da Alternância sugere uma metodologia específica para a modalidade de ensino e seus instrumentos estão classificados da seguinte forma: instrumentos e atividades de pesquisa (plano de estudos, folha de observação, estágio); instrumentos e atividades

comunicação/relação (colocação em comum, tutoria, caderno de alternância, visita à família e à comunidade); instrumentos didáticos (visita e viagem de estudo, serões de estudos, intervenção externa, cadernos didáticos para as aulas/cursos, atividades de retorno – experiências e projeto profissional do jovem); e instrumentos de avaliação (avaliação semanal e avaliação formativa) (SOUZA; MENDES, 2012).

Observa-se que a formação ofertada pela CFR desperta no aluno egresso o interesse pela formação, com a intenção de continuar as atividades no campo. A formação recebida na CFR de Belterra trouxe algumas evidências do processo formativo, a citar:

Uma bagagem de experiência e de abrir portas pro meu futuro eu saber o que eu quero da minha vida. Porque, antes disso, eu estava vivendo pelo o que eu assistia na televisão, apenas você não tem visão de nada. Por mais que a CFR era um interior pra mim, faz muita diferença, porque o curso, em si, ele me trouxe onde estou aqui, hoje, agora. Pra mim, abriu oportunidade pra mim descobrir que eu queria continuar no campo e eu queria fazer aquilo pra minha vida e eu quero fazer faculdade de agronomia. Então foi assim que começou. **Sujeito 2**

No relato acima, o sujeito da pesquisa fala sobre a experiência vivida na CFR e as suas perspectivas de vida futura. O relato aponta algumas sugestões do Sujeito 2, “continue com a sua terrinha, que é de lá que você vai tirar o que você come. É de lá que sai tudo: a roupa que a gente veste, o computador que a gente está usando agora. Então, tudo sai do agro. Eu não penso em sair de lá, dessa forma, de abandonar o campo jamais”. Essa fala é comum entre os alunos, mesmo quando estão ainda em formação. Eles têm suas impressões sobre permanecer no campo, mas sem deixar as oportunidades de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, além de que ele também pode contribuir futuramente com o desenvolvimento comunitário e regional do lugar onde moram.

Outra fala significativa é a afirmação do Sujeito 2, ao dizer: “Graças também à CFR que me proporcionou, que me abrangeu a mente pra aquilo que eu queria”. Seguido do Sujeito 3, que diz: “Eu tinha muita dificuldade de gestão, que foi que a escola muito que ensinou, e acho que não só pra mim, mas para vários alunos também, principalmente administrar propriedade que a gente trabalha no dia a dia, ali, e não sabe muito bem. E hoje em dia, eu levo pra vida isso”.

Quando apresentadas as perguntas sobre a formação recebida pela CFR, foi recorrente nas falas a importância da escola do campo com uma proposta pedagógica que leve em consideração as diferentes realidades existentes nesse contexto. O Sujeito 4 disse que viu, na CFR, uma oportunidade de continuar os estudos e se profissionalizar. Usou os seguintes termos:

A passagem pela CFR foi, assim, um marco na minha trajetória. Porque eu saí de lá da minha propriedade rural onde tinha poucos conhecimentos e poucas perspectiva de um futuro que é ali, aquele momento que a gente conclui o ensino fundamental, fica de transição de sair do ensino fundamental para procurar e profissionalizar em alguma coisa. Então essa foi uma das coisas muito importantes. Até hoje a gente sempre está utilizando as técnicas que a gente aprendeu. Uma coisa que irei levar para o meu futuro, para mim foi muito importante, que consegui concluir o ensino médio juntamente com o curso de agropecuária, que tem me auxiliado bastante. Onde quer que eu esteja sempre estou utilizando informações que eu obtive lá nesse período.

Sujeito 4

Uma das maiores dificuldades no campo é a assistência técnica que oriente os trabalhadores rurais e os agricultores familiares principalmente. Os órgãos governamentais não dão conta de fazer acompanhamento técnico em todas as regiões em razão da dimensão territorial na Amazônia. As comunidades ficam desassistidas, comprometendo o abastecimento das cidades. Vê-se, na CFR, a possibilidade de diminuir esses problemas quando se formam técnicos em Agropecuária, em Zootecnia, em Agroecologia, Secretaria Escolar e Guia de Turismo.

O Sujeito 5 relata: “Sempre tive vontade de entrar nessa área da agricultura e, então, não tinha um colégio desse tão perto, só lá em Castanhal. E quando apareceu a oportunidade, eu entrei”. Assim, mostra a necessidade de ter uma escola mais perto do seu local de moradia e que garanta a formação específica para os trabalhadores rurais. Continua em seu relato: “... abre mais a cabeça da gente e tem essa pegada de empreendedor, pelo conhecimento adquirido na casa. A parte prática a gente tinha lá, mas não tinha muito dessa teoria, e com essa teoria adquirida lá, põe em prática no campo, na aqui na propriedade”.

O Sujeito 6 reflete sobre os aspectos da aprendizagem na CFR, que são diferentes da escola básica regular. Na metodologia da Pedagogia da Alternância, os jovens alternantes compõem equipes de atividades em contribuição ao bom funcionamento da casa, de modo que as responsabilidades são desenvolvidas no coletivo.

Assim, no momento que eu entrei, eu tinha uma mentalidade totalmente diferente da que eu desenvolvi estando lá, na casa. Eu não tinha, assim, uma responsabilidade. Eu tinha meus 18 anos. Mas assim eu cheguei lá, eu tinha outra perspectiva de vida sobre responsabilidade de horários, tarefas diárias. Eu mudei meu comportamento em relação a priorizar certas coisas na minha vida. Eu creio que isso ajudou muito a disciplina.

Eu diria que mais pessoal, no quesito de estudo mesmo, porque eu não tinha perspectiva de estudar mais, fazer novos cursos, estudar pra concursos. E lá, minha mente foi se abrindo a novas possibilidades. Hoje eu procuro estar estudando, me mantendo atualizada sobre diversos assuntos e creio que isso contribui muito.

Sujeito 6

A educação ou processo formativo é, de certo modo, a esperança de dias melhores. É por meio dela que o desenvolvimento da educação nos territórios acontece, a melhoria da qualidade de vida dos tradicionais é possível. Isso se deve ao conhecimento científico (tempo escola) e à prática (tempo comunidade) proposta pela Pedagogia da Alternância e pelo fato de ser posto em prática nas CFRs.

Na percepção dos entrevistados Sujeito 2, Sujeito 3, Sujeito 4 e Sujeito 5, o processo de descoberta foi a partir das experiências adquiridas de outros jovens estudantes e/ou egressos que residem no campo, despertando o interesse de outros jovens a buscar uma oportunidade de se qualificar. Veja, a seguir, o referido depoimento, bem como a participação de ex-diretores no processo de divulgação da CFR.

Para começar como foi, eu ouvi falar dela. Foi na minha comunidade onde já tinha alunas e irmãs de alunas que estudavam lá que também estava pensando na possibilidade de estudar para lá, que era uma forma de você formar no ensino médio e junto você ter um bônus que seria o curso técnico. E daí, eu levei isso para a casa, coloquei na cabeça que eu queria porque eu sempre que queria estudar e eu queria oportunidades e lá, na comunidade, não tinha. Pois, então, eu bati o pé com a minha mãe e disse assim: eu quero ir, quero conhecer, eu quero saber como que é. Então eu conversei com a moça da escola, que é minha colega que eu estudava junto com ela lá, na época, na comunidade onde a gente morava, e a gente combinou tudo sem consentimento da minha mãe, porque ela tinha medo, eu era de menor porque falavam que a CFR é legal é tudo junto. **Sujeito 2**

Eu conheci através da ex-presidente, dona Irlanda. Como ela fazia parte da comunidade onde eu morava, morou muito tempo lá, e como eu tinha iniciado o ensino médio e era distante para mim também, ela falou dessa proposta pra mim da Casa Familiar Rural e que estava tendo novas turmas e tinha vagas pra novos alunos. Aí foi que me interessei, aí larguei a escola lá e vim pro Prata. **Sujeito 3**

Eu ouvi falar da CFR através da busca nas comunidades da equipe da coordenação, que foram até as comunidades em busca desses jovens, e recebi a visita deles. Aí, lá eles falaram a proposta que tinha, na qual eu primeiramente achei uma proposta muito legal, que poderia me trazer um bom retorno futuramente, quanto de ensino quanto a parte profissional. E eu também estava com bastante tempo parado, sem estudar, estava com dois anos. Aí eu tinha iniciado o ensino médio no Piranha, o ensino modelar, e lá também tinha muita dificuldade para a gente se deslocar até a comunidade para estudar. Então, quando foi essa equipe lá, na minha casa, conversar com os meus pais, foi o primeiro momento que eu tive essa informação. **Sujeito 4**

Eu a conheci por morar na comunidade e parente meu cursar lá. E eu sempre tive vontade também de fazer um curso parecido. **Sujeito 5**

Segundo Jean Claude Gimonet (2007), este sujeito do campo, ao se tornar estudante na proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, caracteriza-se também como sujeito alternante. Ou seja, pertencente e envolvido no movimento alternado da Pedagogia da Alternância. Caracteriza-se como sujeito que, nas experiências, na complexidade das relações

e situações, amplia as possibilidades de aprendizagens a partir do movimento metodológico da alternância.

De modo a refletir sobre a passagens dos egressos pela CFR, bem como sua importância após a sua formação, é possível observar o papel da escola na formação dos alunos, conforme se percebe nas percepções dos sujeitos 1 e 2 entrevistados(as):

Na verdade, significou muita coisa para mim. Falando, assim, a respeito de estudo, a levar adiante através de lá, que fiz a primeira vez a prova do ENEM em 2016. Aí eu comecei a gostar, eu comecei vê os alunos da UFOPA se empolgando, aí eu fui gostando, me dedicando mais. Quando conclui, voltei a fazer novamente a prova, eu consegui passar na prova. Hoje eu sou bolsista. Tudo por conta disso, né? Fui me aprimorando, uma porta que se abriu no curso de licenciatura em Pedagogia. **Sujeito 1**

Uma bagagem de experiência e de abrir portas pro meu futuro. Eu saber o que eu quero da minha vida. Porque, antes disso, eu estava vivendo pelo o que eu assistia na televisão, apenas você não tem visão de nada. Por mais que a CFR era um interior pra mim, faz muita diferença, porque o curso, em si, ele me trouxe onde estou aqui hoje, agora. Pra mim, abriu oportunidade pra mim descobrir que eu queria continuar no campo e eu queria fazer aquilo pra minha vida e eu quero fazer faculdade de agronomia. Então foi assim que começou... **Sujeito 2**

Segundo García-Marirrodriaga e Puig-Calvó (2010, p. 59), “um Centro Educativo Familiar de Formação por Alternância, um CEFFA é uma Associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar uma problemática comum de desenvolvimento local, através de atividades de formação em Alternância, principalmente de jovens, a se excluir os adultos”.

No início, foi meio difícil adaptação. Mas, com o tempo, fomos conhecendo novas pessoas, fazendo novas amizades. Aí que foi surgindo o *network*, a gente conheceu várias pessoas do meio profissional. Eu acho que vale muito pro meio profissional isso e tanto pra vida pessoal também que, hoje em dia, eu colho frutos disso. Tenho amizades com muitas pessoas. **Sujeito 3**

A passagem pela CFR foi, assim, um marco na minha trajetória. Porque eu saí de lá da minha propriedade rural, onde tinha poucos conhecimentos e poucas perspectiva de um futuro, que é ali aquele momento que a gente conclui o ensino fundamental, fica de transição de sair do ensino fundamental para procurar e profissionalizar em alguma coisa. Então essa foi uma das coisas muito importantes. Até hoje, a gente sempre está utilizando as técnicas que a gente aprendeu. Uma coisa que irei levar para o meu futuro, para mim foi muito importante, que consegui concluir o ensino médio juntamente com o Curso de Agropecuária, que tem me auxiliado bastante. Onde quer que eu esteja, sempre estou utilizando informações que eu obtive lá nesse período. **Sujeito 4**

Como eu falei, sempre tive vontade de entrar nessa área agricultura e, então, não tinha um colégio desse tão perto, só lá em Castanhal, e quando apareceu a oportunidade, eu entrei. **Sujeito 5**

Assim, no momento que eu entrei, eu tinha uma mentalidade totalmente diferente da que eu desenvolvi estando lá, na casa. Eu não tinha, assim, uma responsabilidade. Eu

tinha meus 18 anos. Mas assim eu cheguei lá, eu tinha outra perspectiva de vida sobre responsabilidade de horários, tarefas diárias. Eu mudei meu comportamento em relação a priorizar certas coisas na minha vida. Eu creio que isso ajudou muito a disciplina. **Sujeito 6**

Problematizando a aprendizagem na proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, fundamentamo-nos nos estudos de Gimonet (2007), que apresenta o ensino e a aprendizagem em alternância como a relação entre o viver e o gerir a complexidade do cotidiano, com os seus paradoxos e suas idiossincrasias. Ou seja, em um processo dinâmico, dialógico e participativo, essa pedagogia possibilita o empoderamento do sujeito do campo por meio da aprendizagem como experiência (LARROSA, 2011) e vivência de/no mundo.

Referente à perspectiva dos egressos após a formação na CFR, é possível identificar a sua parcela de colaboração, permitindo com que os jovens dessem continuidade aos seus projetos pessoais e profissionais por intermédio da formação. O quadro a seguir apresenta os cursos realizados pelos egressos após o seu processo formativo na CFR.

Quadro 9 - Cursos realizados pelos egressos após a formação

Entrevistado (a)	Levantamento dos cursos realizados após a formação na CFR
Sujeito 1	Licenciatura em Pedagogia
Sujeito 2	Bacharel em Agronomia
Sujeito 3	Curso Técnico em Aquicultura – Subsequente
Sujeito 4	Engenharia Civil – Curso Técnico Subsequente em Agente de Endemias
Sujeito 5	Tecnólogo em Agronomia
Sujeito 6	Estudando para concurso

Fonte: Autor (2023)

A relação desses cursos apresentados traz indicativos importantíssimos, visto que todas as áreas listadas acima se relacionam diretamente com o território. São uma esperança para que possam prosseguir com os seus projetos e continuar desenvolvendo o território. A necessidade da busca da qualificação se justifica pela ausência dos polos universitários, no município, que atendam às necessidades dos jovens.

3.3 A produção e as atividades agropecuárias nas propriedades, a relação do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e o egresso da CFR de Belterra

Em se tratando da segunda categoria relacionada à produção e às atividades agropecuárias nas propriedades, podemos destacar a importância dos projetos de profissionais dos jovens. Nesse sistema de ensino, eles devem cumprir algumas etapas, sendo uma das principais o instrumento pedagógico denominado Projeto Profissional do Jovem (PPJ). Este tem por objetivo encaminhar o jovem para a profissionalização do trabalho no campo, no sentido de melhorar a renda e a qualidade de vida, e de servir como facilitador para encaminhamento do jovem para o mundo do trabalho e como um elemento de desenvolvimento econômico e social do meio rural (FROSSARD, 2004).

Ainda segundo Pozzebon e Vergutz (2013, p. 11):

O PPJ é orientado pelo monitor e tutor do estudante e busca interagir os saberes e aprendizagens das diferentes áreas do conhecimento (técnico, social, ambiental, econômica, linguística, histórica, cultural, entre outros) articulando possibilidades de geração de renda para a família a partir dos estudos e diagnósticos de sua estrutura agrária, administrativa, produtiva, além das necessidades e potencialidades desta. O projeto é educativo, sendo desenvolvido com o acompanhamento da escola, mobilizando e articulando os diferentes conhecimentos para construí-lo. É profissional no momento em que se baseia na profissão real, fazendo com que os jovens possam resolver e encontrar soluções para os problemas da vida produtiva.

O PPJ tem como finalidade o desenvolvimento do meio, pois parte da realidade concreta e pode ser um gerador de sinergias entre pessoas e instituições.

Para Sousa (2015, p. 43), o PPJ é:

Um documento onde o jovem sistematiza um projeto que foi sendo construído ao longo dos anos em que recebeu a formação. Nesta atividade o jovem expõe seu Plano de Produção agrícola, de transformação da propriedade ou de serviços que pretende realizar, ou seja, o jovem vai produzir o projeto durante o período que ficar na CFR e ao final irá colocar em prática na sua propriedade. Ele é o instrumento pedagógico que interliga tecnicamente as aprendizagens desenvolvidas durante a caminhada alternada na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Santarém com o ambiente socioprofissional e/ou familiar. Este projeto é construído em consonância com os desejos do estudante e também de sua família.

A realização do PPJ está diretamente relacionada à associação local. Ele se dá pelo fato de não ser um projeto só das famílias dos jovens, mas também das comunidades onde eles estão inseridos. Segundo Gimonet (2007), não pode haver desenvolvimento de uma pessoa fora ou na imposição do seu meio vivencial.

Neste sentido, a proposta de formação da ECCFR-B, os projetos de escolarização e socioprofissionais caminham juntos. A partir de diagnósticos completos sobre a sua realidade e de estudos sobre a viabilidade social, ambiental e econômico *etc.*, o jovem é orientado por um monitor/professor, e a escolha do tema para elaborar o seu PPJ será realizada ao longo de sua trajetória na CFR.

Na estruturação pedagógica da CFR de Belterra, o PPJ é um instrumento pedagógico e ao mesmo tempo um componente curricular que tem por função: sistematizar o conhecimento construído pelo jovem em formação; e organizar as informações oriundas do seu conhecimento produzido na vivência familiar e comunitária e nos momentos de aprofundamento da sua realidade socioprofissional.

Segundo o Plano de Formação (2022), no que tange ao Trabalho de Conclusão de curso:

Cada educando desenvolverá durante todo o curso um trabalho de pesquisa com base em experiência e/ou estudos feitos pelo (a) educando (a) – o Projeto Profissional do Jovem/PPJ. Cada educando (a) deverá ter um (a) orientador (a) do trabalho. Após a última alternância do curso estes trabalhos serão apresentados em seminários temáticos na ECCFR ou na comunidade onde foi desenvolvida a experiência prática. (BELTERRA, 2022, p. 84)

O PPJ representa um instrumento pedagógico utilizado pelos CEFFAs com o objetivo de preparar os jovens para a profissionalização do trabalho no campo. Essa orientação visa a melhorar a renda e a qualidade de vida da família, além de atuar como facilitador para o encaminhamento do jovem para o mundo do trabalho e como um elemento de desenvolvimento econômico e social do meio rural (FROSSARD, 2004). Além disso, “constitui um projeto profissional que dá sentido à sua formação e à sua vida, que permite trazer suas próprias soluções, sejam elas singulares, concretas, alternativas” (CALVÓ, 2002, p. 136).

Para exemplificar essa abordagem, destacamos que a disciplina do PPJ é uma disciplina com uma carga horária de 30 horas, contemplando os seguintes conteúdos: noções básicas para elaboração de projetos, Monitoramento e avaliação de projetos agropecuários, além das referências que sustentam a disciplina. Neste sentido, o Plano de Formação possui o componente do PPJ no contexto do Eixo Tecnológico PROEJA/Técnico em Agropecuária.

O PPJ é o instrumento pedagógico que interliga tecnicamente as aprendizagens desenvolvidas durante a caminhada alternada na CFR com o ambiente socioprofissional e/ou familiar. Este projeto é construído em consonância com os desejos do estudante e de sua família.

É orientado pelo monitor e tutor do estudante e busca interagir com os saberes e aprendizagens das diferentes áreas do conhecimento (técnico, social, ambiental, econômica,

linguística, histórica, cultural, entre outros), articulando possibilidades de geração de renda para a família a partir dos estudos e diagnósticos de sua estrutura agrária, administrativa, produtiva, além das necessidades e potencialidades desta.

O projeto é educativo, sendo desenvolvido com o acompanhamento da escola, mobilizando e articulando os diferentes conhecimentos para construí-lo. É profissional quando se baseia na profissão real, fazendo com que os jovens possam resolver e encontrar soluções para os problemas da vida produtiva. Ele tem como finalidade o desenvolvimento local, pois parte da realidade concreta e pode ser um gerador de sinergias entre pessoas e instituições.

Os alunos da CFR de Belterra são apresentados desde as primeiras alternâncias até as possíveis atividades que podem ser trabalhadas no PPJ. Alguns transformam a plantação ou a criação que existe na sua propriedade em projeto, melhorando o que se tem, partindo de uma prática que faz parte da sua realidade. Outros acabam descobrindo outras possibilidades a partir das aulas na CFR de Belterra.

De acordo com Portilho (2008), o PPJ é uma proposta concreta que o alternante pretende desenvolver ou aperfeiçoar no campo produtivo. É desenvolvido a partir de um roteiro próprio e orientado pelos monitores das CFRs. Trata-se de um documento no qual o jovem sistematiza um projeto que foi sendo construído ao longo dos anos em que recebeu a formação. Nesta atividade, o jovem expõe seu plano de produção agrícola, de transformação da propriedade ou de serviços que pretende realizar. Ou seja, ele vai produzir o projeto durante o período em que ficar na CFR e, ao final, irá colocar em prática na sua propriedade.

Ao ingressar na CFR, o alternante é orientado a construir seu PPJ, que será um meio de concretização das pesquisas dos planos de estudos e de sinalização de passos futuros para a profissionalização. Por isso, os planos de estudos deverão ir ao encontro da linha da orientação profissional de jovens empreendedores rurais.

Uma análise prévia do PPJ permitiu refletir sobre os perfis de trabalhos desenvolvidos pelos jovens em suas propriedades. Dos seis projetos analisados, um está vinculado à área da zootecnia, ou seja, à criação de animais; enquanto os outros cinco projetos estão direcionados às práticas produtivas ligadas à agricultura e à produção de alimentos, conforme o quadro a seguir.

Quadro 10 - Perfil de projetos desenvolvidos pelos egressos em seus territórios

PROJETOS VINCULADOS À PRODUÇÃO ANIMAL	CRIACÃO DE AVES DE CORTE NA AGRICULTURA FAMILIAR, UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, BR 163 KM 124.
PROJETOS VINCULADOS ÀS PRÁTICAS PRODUTIVAS	CULTIVO DO MARACUJÁ: UMA ALTERNATIVA DE RENDA SUSTENTÁVEL
	CULTIVO DE PEPINO (<i>Cocumis sativus</i>) IMPLANTADO NA COMUNIDADE DO IGARAPÉ DO PIRANHA, MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS.
	PRODUÇÃO DE MAMÃO HAVAI NA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO, MUNICÍPIO DE BELTERRA-PA
	PRODUÇÃO DE ADUBOS ORGÂNICOS EM UM QUINTAL AGROECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE BELTERRA-PA
	PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO KM 124

Fonte: Autor (2022)

Os trabalhos estão ligados diretamente às práticas produtivas e investigativas realizadas durante todo o processo de formação do aluno da CFR de Belterra. Essas práticas ocorrem por meio de orientações, que são direcionadas a partir do Manual de Elaboração e Formatação do Projeto Profissional do Jovem, seguido pelo monitor, que orienta a elaboração do projeto conforme as instruções presentes no manual. Espera-se estabelecer um diálogo com os egressos para compreender o processo de elaboração e execução do projeto em suas propriedades, assim como a relevância dessas atividades para as suas famílias. Com isso, constata-se que o PPJ, além de ser um instrumento pedagógico para alternância, efetiva-se como disciplina do Curso Técnico em Agropecuária, reforçando a importância de dialogar sobre o objeto do estudo e o fortalecimento produtivo na propriedade.

Concluindo esta análise, foram apresentados, na visão dos entrevistados, os aspectos mais importantes da formação deles, isto é, quanto à formação recebida, à escolaridade atual e às condições profissionais de cada sujeito.

A contribuição da CRF para a realização de sonhos, além de possibilitar às populações do campo um modelo de educação que use a própria terra como laboratório, por exemplo, que utiliza todos os espaços para a formação integral dos jovens da casa, que aplique uma metodologia que vai além de ensinar a ler e a escrever, ensina sobre as relações e organizações sociais e comunitárias, o empreendedorismo, a emancipação do homem e da mulher como perspectiva de uma vida melhor.

Tais apontamentos emergem da necessidade de evidenciar as contribuições da formação na CFR por meio da Pedagogia da Alternância. Ao fazer uma reflexão sobre as

perspectivas futuras dos jovens quando questionados se querem sair de seus territórios, podemos observar alguns relatos dos sujeitos entrevistados a seguir:

Não penso. Eu gosto e meu marido também gosta, inclusive, ele quer até se aprofundar mais. Na verdade, eu queria seguir em frente para fazer agronomia. Minha nota não deu. Mas ele quer seguir agora. Mas eu não penso não, é uma área muito boa para quem se identifica em trabalhar. A gente tem aqui uma plantação de tomate, pimentão. A gente quer se aprofundar cada dia mais, plantações, criações que a gente aprendeu lá. A gente está vivendo na prática na verdade. **Sujeito 1**

Não, para mim, para quem está na área do agro está com tudo. Se você tem uma terra, não venda sua terra. Mas que você vá morar, você vai envelhecer, às vezes, viajar mas continue com a sua terrinha, que é de lá que você vai tirar o que você come, é de lá que sai tudo: a roupa que a gente veste, o computador que a gente está usando agora. Então, tudo sai do agro. Eu não penso em sair de lá dessa forma, de abandonar o campo, jamais. **Sujeito 2**

Não, a vida no campo é muito melhor. Nem tem comparação com a cidade. Aqui a gente produz. Tudo que a gente planta a gente colhe. Então eu não tenho necessidade de sair daqui pra ir pra cidade, de viver trabalhando empregado. Aqui eu trabalho pra mim, aqui eu faço meu horário e trabalho pra mim. **Sujeito 3**

Na zona urbana, eu moro aqui na zona urbana. Mas, **frequentemente**, a gente está visitando a nossa propriedade. No caso, a gente tem uma propriedade lá no Santo Antônio, outra lá no 124. A gente tem tanto a parte frutífera quanto as florestais e também na parte da pecuária que a gente está iniciando. Aí a gente sempre tem esse contato com a área rural, nunca deixou de existir. **Sujeito 4**

Não, por gostar de agricultura, por viver dela. **Sujeito 5**

Hoje eu moro aqui em Óbidos. Passei um bom tempo em Manaus depois do curso, mas voltei e, de vez em quando, tenho contato com o interior. Observo as coisas como é que estão e sinto falta de estar no meio rural. **Sujeito 6**

Nas falas acima, é perceptível o envolvimento dos egressos com o lugar de fala, a compreensão da importância de seus territórios, sua comunidade, seu espaço. É possível identificar o seu envolvimento com a terra, com a plantação, com o cultivo e a criação de animais, bem com a importância de cuidar dela, pois muitos sobrevivem dela, tiram suas economias, consomem, vendem o excedente. Mesmo que nem todos os egressos estejam dentro das propriedades, mas o contato do jovem com a família permanece.

São diversas as mudanças que ocorreram na vida dos jovens após a formação, entre elas estão o que percebemos nos depoimentos:

A gente sempre continuou com essa parte de fruticultura e criação. Ultimamente começou a produção da criação de gado, e a gente já tem aquela visão a mais como fazer as instalações, que sistema vai utilizar, se é viável. A partir do momento que a gente teve um conhecimento a mais sobre agricultura, a gente conseguiu detectar onde estava ali o erro. Nós conseguimos colocar em prática o projeto, a gente conseguiu fazer o aviário, a gente iniciou o projeto com cem aves poedeiras, em parceria com o Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAM. **Sujeito 4**

O aprofundamento desses conhecimentos que ocorreram na CFR corroborou para o fortalecimento e a mudança de práticas em que as transformações foram perceptíveis na propriedade, assim como a implementação de novos projetos que garantem a autonomia, a segurança alimentar e a diversificação produtiva, em meio à construção de parcerias que são fundamentais, bem como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Os egressos, ao passarem por esta formação integral, tem a premissa de que, na PA, possam ter autonomia para lidar com a sua família, propriedade e comunidade. A seguir, percepções dos jovens ao serem indagados, na entrevista, se a passagem pela CFR o tornou uma pessoa autônoma. Veja os relatos.

Eu creio que sim pra ambos. Os alunos que, quando vieram, dependiam muito dos pais, nunca tinham saído de casa, se afastado muito. Aí, quando veio pra essa realidade, a gente teve que aprender, e a gente se tornou autônomo sim, capaz de tomar decisões e de ajudar nossos pais. Isso com certeza mudou muito a vida de muitos alunos de dentro da escola. **Sujeito 3**

Sim, porque ali é um momento que a gente divide opiniões, um momento que a gente vai criar opiniões, vai defender opiniões e vai também ouvir diferentes opiniões de diferentes pessoas e, com isso, cada vez mais a gente se torna uma pessoa mais independente, ter uma voz ativa, saber falar se comunicar, e isso tudo vai trazendo aquela seriedade. **Sujeito 4**

A CFR de Belterra tem buscado a realização da profissionalização dos indivíduos locais para se tornarem parte das "lideranças de base do movimento", sendo agentes que podem se mobilizar e se identificar com a vida no campo do grupo através de sua experiência e identidade de classe. O percurso de integração profissional e social dos ex-alunos da CFR, principalmente dos mediadores da CFR, expõe uma forma de liderança diferente daquela dos seus pais.

Por fim, pode-se, por meio dos relatos, evidenciar a eficácia da Pedagogia da Alternância e das Escolas Comunitárias Familiares Rurais como metodologia e espaço adequado de formação na educação do campo dentro da Amazônia paraense.

Neste sentido, trazemos em síntese a sistematização das entrevistas deste ponto em específico. Atualmente, os egressos respondentes da pesquisa encontram-se, a maioria deles, residindo em suas propriedades de acordo com as falas a seguir.

O Sujeito 1 “possui uma propriedade com o esposo e produz hortaliças, banana e outras agriculturas para o próprio consumo”. O Sujeito 2 “reside com os pais no interior”. O Sujeito 3 “reside na comunidade com a família e dedica-se à produção de farinha e banana”. O Sujeito 4 “é servidor público, reside na comunidade e trabalha como Agente de Endemias”. O Sujeito 5 “mora com a família e os pais na mesma propriedade, é técnico em agropecuária,

lotado na Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Belterra, possui um plantio de banana, mamão, criação de pequenos animais como aves, ovinos e caprinos”; e o Sujeito 6 “não reside na propriedade e dedica-se aos estudos para concurso público”.

3.4 Contexto das propriedades e perspectivas futuras

A Pedagogia da Alternância constitui um dos espaços importantes para criar conexão entre trabalho e educação. Segundo Fernandes (2000), a definição do termo campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, com função multidimensional relacionada à educação, à cultura, ao trabalho, ao mercado e às relações sociais voltadas à organização da sua existência, e não apenas como espaço de produção de mercadorias.

A palavra campo traduz-se em ambiente de ligação dos seres humanos e de sua existência relacionada, etimologicamente, ao camponês, ao trabalho camponês, agregando os sujeitos identificados com a agricultura familiar, a reforma agrária, os assentamentos, os acampamentos, os quilombos, o povo indígena, os trabalhadores assalariados rurais, os pescadores artesanais e com tantos outros que lutam pela sua identidade e dignidade cultural, política, social, humana.

É visível que a força do trabalho humano foi, em grande parte, substituída pelas máquinas e que, de fato, provocou grandes mudanças nos processos de produção e nos processos de aprendizagem. Neste contexto, o desenvolvimento do meio é realmente um dos pilares centrais da Pedagogia da Alternância, que busca integrar o aprendizado teórico e prático, por meio de uma conexão dinâmica entre escola, família, propriedade e comunidade. A Pedagogia da Alternância tem como objetivo promover a formação integral dos estudantes. Isso significa que ela não se limita apenas ao desenvolvimento intelectual, mas abrange o desenvolvimento social, emocional, cultural e ético.

Nessa perspectiva, falar sobre o desenvolvimento das propriedades rurais e as relações entre a comunidade e a escola é essencial para compreender como essa pedagogia funciona na prática e como ela contribui para a formação integral. Esta, segundo Calvó (1999), considera a totalidade e a integralidade da pessoa como ser humano e tudo aquilo que pode enriquecer a sua formação, considerando todos os ângulos: formação escolar, formação profissional, formação social, educação, cidadania, projeto de vida, economia, família, meio.

E os elementos que intervêm na formação integral do estudante, pela alternância, são: família, monitores, grupos de alunos, amigos, capacidades, programa oficial, escola, cultura local, projetos, meio social, trabalho, economia e outros. Para o mesmo autor citado,

essa formação, que leva em conta a totalidade dos elementos formativos, influi e colabora também na formação de todos os aspectos da pessoa humana, tais como: intelectuais, técnicos, científicos, profissionais, humanos, sociológicos, artísticos, filosóficos, econômicos, espirituais, éticos, ecológicos e outros fatores.

Na Pedagogia da Alternância, o desenvolvimento do meio não é apenas um objetivo, mas também um meio para alcançar a formação integral. A integração entre as propriedades rurais, a comunidade e a escola criam um ecossistema educativo que valoriza o saber local, promove o desenvolvimento social e econômico sustentável e forma cidadãos conscientes e preparados para transformar sua realidade.

A partir das respostas dos sujeitos entrevistados, ao serem questionados sobre a produção na propriedade, apresentamos uma relação na qual se produz levando em conta o processo de construção do conhecimento e a relação da produção e do trabalho aprendido nas práticas dos cursos, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 11 - Levantamento de tamanho da propriedade e produção

Entrevistado (a)	Tamanho da Propriedade	O que se produz? O que se cria?
Sujeito 1	100 hectares	Tomate, pimentão, maxixe e macaxeira
Sujeito 2	100 hectares	Criação de gado
Sujeito 3	NR	Mandioca, banana
Sujeito 4	86 hectares	Galinhas, polpas de frutas, óleos (andiroba e copaíba), cumaru.
Sujeito 5	02 hectares	Mamão, banana, açaí e criação de pequenos animais.
Sujeito 6	12 x 27	Compostagem orgânica

Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Ao discutir sobre a forma de produção, os sujeitos entrevistados expressaram duas concepções principais: a produção orgânica e a agroecologia. Ambas compartilham alguns princípios comuns, como a preocupação com a sustentabilidade e a saúde ambiental, mas diferem em suas abordagens e objetivos mais amplos.

Agroecologia é um conjunto de princípios gerais aplicáveis aos sistemas agropecuários sustentáveis. Pode ser descrita como uma ciência que tem por objeto o estudo holístico dos agrossistemas que buscam copiar os processos naturais empregando um enfoque de manejo de recursos naturais para condições específicas de propriedades rurais, respondendo pelas necessidades e aspirações de agricultores em determinadas regiões (ALTIERI, 2001, p. 1).

Na visão dos sujeitos, é possível identificar a forma de produção e compreensão sobre a temática em seus territórios, consoante expõem os relatos a seguir.

Não é totalmente orgânico, mas a gente procura usar menos defensivos possíveis, sabe? **Sujeito 3**

Orgânico não tem como eu trabalhar, porque do meu lado não tem como trabalhar só com o orgânico, não vou dar conta de tanto inseto que vem para minha roça. Então vamos dizer que não existe esse semiorgânico, mas, entre aspas, vamos dizer que seja semiorgânico. **Sujeito 5**

Eu penso, assim, que é algo muito importante. Eu creio que a agroecologia veio pra minimizar os efeitos dos agrotóxicos que, invés de a gente está usando esses adubos químicos, a gente pode muito bem fazer o orgânico em casa, tendo os materiais corretos. Dá um pouquinho de trabalho, não é uma coisa imediata que vem o adubo pronto que a gente compra, que vem vários químicos. Mas é o mais saudável, o certo a se fazer principalmente para o meio ambiente. **Sujeito 6**

Embora ambas as concepções compartilhem a preocupação com a sustentabilidade e a saúde ambiental, as percepções dos sujeitos entrevistados destacam que a produção orgânica é vista como uma abordagem mais voltada para o mercado e com foco na certificação de processos. Já a agroecologia é entendida como uma abordagem mais ampla, que engloba aspectos sociais, políticos e culturais, promovendo uma transformação sistêmica no modo de produzir e consumir alimentos.

As dificuldades mencionadas pelos sujeitos no território e os desafios para o desenvolvimento da propriedade, geralmente, envolvem uma série de fatores interligados que podem variar de acordo com o contexto específico de cada localidade. Alguns dos desafios mais comuns costumam ser: acesso a recursos; infraestrutura deficiente; assistência técnica e extensão rural; comercialização e acesso a mercados; condições climáticas e ambientais; questões de governança e políticas públicas; e desafios sociais e organizacionais.

Essas situações refletem a complexidade de desenvolver as propriedades rurais em territórios que enfrentam múltiplos desafios, demandando soluções integradas e colaborativas entre governos, comunidades e organizações. Veja o que os sujeitos relatam.

Cooperativismo: Se tivesse essa cooperativa aqui em Belterra, porque os compradores são daqui de Santarém, a maioria são de Santarém. Se tivesse aqui dentro do município, seria melhor, e a questão de funcionários também difícil de encontrar. **Sujeito 1**

Relação de gênero no trabalho: Quando a gente começa a trabalhar, a gente escuta muita coisa de homens, né? O preconceito, o machismo, ele ofende a gente. Têm pessoas que desistem, mas não deve desistir jamais. Tem que fazer nossa parte, que isso não tem nada a ver um trabalho honesto, normal. Acho que uma dificuldade, acho

que é essa mesmo que primeiro eu já tive dentro de casa. Veio lá de dentro de casa, aí você não encontra só lá, na agora, é na vida, acho que é isso. **Sujeito 2**

Comercialização: A venda é fácil, mas o valor varia muito, principalmente, nessa época, a farinha está nas alturas. A saca aqui nós vendemos de R\$ 420,00 o quilo, está saindo em média de R\$ 7,00 então. Tem época mesmo que o saco da farinha de 60 kg está saindo de R\$ 150, 180 reais. Então varia muito o que dificulta um pouco para a gente, um trabalho meio árduo, e o produto final... **Sujeito 3**

Logística: A minha maior dificuldade é morar um pouco distante do trabalho, mas, com o tempo, eu fui me acostumando. Para mim, está sendo bom, eu não tenho tanta dificuldade. As dificuldades são mínimas. Trabalho lá há três anos, na área de combate a endemias. Aí, nesse período, eu consegui fazer algumas especializações, fazer alguns treinamentos, é isso. As dificuldades são poucas. **Sujeito 4**

Acho que eu não encontrei nenhuma dificuldade, deu para atender? A gente faz muita visita na secretaria com esses programas. Agora que a gente está fazendo sobre o cacau clonal, a gente faz oficina de enxertia e produção de muda também. **Sujeito 5**

Tem algo que eu vou levar pra vida que é os momentos com os amigos, os momentos difíceis que a gente passou, que teve tempos muitos difíceis no finalzinho do curso. Foi um momento que a gente precisava uns dos outros pra apoiar, teve pessoas que desistiram. Aí ia desanimando a gente também, eu pensei em desistir já no final, conversando com alguns colegas, com o senhor, na época meu namorado, que hoje é esposo, disse que não é pra mim desistir. Então isso é pra levar pra vida, a família que a gente constrói, porque a gente passou um tempo muito grande junto, assim quinzena, convivência né? A gente já conhecia o outro quando tava meio chateado, a gente sabia o fulano não tá bem. A gente ia, conversava mesma coisa, quando era com a gente, sempre vinha alguém conversar, os professores, os próprios colegas, as meninas do quarto, e é isso. A parceria a gente leva pra vida mesmo. Com as novas responsabilidades, a gente ter perdido um pouco do contato, eu creio que onde a gente se aquela amizade vai ser a mesma. **Sujeito 6**

A Pedagogia da Alternância “parte da experiência da vida cotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente” (GIMONET, 2007, p. 16).

É o processo de aprender na perspectiva de transformar-se pelo próprio viver, no qual o sujeito compensa as perturbações e as integra aos padrões organizacionais, auto-organizando-se na interação com outros sistemas (OLIVEIRA, 1999). Ou, como aborda Morin (1999), é “auto-eco-organização”, uma vez que o sujeito vai percebendo a aprendizagem como um processo auto-organizado, já que produz, mas também é dependente de perturbações externas, e não apenas internas, de todos os sujeitos em interação.

O mecanismo de alternância, no contexto educacional, realmente potencializa a aprendizagem ao promover um movimento dinâmico entre diferentes experiências e contextos de aprendizado. Esse processo, baseado em uma organização pedagógica estruturada, utiliza instrumentos pedagógicos que facilitam a transição entre o "fazer" prático, o "viver" a experiência e o "agir" reflexivo. A alternância promove uma reflexão constante sobre a ação,

levando à transformação tanto do indivíduo quanto do seu meio, ao criar uma congruência entre a prática e o ambiente educacional.

Desse modo, a alternância oferece uma abordagem integrada que valoriza a aprendizagem experiencial, o pensamento crítico e o desenvolvimento pessoal, promovendo um aprendizado mais significativo e contextualizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pedagogia da Alternância é objeto de várias pesquisas, e a Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra (ECCFR-B) foi utilizada como campo de investigação. Dessa forma, este estudo se caracteriza como uma contribuição para a educação na Amazônia.

Com efeito, a Pedagogia da Alternância pressupõe que o jovem seja o principal ator de sua formação. Isso equivale a dizer que, nessa metodologia, parte-se da experiência concreta do educando, problematiza-se e reflete-se sobre sua realidade, com a finalidade de ele voltar para transformá-la.

O exercício de compreender o processo de formação técnica-profissional na vida dos jovens rurais egressos da ECCFR-B é o principal objetivo ora proposto, fazendo com que esta pesquisa traga grandes contribuições acerca dos jovens egressos do sistema educativo pautado na Pedagogia da Alternância, bem como um estudo relevante que sirva de análises para as demais Casas Familiares Rurais (CFRs).

O desafio de fazer uma ponderação dentro desse contexto permitiu que a CFR de Belterra possa ter elementos que colaboram para o sistema educativo, dentro das práticas pedagógicas, bem como para a revisão da matriz curricular no que se refere aos conteúdos e às bibliografias utilizadas, quando se tratar da disciplina Projeto Profissional dos Jovens (PPJ), assim como a sua carga horária, visto que ela é transversal ao processo de formação.

Saber como o egresso está é mensurar as dimensões que o jovem alcançou após a formação. Este acompanhamento não deve ser utopia, precisa ser estudado, com levantamento das informações necessárias para que o jovem, ao término de sua formação, não se sinta distanciado após o processo da profissionalização. Este deve ser um laço fortalecido entre a CFR, o aluno e família.

É possível inferir, a partir desse contexto, que as ações dos CEFFAs estão intrinsecamente ligadas ao conceito de Educação do Campo, como resultado das ações, lutas e das articulações dos movimentos sociais. Em primeiro lugar, porque se apresenta como uma alternativa educacional para trabalhadores rurais interessados em conhecer as peculiaridades da agricultura familiar. Ou, dito de outra forma, organizada metodologicamente pela Pedagogia da Alternância, possibilita ao jovem do campo se engajar em práticas agrícolas já presentes em seu cotidiano, bem como relacionar essas novas aplicações e saberes para começar a refletir sobre eles e, como resultado, gerar mudanças com novas ações e novas reflexões.

Quanto à oferta do ensino médio nos territórios, é predominante o ensino regular na área urbana e modular nas áreas rurais, esta é ofertada pelo estado, com todos os desafios

possíveis: espaço e salas de aulas, transporte escolar, alimentação escolar implementada com a parceria do município.

Uma alternativa viável para garantir a formação técnica nos territórios rurais onde se encontra a turma de ensino modular seria a oferta do ensino médio concomitante¹⁴ ao curso técnico integrado. Ou seja, os alunos seriam matriculados para a oferta do ensino médio nas comunidades e territórios, e as CFRs abriria matrícula para os cursos técnicos, de acordo com a demanda e as necessidades do território, adequando uma proposta curricular na Pedagogia da Alternância, garantindo, então, a permanência dos jovens nos territórios, por meio da qualificação profissional e do fortalecimento dessa pedagogia.

A referida pesquisa colaborou na avaliação de diversas atuações dos(as) jovens egressos das CFRs em âmbito local, dentro dos movimentos sociais, organizações governamentais e as principais atividades econômicas realizadas dentro das propriedades, após a implementação do Projeto Profissional do Jovem (PPJ), que, além de ser um instrumento pedagógico, é uma das disciplinas obrigatórias na matriz curricular.

Tendo como uma das premissas o objetivo de avaliar de que forma a construção e a aplicação do PPJ contribuíram para melhoria da produtividade, economia e qualidade de vida da família e da comunidade onde o jovem está inserido, destacamos a colaboração dada pelos(as) egressos(as) em prol o desenvolvimento rural sustentável.

Significa dizer que a Educação do Campo, por meio da alternância, surge dos desafios que o território possui, numa estratégia de fortalecer os direitos sociais, as políticas públicas, como a educação, com o caráter público, democrático, de qualidade e equidade fundamentada no desejo dos territórios, levando em consideração suas peculiaridades e diversidade local. Para isso, a permanência do sujeito no campo está associada a uma questão de sucessão rural; é, então, um grande desafio. Para Santos (2017), os possíveis caminhos (perspectivas) apontados que podem ajudar o jovem a continuar no campo estão sendo encontrados pelos(as) próprios(as) sujeitos(as).

As experiências exitosas, protagonizadas pelos sujeitos do campo ou não, que podem trazer grandes reflexões sobre o processo formativo desenvolvido pela CFR de Belterra, possibilitaram conhecer que de fato a escola conseguiu articular o processo formativo, além de compreender as contribuições da formação realizada na CFR na vida dos jovens, chamando atenção para proposta curricular pensada para a educação do campo e internalizada pelas CFRs.

¹⁴ **Cursos técnicos concomitantes** – Nessa forma de ingresso, você cursa as disciplinas de formação técnica na CFR de Belterra enquanto faz o ensino médio em outra instituição. Ou, se você já tiver concluído o ensino médio, faz apenas as disciplinas técnicas no instituto. Para concorrer às vagas desse tipo de curso, você precisa ter o ensino médio completo ou, pelo menos, a primeira série do ensino médio concluída na data da matrícula.

A partir delas, é possível responder às problemáticas e/ou questionamentos levantados para esta pesquisa.

Vale ressaltar um desafio que talvez seja o maior para o desenvolvimento das Casas Familiares Rurais: a proposta de caminhar no sentido de se transformar em política pública. Isso pressupõe que as CFRs passem a fazer parte dos sistemas educacionais dos municípios, estados ou da união. Isso gerará um debate profundo sobre a Pedagogia da Alternância, haja vista que as Casas Familiares Rurais são administradas por uma entidade formada pelos pais.

O retorno às propriedades, após a formação dos jovens, traz diversas reflexões sobre os modos de vida, as oportunidades que tiveram e os caminhos percorridos na CFR de Belterra. Isso vem demonstrando a importância da formação na Pedagogia da Alternância, que é um espaço construído e pensado para a formação de filhos e filhas dos jovens do campo, das águas e das florestas. Assim, este espaço acompanhou o desenvolvimento dos PPJ, possibilitando teoria e prática, vivência e acompanhamento pedagógico-técnico nas propriedades, do início ao fim do curso.

As comunidades locais reconhecem a importância dessa formação, que é estratégica para o fortalecimento dos territórios, pela sustentabilidade. Assim, busca fazer com que o jovem se envolva ainda mais nas questões locais, para que possa seguir com o desenvolvimento local previsto nos pilares que sustentam a Pedagogia da Alternância. Conforme expressa Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local como “um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

No que tange às propriedades e às comunidades locais onde os jovens egressos residem, são áreas cultivadas por longos anos por suas famílias e, em outros casos, após o casamento ou a união estável, o egresso migra para sua própria propriedade ou a família arrenda uma pequena quantidade de terra, na qual é possível continuar com o processo produtivo e de criação de pequenos animais.

Garcia Marrirodrigo e Calvó (2010) afirmam que o desenvolvimento local, enquanto desenvolvimento de um território pela sua população, torna-se um marco de afirmação, pertencimento e identificação com as necessidades a serem atendidas. Neste sentido os jovens encontram na Pedagogia da Alternância, a possibilidade de realizar a qualificação profissional com qualidade e orientação técnica, o que contribui para o fortalecimento do território. É bom lembrar que o local não seja somente um espaço demarcado de forma geográfica ou administrativa, e sim seja um espaço que tem vida, que tem pessoas que vivem em comunidades e se desenvolvem.

Desse modo, as vivências, as práticas pedagógicas adotam a Pedagogia da Alternância, seu papel na construção do desenvolvimento do meio na formação do educando, levando em consideração: o meio em que vive, as formas de conflitos, as políticas públicas, as atividades produtivas e econômicas, as relações de trabalho, as relações de gênero e geração, os problemas ambientais, a organização social-formal e informal, entre outros.

Considerando a trajetória dos jovens egressos da CFR que têm permanecido no campo sob diferentes formas ou arranjos de condição camponesa, atendendo às expectativas dos agentes do campesinato e das famílias, é um ponto positivo dentro do processo formativo. Se por um lado, o campo é sinal de pobreza; por outro, aos olhos de quem se qualificou e estudou na Alternância, o campo, isto é, a terra é importante para a sua qualidade de vida. Por sua vez, a cidade, sinônimo de riqueza e de desenvolvimento, depende do que o agricultor planta para fazer suas refeições diárias.

Suas práticas são mediadas pelo conhecimento formal em agropecuária e com foco no meio ambiente, direcionadas para a agricultura, tanto nas atividades práticas nos lotes quanto em funções e cargos formais. No entanto é uma maneira de liderança que também envolve política, levando em conta a posição do grupo e as conexões sociais na comunidade camponesa.

As circunstâncias sociais, econômicas e políticas dessas famílias de agricultores familiares rurais e a trajetória de seus jovens filhos levam a crer que a intervenção da CFR de Belterra voltada para campo deve estar associada a outras medidas, a fim de assegurar a permanência dos jovens no campo.

Foi observado que a CFR de Belterra ofereceu os conhecimentos técnico e político necessários para que os jovens adquirissem uma nova perspectiva da sua realidade e uma nova posição na sociedade. No entanto, a efetiva permanência desses jovens no campo está condicionada à situação econômica da família, à estrutura familiar e às oportunidades de desenvolvimento econômico e político. A Casa Familiar Rural parece aumentar as chances de identificação e permanência dos jovens, mas sua eficácia depende de outras ações e dinâmicas locais, regionais e nacionais.

Dessa maneira, para atender às expectativas dos alunos formados pela CFR, a fim de que sejam plenamente satisfeitos, foi necessário implementar ações planejadas, tanto coletivas quanto públicas, especialmente no que diz respeito à integração desses jovens em programas agrícolas e fundiários específicos. Além disso, a continuação dos estudos no ensino médio e universitário, baseados não apenas na Pedagogia da Alternância, mas também na combinação de aspectos políticos e técnicos da formação, parece ser uma abordagem legítima.

Contudo, não menos importante, os processos internos e burocráticos, para que se possa garantir a sobrevivência da CFR no território, fazem-se necessários, para que haja a consolidação da PA com um sistema educativo e funcional sem perder a essência, onde a obrigatoriedade da manutenção dos sistemas de gestão são cruciais para garantir a diplomação dos estudantes, a partir das renovações das autorizações e renovações de autorizações de funcionamento, emitidas pelo CEE-PA, bem como a garantia do código validador nacional do diploma emitido pelo SISTEC, além do registro no Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), necessário para a atuação profissional.

A resignificação, dentro deste processo acadêmico, foi muito importante, fez com que eu desconstruísse a forma de pensar a Pedagogia da Alternância e passasse a compreender o processo formativo do jovem que não estava visível, processo de construção este crucial para o desenvolvimento desta pesquisa. Entre as idas e vindas, as visitas, a busca pelos acervos e documentos, houve um processo lento que, a cada etapa e descoberta que a pesquisa avançava, mais o compromisso e a responsabilidade aumentavam.

Esta pesquisa permitiu uma imersão no modo de como é desenvolvida a Pedagogia da Alternância, a descoberta e a desconstrução do que se tinha aprendido empiricamente e o que se converge com o científico, tornando mais claro o processo de compreensão desse universo formativo. Neste sentido, trazer esses conceitos dos egressos, da Pedagogia da Alternância e das Casas Familiares Rurais em uma escrita de forma clara e objetiva, buscar deixar registrado todas as informações encontradas foi pertinente para a temática que irá facilitar a compreensão dos sujeitos e das famílias no seu reconhecimento e identificação dentro deste objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. – Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEGNAMI, João Batista. **Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil**. Brasília: Cidade, 2004. (Unefab Documento Pedagógico).

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: cadernos de subsídios. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/referencias.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htmimpressa.htm. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.> Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 16 agosto de 2023. Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=250541-rcp001-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 mar. 2023.

BELTERRA. Casa Familiar Rural de Belterra. **Plano de Formação**. Belterra, Pará, 2015.

BELTERRA. Casa Familiar Rural de Belterra. **Plano de Formação**. Belterra, Pará, 2022.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: FERNANDES, B.M. *et al.* SANTOS, C.A. (Org). **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília – INCRA, 2008. p. 13-49.

CALIARI, Rogério. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. 2002. 123 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2002.

CALVÓ, Pedro Puig. Formação Pessoal e Desenvolvimento Local. In: **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Sustentável**. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - 12 a 14 de novembro de 2002. p. 126-146.

CAMPOS, Anelize de Souza Muller. **Casa Familiar Rural: Um Estudo no Território da Cantuquiriguaçu/PR. 2018**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Laranjeiras do Sul, 2018.

CORDEIRO, Georgina; REIS, Neila; HAGE, Salomão. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. Em Aberto, v. 24, n. 85, 2011. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/PEDAGOGIA-DAALTERN%C3%A2NCIA-E-SEUS-DESAFIOS.pdf> Acesso em: 3 abr. 2024.

COSTA, Maria Adélia da. **Currículo Integrado: concepções, perspectivas e experiências**. Belo Horizonte: CEFET-MG.2011.

CASTRO, E. G. de. Juventude do Campo. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

COUTO, X. C. S. O projeto profissional do jovem na Casa Familiar Rural de Açailândia: culminância, interdisciplinaridade e desenvolvimento agroecológico do meio. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, 2016.

DIAS, Regina Arruda. **Pedagogia da Alternância: Participação da sociedade civil na construção de uma educação sustentável e cidadã**. In.: QUEIROZ, João Batista Pereira de.

SILVA, Virgínia Costa e. PACHCO, Zuleika. (Orgs). **Pedagogia da Alternância Construindo a Educação do Campo**. Goiânia: Ed. da UCG; Brasília, Ed. Universa, 2006.

ESCURRA, M. F. **Pobreza no capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx**. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa Qualitativa em Educação – Fundamentos e tradições**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância**. 2ª Ed. Ver., ampl., At. Florianópolis: Insular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERREIRA, Jaqueline da Luz. **Educação do campo e políticas públicas: a sustentabilidade financeira das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará**. 2015. 188 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRR), Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaio**. São Paulo: Cortez, 1993.

FOERSTE, Erineu; PUIG-CALVÓ, Pedro; CALIARI, Rogério Omar (Orgs.). **Pedagogia da Alternância: 50 anos em terras brasileiras**. 1. ed., Curitiba: Appris, 2019

FROSSARD, Antônio Carlos. **Identidade do jovem rural confrontando com o estereótipo de Jeca Tatu: um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I**, 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2004.

FROSSARD, Antônio Carlos. **Conhecendo a Pedagogia da Alternância: contextualização, questões teóricas e práticas**. Nova Friburgo: Editora Frossard, 2018.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, Roberto; CALVÓ, Pedro Puig. **Características gerais: definições, fins e meios dos CEFFA**. In: **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo**. Belo Horizonte: O Lutador (AIDEFA), 2010. p. 59-105.

GHEDIN, Evandro. **Educação do Campo Epistemologia e práticas**. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e Desenvolvimento de um Movimento Educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. *In: Seminário Internacional sobre Pedagogia da Alternância. **Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento.*** Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB. 1999. p.39-48.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GNOATO, Almir Antônio *et al.* Pedagogia da alternância; uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. *In: XLIV Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento.*** Fortaleza, Jun. 2006.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e prática.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2018

JESUS, José Novais de. **As escolas família agrícola no território goiano [manuscrito]: a pedagogia da alternância como perspectiva para o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura camponesa.** 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2010.

HOBBSAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História)

HUNGARO, E. M. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. *In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V de; SILVA, M. A. da (Org). **O método dialético na pesquisa em educação.*** Campinas: Autores Associados, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 2006.

LAROSSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. *In: **Revista Reflexão e Ação,*** Santa Cruz do Sul, v.19, n2, jul./dez. 2011.

MARX, K. **O capital.** V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELLO, Costa, Eneida Elisa. **O surgimento da formação de jovens rurais por alternância:** história de uma pedagogia asso ciada ao meio agrícola – as casas famílias rurais. Piracicaba, ESLQ/ USP: 1997.

MENDES, Geancarla Coelho; SOUZA, Adrie Simone Duarte de. **O trabalho docente do educador do campo e a Pedagogia da Alternância: Elementos para reflexão e discussão.** *In: GHEDIN, Evandro (Org.) Educação do Campo: Epistemologia e prática.* São Paulo: Cortez, 2012

MENESES, Alcione Sousa de. **Quando mudar é condição para permanecer: a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na Transamazônica (Pará- Amazônia). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2010.**

MIZUKAMI, M.G.N. **Aprendizagem da docência: conhecimento específico, contextos e práticas pedagógicas.** In: NACARATO, A.M. A formação do professor que ensina matemática perspectivas e pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 213-231.

MOLINA, M. C. Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V de; SILVA, M. A. da (Org). **O método dialético na pesquisa em educação.** Campinas: Autores Associados, 2014.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NASCIMENTO, C. G. **A Educação Camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2005.

PACHECO, L. M.; GRABOWSKI, A. P. **A pedagogia da alternância e o enfrentamento das situações problemas no meio rural: limites e possibilidades.** In: IV Encontro em Educação Agrícola I Fórum de Debates sobre a Pedagogia da Alternância, 7 a 11 maio de 2012.

PARÁ. **Parecer nº 398/2012.** Termo de Adesão. Pará (PA): CEE-PA, 2012.

PARÁ. **Parecer CEE/PA nº 383/2012.** Credenciamento e Autorização das CFR a oferecer os níveis e modalidades de ensino. Pará (PA): CEE-PA. 2012.

PARÁ. **Parecer CEE/PA nº 108/2020.** Regularização da vida acadêmica de alunos egressos de Instituições que ofertam cursos de educação básica e profissional e com processos de autorização de funcionamento e/ou de renovação de atos autorizativos, suspensos em decorrência da pandemia da COVID – 19. Pará (PA): CEE-PA. 2020. Brasil

PARÁ. **Resolução nº 412/2012.** Assinatura do Termo de Adesão junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE/PA dos cursos que iriam ofertar dentro da unidade escolar. Pará (PA): CEE-PA. 2022.

PARÁ. **Resolução nº 454,** de 20 de dezembro de 2012. Credencia a Associação das Famílias que é Entidade Mantenedora e Autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – 3ª e 4ª etapas- Escola Comunitaria Casa Familiar Rural De Belterra – Belterra/PA. Pará (PA): CEE-PA. 2012.

PARÁ. **Resolução nº 455,** de 20 de dezembro de 2012. Autorização do *Técnico em Agroindústria* (Integrado e Subsequente). Pará (PA): CEE-PA. 2012.

PARÁ. **Resolução nº 456,** de 20 de dezembro de 2012. Autorização do *Técnico em Agroecologia* (Integrado e Subsequente). Pará (PA): CEE-PA. 2012.

PARÁ. **Resolução nº 457,** de 20 de dezembro de 2012. Autorização do *Técnico em Agropecuária* (Integrado e Subsequente). Pará (PA): CEE-PA. 2012.

PARÁ. **Resolução nº 458**, de 20 de dezembro de 2012. Autorização do *Técnico em Agricultura* (Subsequente). Pará (PA): CEE-PA. 2012.

PARÁ. **Resolução nº 272/2020**, de 21 de maio de 2020. CEE/PA: promulga a seguinte resolução - concede, *em caráter excepcional*, os atos autorizativos solicitados pelas unidades escolares de Educação Básica e Profissional integrantes do Sistema Estadual de Ensino, com fim específico de validação de estudos dos alunos e expedição de diplomas, certificados, históricos e demais documentos escolares, exclusivamente em relação ao *ano letivo de 2020*. Pará (PA): CEE-PA. 2020.

PARÁ. **Resolução nº 328**, de 20 de dezembro de 2022. Prorroga o prazo concedido na Resolução CEE/PA Nº 052/2022 para o funcionamento das Casas Familiares Rurais vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino. Pará (PA): CEE-PA. 2022.

PARÁ. **Resolução CEE/PA nº 052/2022**, até 31 de dezembro de 2023. Considera um prazo suficiente para instituição a fim de que possam concluir as tratativas, no que prevê a celebração das parcerias necessárias com o poder público e privado. Pará (PA): CEE-PA. 2022.

PARÁ. **Resolução nº 179**, de 27 de março de 2024. Prorroga a Resolução Nº 328 de 20 de dezembro de 2022, que deferi o prazo até o final do ano letivo de 2024 para que as escolas comunitárias implementem efetivamente todas as determinações legais educacionais. Pará (PA): CEE-PA. 2024.

PINHO, Marcélia Amorim Cardoso. **Pedagogia da Alternância e Formação sobre Educação do Campo em Nova Iguaçu: Relato de uma experiência**. Disponível em: http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafaef/vol1_num3/ARTIGO%20MARCLIA%20CADERNOS%203.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

PORTILHO, Edilene Santos. **Pedagogia da Alternância: educação e natureza em casas familiares na região Tocantina, PA**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

POZZEBON, Adair; VERGUTZ, Cristina Luiza Bencke. **O Projeto Profissional do Jovem: PPJ como instrumento de avaliação mediadora na pedagogia da alternância**. In: Seminário Regional de Educação do Campo, 1, 2013, Santa Maria, RS. Anais do I Seminário Regional de Educação do Campo. Santa Maria, RS: Universidade de Santa Maria, 2013, p. 1-16.

PUIG-CALVÓ, Pedro. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: **Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento**. Primeiro Seminário Internacional. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas-UNEFAB, 1999, p. 15 – 24.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia da Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. 210p.

RIBEIRO, B. M. F. **Viver, produzir e preservar: construindo projeto Casa Familiar Rural da Transamazônica (1980-2002)**, 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo De Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SANTOS, Damião Solidade dos. **Pedagogia da Alternância e a atuação dos jovens no desenvolvimento local**, São Luis, MA, Editora Fross, 2019, 154p.

SANTOS, Neila Reis Correia. **Educação do campo e alternância: Reflexões sobre uma experiência na Transamazônica/Pará**. 2006. 401 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: autores associados, 2002. (coleção educação contemporânea).

SILVA, Lourdes Helena. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância - a experiência brasileira**. Sísifo, n. 5, p. 105-112/EN 101-108, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/SOCORR~1/AppData/Local/Temp/97-259-1-SM.pdf>. Acesso em: 28 abril. 2024.

SILVA, M. R.; JORGE, C. M. O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do PROEJA. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 142, p. 55-71, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017137347>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SIMÕES, C. A. **Juventude e Educação Técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ**. 148 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SOBREIRA, Milene Francisca Coelho; SILVA, Lourdes Helena da. **Vida e construção do conhecimento na Pedagogia da Alternância**. 2014. DOI:

<https://doi.org/10.14244/19827199915>. Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/915>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SOUSA, Werlison Silva de. **Manual de Elaboração e Formatação do Projeto Profissional do Jovens: um experiencia coletiva aplicada a prática na CFR de Santarém**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Paulista 2015.

SOUSA, P. F. S. e; SOUSA, W. S. de; XIMENES-ROCHA, S. H. Educação e pedagogia da alternância na amazônia: o protagonismo e a resistência do jovem alternante. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 1, p. 200–215, 2023. DOI: 10.5216/ia.v48i1.72028. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72028>. Acesso em: 20 maio. 2023.

TANTON, Christian. **Alternância e Parceria: Família e Meio Sócio-profissional**. In: Seminário Internacional Sobre Pedagogia da Alternância. Pedagogia da Alternância. Alternância e Desenvolvimento. Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB. 1999.p.98- 103.

TRINDADE, Glademir Alves. **O trabalho e a pedagogia da alternância na casa familiar de Pato Branco – PR**. 2010. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa**. *Educação e pesquisa*, v. 34, n. 2, p. 227-242, 2008.

VAZ, Rosilda do Socorro Ferreira. **A Pedagogia da Alternância no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em Abaetetuba**. Abaetetuba, PA, 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2017.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS. **Revista NERA**, vol.22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PESSOAL

1. Como conheceu a CFR de Belterra e tornou a decisão de cursar o ensino médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária?
2. O que a passagem pela CFR significou para você? (Pessoalmente, profissionalmente *etc.*)
3. O que você aprendeu na CFR que vai além do trabalho?
4. Pensa em sair da propriedade?
5. Pensa em fazer curso superior (universidade) ou outro curso técnico? (Se sim, em que área?)
6. Se não fosse à alternância, teria cursado o ensino médio regular?
7. Na sua opinião, a passagem pela CFR tornou-o uma pessoa mais autônoma? Por quê?
8. Tem contato ainda com colegas da CFR? Desenvolvem atividades conjuntas (lazer e/ou trabalho)?

PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM - PPJ

9. Qual foi o tema do teu PPJ e por que fez essa escolha?
10. Como o tema escolhido se integra à proposta de Agropecuária da CFR?
11. Como eram as atividades agropecuárias na propriedade da família antes de participar da CFR?
12. Que mudanças ocorreram na propriedade da família após sua passagem pela CFR?
13. Que mudanças ocorreram na propriedade da família com o desenvolvimento do seu PPJ?
14. Conseguiu colocar em prática o que propôs no PPJ? (Se não, por quê?)
15. Acha que pode expandir sua proposta do PPJ?
16. Tem mercado fácil para os produtos (tradicionais e/ou novos) da propriedade?
17. Principais compradores dos produtos da propriedade (antes e depois do curso)?
18. Vê, no seu PPJ, possibilidade de melhorar a qualidade de vida de sua família?

TRABALHO

19. Dados da propriedade (área, produtos cultivados, financiamento *etc.*).
20. Quem mora na propriedade?
21. Utilizam mão de obra não familiar na propriedade? Qual e quando?
22. Existe uma distribuição de funções/trabalho dentro da propriedade? Quem faz o quê?
23. Que atividades desenvolve na propriedade e fora dela?

24. Trabalha só com produtos orgânicos? O que pensa sobre a agroecologia?
25. Há diferenciação na comercialização dos produtos (orgânicos e não-orgânicos)?
26. Participa de alguma associação ou cooperativa? Quais e por quê (autonomia coletiva)?
27. Que dificuldades mais encontra no trabalho atual?

APÊNDICE B – UNIDADES DE REGISTRO (UR)

Participante	Fala (Unidades de Registro - UR)	Unidades de Significação (US)	Total
Sujeito 01	- Foi um colega de infância.	Descoberta da CFR	01
Sujeito 02	- Eu ouvi falar dela foi na minha comunidade. - Eu conversei com a moça da escola que é minha colega.	Descoberta da CFR	02
Sujeito 03	- Eu conheci através da ex-presidente. - Ela falou dessa proposta pra mim.	Descoberta da CFR	02
Sujeito 04	- Através da busca nas comunidades. - Recebi a visita deles. - Eles falaram a proposta que tinha. - Foi essa equipe lá na minha casa conversar com os meus pais foi.	Descoberta da CFR	04
Sujeito 05	- Conheci ela por morar na comunidade. - Parente meu cursa lá.	Descoberta da CFR	02
Sujeito 06	- Através de uma amiga minha. - Ela me contou tudo que ela fazia lá. - Ela me falou o que eu tinha que fazer pra entrar.	Descoberta da CFR	03
Sujeito 01	- A respeito de estudo. - Através de lá que fiz a primeira vez a prova do ENEM. - Me dedicando mais. - Eu consegui passar na prova hoje eu sou. - Fui me aprimorando. - [Faço] curso de licenciatura em pedagogia.	Importância da CFR	06
Sujeito 02	- Uma bagagem de experiência. - Abrir portas pro meu futuro. - Eu estava vivendo pelo o que eu assistia na televisão. - O curso em si ele me trouxe onde estou aqui hoje. - Descobrir que eu queria continuar no campo. - Eu quero fazer faculdade de agronomia.	Importância da CFR	06
Sujeito 03	- Foi surgindo o <i>network</i> . - A gente conheceu várias pessoas do meio profissional. - Hoje em dia eu colho frutos disso. - Tenho amizades com muitas pessoas.	Importância da CFR	04
Sujeito 04	- Foi assim um marco na minha trajetória. - Consegui concluir o ensino médio juntamente com o curso de agropecuária.	Importância da CFR	02
Sujeito 05	- Sempre tive vontade de entrar nessa área.	Importância da CFR	01
Sujeito 06	- Assim eu cheguei lá eu tinha outra perspectiva de vida sobre responsabilidade de horários, tarefas diárias. - Eu mudei meu comportamento em relação a priorizar certas coisas na minha vida.	Importância da CFR	02
Sujeito 01	- A gente aprende a dividir as coisas. - Ter uma rotina.	Saberes adquiridos na CFR	02
Sujeito 02	- Eu estava no campo fazendo experiências lá nos animais. - Foi abrangente pra minha mente.	Saberes adquiridos na CFR	02
Sujeito 03	- Eu tinha muita dificuldade de gestão. - Principalmente administrar propriedade. - Hoje em dia eu levo pra vida isso.	Saberes adquiridos na CFR	03
Sujeito 04	- Aquele companheirismo, que a gente está sempre se ajudando. - A gente aprender a seguir sozinho. - Cuidar de si próprio.	Saberes adquiridos na CFR	05

	- Alternância foi uma coisa que me identifiquei. - Eu tenho contato direto com o ambiente de estudo com o ambiente pratico.		
Sujeito 05	- Conviver com gente diferente. - Fazer as coisas como lavar roupa, lavar louça.	Saberes adquiridos na CFR	02
Sujeito 06	- Mais pessoal no quesito de estudo mesmo. - A minha mente foi se abrindo a novas possibilidades. - Hoje eu procuro ta estudando me mantendo atualizada sobre diversos assuntos. - A alternância pra mim foi muito relevante. - Na alternância como eu tinha mais contato direto com a matéria.	Saberes adquiridos na CFR	05
Sujeito 01	- Não penso [em sair da propriedade]. - Ele [marido] quer até se aprofundar mais. - Eu queria seguir em frente para fazer agronomia. - Mais eu não penso não [em sair da propriedade] - A gente quer se aprofundar cada dia mais plantações.	Expectativas futuras	05
Sujeito 02	- Não [sobre sair da propriedade] - Continue com a sua terrinha. - Então tudo sai do agro. - Eu não penso em sair de lá dessa forma. - De abandonar o campo jamais. - Estou no curso de agronomia numa universidade particular. - Graças também à CFR que me proporcionou que me abrangeu a mente pra aquilo que eu queria.	Expectativas futuras	07
Sujeito 03	- Não, a vida no campo é muito melhor. - Nem tem comparação com a cidade. - Então eu não tenho necessidade de sair daqui. - Aqui eu faço meu horário e trabalho pra mim. - Eu penso em fazer um curso superior. - Queria fazer administração.	Expectativas futuras	06
Sujeito 04	- Eu moro aqui na zona urbana.	Expectativas futuras	01
Sujeito 05	- Não, por gostar de Agricultura por viver dela. [sobre sair da propriedade]	Expectativas futuras	01
Sujeito 06	- No momento tô focando em concurso público mais. - Tenho vontade de fazer pedagogia. - Pretendo ministrar tudo que eu aprendi.	Expectativas futuras	03
Sujeito 01	- Acredito que sim.	Autonomia adquirida através da CFR	01
Sujeito 02	- A experiência acho que a melhor de todos. - Conhecer nova pessoas com pensamentos diferentes. - Eu aprendi com pessoas diferentes coisas diferentes.	Autonomia adquirida através da CFR	03
Sujeito 03	- A gente se tornou autônomo sim, capaz de tomar decisões e de ajudar nossos pais.	Autonomia adquirida através da CFR	01
Sujeito 04	- Se torna uma pessoa mais independente, ter uma voz ativa, saber falar se comunicar.	Autonomia adquirida através da CFR	01
Sujeito 05	- Abre mais a cabeça da gente.	Autonomia adquirida através da CFR	01
Sujeito 06	- Fico mais leve consigo conversar bem em certos assuntos.	Autonomia adquirida através da CFR	01

Sujeito 01	- Eu gostaria que tivesse mais. - Cada um tomou um rumo diferente. - Eu queria mais infelizmente.	Rede de relacionamento	03
Sujeito 02	- Conheço pessoas que estudam comigo que conhecem pessoas que estudaram na CFR - Eu não encontro ninguém nos eventos. - Eu ainda não atuei na área de técnico agrícola e não é por falta de oportunidade.	Rede de relacionamento	03
Sujeito 03	- Tenho sim contato com alguns. - A gente discute algumas coisas. - Já tive sim muito contato com outros egressos.	Rede de relacionamento	03
Sujeito 04	- Com o passar do tempo a gente foi se distanciando. - Cada um foi para um lado. - A gente vai cada vez mais se distanciando. - Ultimamente pouco pessoas que eu entro em contato.	Rede de relacionamento	04
Sujeito 05	- Sim.	Rede de relacionamento	01
Sujeito 06	- Não.	Rede de relacionamento	01
Sujeito 01	- Era relacionado a cultura do maracujá.	Tema do PPJ	01
Sujeito 02	- Cultivo da cultura do pepino na comunidade do Igarapé do Piranha.	Tema do PPJ	01
Sujeito 03	- Era horta orgânica meu PPJ.	Tema do PPJ	01
Sujeito 04	- O tema do meu projeto foi produção de galinhas poedeiras e galinhas de cortes.	Tema do PPJ	01
Sujeito 05	- Produção do mamão Havaí na comunidade São Raimundo.	Tema do PPJ	01
Sujeito 06	- Meu tema foi de compostagem.	Tema do PPJ	01
Sujeito 01	XXXXXX	Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	00
Sujeito 02	XXXXXX	Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	00
Sujeito 03	- Tinha disciplina sobre isso. - Mostrar as experiências.	Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	02
Sujeito 04	- Tinha a disciplina de agricultura. - Você pratica ali com um conhecimento a mais.	Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	02
Sujeito 05	- Se integrava porque fazia parte da disciplina de fruticultura.	Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	01
Sujeito 06	- Apareceu em forma de solução.	Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	01
Sujeito 01	- Tinha mandioca. - E tinha as arvores frutíferas.	Atividades agropecuárias Familiares	02

Sujeito 02	- Agricultura sustentável. - Lá a gente não utilizava compostos químicos.	Atividades agropecuárias Familiares	02
Sujeito 03	- Meu pai trabalhava muito com a pimenta do reino.	Atividades agropecuárias Familiares	01
Sujeito 04	- Plantava as frutas. - Antes de a gente iniciar o projeto a gente já conseguia comercializa uma parte dessa produção.	Atividades agropecuárias Familiares	02
Sujeito 05	- A gente plantava era só a mandioca mesmo.	Atividades agropecuárias Familiares	01
Sujeito 06	- Era assim a mamãe varia os pé das plantas.	Atividades agropecuárias Familiares	01
Sujeito 01	- Lembro que meu pai começou a mexer nas terras lá atrás, começou a plantar milho.	Mudanças ocorridas após a CFR	01
Sujeito 02	XXXXX	Mudanças ocorridas após a CFR	00
Sujeito 03	- Meu pai trabalhava muito com a pimenta do reino então através da escola pude aprender sobre isso. - Foi o que mudou na minha propriedade como era nossa base econômica mesmo era sobre pimenta do reino.	Mudanças ocorridas após a CFR	02
Sujeito 04	- A gente sempre continuou com essa parte de fruticultura, criação. - Ultimamente começou a produção da criação de gado - A gente já tem aquela visão a mais como fazer as instalações, que sistema vai utilizar se é viável. - Melhorou muitas coisas depois desse curso. - A partir do momento que a gente teve um conhecimento a mais sobre agricultura a gente conseguiu detectar onde estava ali o erro. - Sim, a gente consegui colocar em prática. - A gente conseguiu fazer o aviário. - A gente iniciou o projeto com cem aves poedeiras em parceria com o IPAM.	Mudanças ocorridas após a CFR	08
Sujeito 05	- Meu cargo chefe hoje mesmo é a banana - to utilizando de cultura permanente é o açaí - mamão ainda planto um pouco.	Mudanças ocorridas após a CFR	03
Sujeito 06	- Tudo que aprendi [...] eu repassava para a mamãe.	Mudanças ocorridas após a CFR	01
Sujeito 01	- Só para o consumo.	Comercialização dos produtos da propriedade	01
Sujeito 02	- Até você mesmo passar na casa dos vizinhos oferecendo. - Vender na feira aqui no centro.	Comercialização dos produtos da propriedade	02
Sujeito 03	- Só para o consumo da família. - O excedente era ser comercializado pela comunidade mesmo ou doado.	Comercialização dos produtos da propriedade	02
Sujeito 04	XXXXX	Comercialização dos produtos da propriedade	00

Sujeito 05	- Na época do PPJ eu vendia para o atacadão e para a cooperativa. - Hoje eu vendo na fera da candilha. - Eu mando nos ônibus da comunidade e a pessoa lá paga o frete.	Comercialização dos produtos da propriedade	03
Sujeito 06	XXXXX	Comercialização dos produtos da propriedade	00
Sujeito 01	- Cultura do tomate, pimentão, maxixe, macaxeira - eu meu marido e minha filha	Dados da propriedade e moradores	02
Sujeito 02	- Nós temos cem hectares, de tudo um pouco mandioca, milho, feijão só não arroz, também ainda pimenta do reino, mas olerícolas, o próprio pepino. - Meu pai minha mãe e dois irmãos e também dentro da nossa própria propriedade mora minha irmã que mora dentro do terreno e meu outro irmão.	Dados da propriedade e moradores	02
Sujeito 03	- Nosso principal e o plantio de mandioca, banana é os dois plantios mais fortes. - Eu e meu esposo.	Dados da propriedade e moradores	02
Sujeito 04	- Tem em média 86 hectares o tamanho do lote, e uma parte dessa área tem um plantio de cumaru e de andiroba, uma área maior a gente tem a produção de bovinos. - Mora meus pais.	Dados da propriedade e moradores	02
Sujeito 05	- Hoje produzindo tem banana o açai. - Eu, minha esposa e meu filho.	Dados da propriedade e moradores	02
Sujeito 06	- Terreno da minha mãe 12x 27. - Eu minha mãe e meu padraço..	Dados da propriedade e moradores	02
Sujeito 01	- Têm uns rapazes que ajudam meu marido - Participo quando tem muita gente. - Eu vou ajudar a limpar ou plantar a semente. - Minha sogra me ajuda ela faz o almoço.	Mão de obra na propriedade	04
Sujeito 02	- É familiar. - O pai que fazer tudo sozinho. - Ele que manda os meninos fazer. - Eles fazem junto. - Eles também prestam serviço para outros, mas lá é mais da área da pecuária.	Mão de obra na propriedade	05
Sujeito 03	- Tem troca de diária entre as pessoas aqui mesmo que se ajudam nesse sentido. - Bom o serviço mais pesado é ele, mas eu ajudo sim na parte do plantio.	Mão de obra na propriedade	02
Sujeito 04	- A maior parte é familiar - Alguns serviços que a gente não pode realizar, paga diária. - Meu pai, ele desenvolve mais a parte pratica. - Minha mãe, ela auxilia mais no final da produção. - Sou funcionário público.	Mão de obra na propriedade	05
Sujeito 05	- 90% do serviço é eu mesmo esses 10% eu pago uma diária quando dá. - Ela 100% é a casa e eu 100% é a agricultura. - Fora da propriedade eu trabalho na secretaria de agricultura.	Mão de obra na propriedade	03
Sujeito 06	- Sim. - Ficava nas responsabilidades deles.	Mão de obra na propriedade	02

Sujeito 01	- Não.	Produção de orgânicos	01
Sujeito 02	- Assim orgânica de forma que lá a gente não utilizava compostos químicos.	Produção de orgânicos	01
Sujeito 03	- Não é totalmente orgânico mais a gente procura usar menos defensivos.	Produção de orgânicos	01
Sujeito 04	XXXXX	Produção de orgânicos	00
Sujeito 05	- Orgânico não tem como eu trabalhar.	Produção de orgânicos	01
Sujeito 06	- Eu creio que a agroecologia veio pra minimizar os efeitos do agrotóxicos.	Produção de orgânicos	01
Sujeito 01	- Queria, mas não.	Participação em associação ou cooperativa	01
Sujeito 02	- Não.	Participação em associação ou cooperativa	01
Sujeito 03	- Meu marido sim.	Participação em associação ou cooperativa	01
Sujeito 04	- Não, eu não participo. - Mas pretendo participar futuramente.	Participação em associação ou cooperativa	02
Sujeito 05	- Só meu pai mesmo. - Eu não participo nenhuma associação.	Participação em associação ou cooperativa	02
Sujeito 06	- Não.	Participação em associação ou cooperativa	01
Sujeito 01	- Se tivesse essa cooperativa aqui [...] seria melhor. - A questão de funcionários também difícil de encontrar.	Desafios e Dificuldades	02
Sujeito 02	- A gente escuta muita coisa de homens. - O preconceito, o machismo ele ofende. - É um desafio desde a CFR até hoje dentro da minha própria casa com meus próprios irmãos. - Homem achar que o agro não é lugar de mulher. - Eu quero dar palpite e eles dizem que não. - Eles não me dão voz por eu ser mulher.	Desafios e Dificuldades	06
Sujeito 03	- A venda é fácil, mas o valor varia muito. - Então varia muito o que dificulta um pouco para a gente um trabalho meio árduo e o produto final.	Desafios e Dificuldades	02
Sujeito 04	- Morar um pouco distante do trabalho. - A nossa região é um pouco difícil pra trabalhar nessa área essa foi uma das dificuldade. - Tem um pouco de dificuldade de levar o produto e encontrar compradores nosso mercado regional.	Desafios e Dificuldades	03
Sujeito 05	- Eu não encontrei nenhuma dificuldade.	Desafios e Dificuldades	01
Sujeito 06	- Teve tempos muitos difíceis no finalzinho do curso.	Desafios e Dificuldades	01

APÊNDICE C – QUADRO SÍNTESE DA CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS

Unidades de Significação (US)	Nº UR/ US	% de UR/US	Categorias	Nº UR / Categoria	% UR / Categoria
Descoberta da CFR	14	6,8	Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR	_____	_____
Importância da CFR	21	10,2	Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR	_____	_____
Saberes adquiridos na CFR	19	9,4	Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR	_____	_____
Autonomia adquirida através da CFR	08	3,9	Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR	_____	_____
Mudanças ocorridas após a CFR	15	7,3	Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR	_____	_____
Participação em associação ou cooperativa	08	3,9	Desenvolvimento pessoal e aquisição de conhecimento na CFR	85	41,5
Atividades agropecuárias familiares	09	4,4	Produção e atividades agropecuárias na propriedade	_____	_____
Integração do PPJ com a Agropecuária da CFR	06	2,9	Produção e atividades agropecuárias na propriedade	_____	_____
Produção de orgânicos	05	2,5	Produção e atividades agropecuárias na propriedade	_____	_____
Comercialização dos produtos da propriedade	08	3,9	Produção e atividades agropecuárias na propriedade	_____	_____
Mão de obra na propriedade	21	10,2	Produção e atividades agropecuárias na propriedade	49	23,9
Rede de relacionamento	15	7,3	Contexto da propriedade e perspectivas futuras	_____	_____
Tema do PPJ	06	2,9	Contexto da propriedade e perspectivas futuras	_____	_____
Dados da propriedade e moradores	12	5,9	Contexto da propriedade e perspectivas futuras	_____	_____
Desafios e dificuldades	15	7,3	Contexto da propriedade e perspectivas futuras	_____	_____
Expectativas futuras	23	11,2	Contexto da propriedade e perspectivas futuras	71	34,6

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A CASA FAMILIAR RURAL DE BELTERRA: EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS EGRESSOS

Pesquisador: WERLISON SILVA DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68121223.1.0000.0171

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.046.528

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa centrada no percurso formativo de egressos da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra – ECCFRB, dentro do curso de técnico em Agropecuária, analisando as contribuições percebidos por estes participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Geral

Refletir sobre o percurso formativo dos jovens egressos da educação profissional ofertada na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra dentro do curso técnico em Agropecuária.

Específicos

- Identificar as oportunidades e os desafios que os jovens egressos da Casa Familiar Rural de Belterra encontraram após a formação oferecida na escola.
- Compreender entre os egressos como evidenciam as contribuições da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra para o desenvolvimento local.
- Analisar de que forma o PPJ (Projeto Profissional do Jovem) contribuiu para melhoria da produtividade, economia e qualidade de vida da família e comunidade em que o jovem está inserido.

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Bairro: Salé

CEP: 68.040-255

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA**



Continuação do Parecer: 6.046.528

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão relacionados a:

- a) Exposição e perda de dados: como forma de minimizar o risco, os pesquisadores comprometem-se assinar o TCUD e manter a confidencialidade dos dados, bem como acesso restrito aos dados.
- b) Cansaço ou irritação dos participantes ao participar da entrevista: para minimizar essa situação, os pesquisadores orientarão os entrevistados quanto a liberdade de desistência a qualquer momento, bem como o acesso aos dados imediatamente após as entrevistas, para que cada entrevistado possa avaliar e aprovar ou não as gravações realizadas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante ao discutir a educação do campo a partir da perspectiva de pessoas que vivenciaram essa forma de ensino. A pesquisa segue os parâmetros éticos e científicos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados todos os documentos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

Dado que a pendência apontada no parecer anterior foi sanada, recomenda-se a aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências e inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1929007.pdf	28/04/2023 11:34:08		Aceito
Outros	roteirodeentrevista.pdf	28/04/2023 11:33:18	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodetalhadoBrochurainvestigado.pdf	20/03/2023 23:53:31	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Bairro: Salé

CEP: 68.040-255

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA**



Continuação do Parecer: 6.046.528

Brochura Pesquisa	PROJETOBASICO.pdf	20/03/2023 23:35:27	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito
Outros	Declaracaonaoiniciadadepesquisa.pdf	20/03/2023 21:55:06	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito
Outros	DeclaracaodoOrientador.pdf	20/03/2023 21:40:05	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito
Outros	TCUD.pdf	20/03/2023 21:28:55	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folha_De_Rosto_Werlison_assinado.pdf	20/03/2023 10:38:11	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/03/2023 22:47:45	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartadeAceitedaInstituicao.pdf	16/03/2023 22:44:05	WERLISON SILVA DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTAREM, 08 de Maio de 2023

**Assinado por:
Flavia Garcez da Silva
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53
Bairro: Salé **CEP:** 68.040-255
UF: PA **Município:** SANTAREM
Telefone: (93)2101-4966 **E-mail:** cep@ufopa.edu.br

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada **“Pedagogia da Alternância e Casa Familiar Rural de Belterra: Experiências dos jovens egressos”**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador(a) responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) responsável, WERLISON SILVA DE SOUSA, através do telefone: (93) 99220-7088 ou através do *e-mail* werli9@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará (situado na Rua Vera Paz, s/nº, Unidade Tapajós, sala 05, CEP 68040-255, Santarém, Pará) pelo telefone: (93) 2101-4926 ou pelo email: cep@ufopa.edu.br.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

O exercício de compreender o processo de formação técnica-profissional na vida dos jovens rurais egressos da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra/Pará é o principal objetivo ora proposto, fazendo com que esta pesquisa traga grandes contribuições acerca dos jovens egressos, do sistema educativo pautado na Pedagogia da Alternância, bem como um estudo relevante que sirva de reflexões para as demais Casas Familiares Rurais.

Os objetivos do estudo são: refletir sobre o percurso formativo dos jovens egresso da educação profissional ofertada na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra dentro do curso técnico em Agropecuária. Para isso, temos como objetivos específicos: identificar as oportunidades e os desafios que os jovens egressos da Casa Familiar Rural de Belterra encontraram após a formação oferecida na escola; compreender entre os egressos como evidenciam as contribuições da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra para o

desenvolvimento local; e analisar de que forma o PPJ (Projeto Profissional do Jovem) contribuiu para melhoria da produtividade, economia e qualidade de vida da família e da comunidade onde o jovem está inserido.

A pesquisa será desenvolvida levando em consideração a dimensão da abordagem qualitativa sem, no entanto, descartar o quantitativo, uma vez que estão profundamente relacionados entre si.

Você participará das seguintes(s) atividade(s): entrevista semiestruturada. Ressaltamos que entrevistas, pesquisas e demais situações de colaborações serão gravadas em áudio e/ou vídeo, quando autorizadas.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

Para os participantes da pesquisa existe um desconforto relacionado ao compartilhamento da vida acadêmica e profissional e, para minimizar qualquer desconforto, faremos testes de gravações seguidas vezes, que serão examinadas por você, até que possa se sentir à vontade para a efetivação desses procedimentos.

E os riscos inerentes a você, participante, estão relacionados à exposição e perdas da confidencialidade dos dados obtidos. Porém, como forma de evitar e/ou amenizá-los, o pesquisador se compromete em assinar o Termo de Compromisso de Utilização dos Dados – TCUD. Os benefícios oriundos de sua participação serão diretos e/ou indiretos e baseiam-se em contribuições que a pesquisa poderá trazer para refletir sobre o processo formativo do egresso após a formação na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra.

3. Forma de acompanhamento e assistência

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema, será encaminhado para tratamento adequado da seguinte maneira: o pesquisador se compromete a encaminhar e acompanhá-lo no processo de tratamento.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que

indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso a participação na pesquisa traga gastos com transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido de acordo com os gastos reais efetuados.

Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada **“Pedagogia da Alternância e Casa Familiar Rural de Belterra: Experiências dos jovens egressos”**, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 2023.

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.